UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba/SP.

Edinalva Santana

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências. Área: Psicologia

Ribeirão Preto

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EDINALVA SANTANA

Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba/SP.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof. Dra. Vera Lucia Navarro

Versão corrigida

Ribeirão Preto – SP

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Santana, Edinalva

Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba/SP. Ribeirão Preto, 2015.

220p. : il. ; 30cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Navarro, Vera Lucia.

1. Trabalho e escola. 2. Migração e trabalho.
3. Trabalho de adolescentes. 4. Trabalho infantil.
5. Trabalhadores rurais migrantes. 6. Trabalho rural. Guariba/SP.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Edinalva Santana

Título: Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba/SP.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/SP para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Doutor: Vera Lucia Navarro

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este estudo à minha família pelo amor e pela fé que me ensinaram a ter na vida. Dedico à minha família todas as conquistas passadas, presentes e as que virão, porque nossos laços são para sempre (Waldomiro, Joana, Valdir, Lindalva, Flávio, Isael, sobrinhos e todos que convivem conosco como uma grande família).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus!!! E a todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados a este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, aos professores, funcionários, colegas de aula e de orientação.

À professora Vera Lucia Navarro, pela orientação e por conceder-me a valiosa oportunidade de aprender com sua reconhecida competência. Uma honra ter tido a oportunidade de receber a sua orientação.

Aos colegas orientandos da professora Vera Navarro, pelo companheirismo, dicas e apoio. Agradeço aos adolescentes que participaram das entrevistas, foram fundamentais neste trabalho. Aos profissionais do município de Guariba, que gentilmente cederam as entrevistas para enriquecer a nossa pesquisa.

Agradeço à Irmã Terezinha, da Pastoral do Migrante, pelas valiosas informações e incentivo.

Agradeço à diretora Yeda Christoforo Petrassi, professores, funcionários e alunos da “Escola Estadual Professora Josephina de Camargo Neves”, pela contribuição fundamental na realização deste trabalho.

Agradeço à diretora da “Escola Municipal de Ensino Básico Professora Izabel Sadalla Crispino”, Soraia Maria Mazzi Manna, funcionários, professores e alunos, pela contribuição fundamental na realização do nosso trabalho.

À Maria do Carmo Souza e à Thayla Nassia de Souza Santos, pelo valioso incentivo e por terem auxiliado diretamente na pesquisa.

Agradeço a Lindalva Santana, profissional das instituições colaboradoras, pela paciência e apoio fundamentais.

À minha família, por tudo que sou e pelo apoio incondicional. E aos amigos, pelo incentivo.

Às professoras Dr^a Onilda Alves do Carmo e Dra. Maria Orlanda Pinazzi, que nos honraram com sua disposição em compor a banca para o exame de qualificação. Grata pela disposição em partilhar conosco os conhecimentos para conclusão deste trabalho.

“[...] Não se estaria com isso desejando cooptar simplesmente uma mão-de-obra mais barata, ágil, despolitizada, que se tornaria facilmente descartável e entregue à própria sorte ao fim da relação de emprego ou ‘aprendizagem’?”
 (“Nota técnica”, 2002)

RESUMO

Santana, E. (2015). *Entre o trabalho e a escola: Estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba/SP*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

No Brasil há um número significativo de adolescentes que estudam e trabalham. O exercício de atividades laborais inadequadas pelo adolescente coloca em risco as suas possibilidades de conciliar satisfatoriamente estudo e trabalho e as oportunidades de desenvolvimento e aprendizado pleno. Esta pesquisa teve por objetivo investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores migrantes, estavam sendo inseridos no mercado de trabalho e conciliavam o estudo e a atividade laboral. Para tanto, foram alvos da pesquisa adolescentes que estudavam e trabalhavam, residentes em um bairro da periferia do município de Guariba/SP, marcadamente habitado por trabalhadores rurais que migraram de regiões pobres do país para trabalhar nos canaviais da região. A pesquisa, de cunho qualitativo, teve a entrevista gravada como a técnica principal de coleta de dados. Foram realizadas 30 entrevistas com adolescentes trabalhadores de ambos os sexos, com idade entre 14 e 18 anos incompletos, estudantes das escolas: “Escola Estadual Professora Josephina de Camargo Neves” e “Escola Municipal de Ensino Médio Professora Izabel Sadalla Crispino”, situadas na periferia de Guariba. Realizamos também entrevistas com profissionais do município que puderam auxiliar o nosso entendimento sobre aspectos que envolvem os nossos objetivos. De acordo com os dados obtidos, foi possível detectar que esses adolescentes estavam sendo inseridos no mercado de trabalho em atividades proibidas, demonstrando o desamparo em relação à aplicação da legislação brasileira; exerciam atividades que concorriam contra a saúde física, mental e a moral do adolescente. A maior parte dos adolescentes da pesquisa atuava sem contratos formais de trabalho e apresentou relatos de ocorrências de acidentes de trabalho, sobrecarga e dificuldades para conciliar escola e trabalho. Assim, a situação encontrada junto a esses adolescentes pode ser configurada como empecilho à superação do histórico de pobreza e exploração de seus pais – migrantes altamente explorados pela dinâmica do modo de produção capitalista vigente.

Palavras-chave: Trabalho e escola. Migração e trabalho. Trabalho de adolescentes. Trabalho infantil. Trabalhadores rurais migrantes. Trabalho rural. Guariba/SP.

ABSTRACT

Santana, E. (2015). Between work and school: A study on adolescents who study and work, children of rural migrant workers residing in the city of Guariba / SP. Thesis, Faculty of Philosophy, Sciences and Portuguese of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto.

In Brazil there is a significant number of adolescents who study and work. The practice of inadequate labor activities by adolescents jeopardizes their chances of successfully reconcile study and work and the development of opportunities and full learning. This study aimed to investigate how adolescents, children of migrant workers, were being included in the labor market and reconciled study and work activities. Therefore were study subjects teenagers who studied and worked, residents of a suburban neighborhood in the city of Guariba / SP, markedly inhabited by peasants who migrated from poorer regions of the country to work in the sugar cane fields of the region. The research, a qualitative one, had the recorded interview as the main technique of data collection. 30 interviews were conducted with adolescent workers of both gender, aged between 14 and 18 years incomplete, students of schools "State School Professor Josephine de Camargo Neves" and "Municipal Preparatory High School Teacher Izabel Sadalla Crispino", located on the outskirts Guariba. There were also interviews with municipal professionals who could help us on understanding the aspects involving our goals. According to the obtained data, it was possible to detect that these teenagers were being inserted in the labor market in prohibited activities, demonstrating the helplessness regarding the application of Brazilian law; while performing activities that competed against physical, mental health and adolescent morals. Most adolescents in this research worked without any formal employment contracts and reported workplace accidents, work overload and difficulties regarding the reconcile between school and work. Thus, the situation found among these adolescents can be configured as an obstacle to the overcome of poverty history and exploration of their parents - migrant highly exploited by the dynamics of the current capitalist mode of production.

Keywords: Work and school; migration and labor; working adolescents; child labor, migrant farm workers; rural labor; Guariba / SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico da relação entre estudo e trabalho dos jovens brasileiros com idades entre 15 e 17 anos	37
Figura 2 - Mapa de localização da cidade de Guariba na região de Ribeirão Preto	63
Figura 3 - Gráfico com as características dos alunos do ensino médio da escola estadual “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves”	71
Figura 4 - Gráfico Comparativo entre alunos nativos, migrantes e nativos de pais migrantes da escola estadual “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves”	72
Figura 5 - Gráfico Comparativo o entre alunos nativos e alunos ligados a migração da escola estadual “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves”	73
Figura 6 - Gráfico com características dos alunos do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da escola municipal “EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino”	74
Figura 7 - Comparativo entre alunos nativos, migrantes e nativos de pais migrantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) escola municipal “EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino”	75
Figura 8 - Gráfico comparativo entre alunos nativos e alunos ligados a migração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) escola municipal “EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino”	76
Figura 9 - Gráfico com as características dos alunos do ensino fundamental da escola municipal “EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino”	77
Figura 10 - Gráfico comparativo entre alunos nativos, migrantes e nativos de pais migrantes da escola municipal “EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino”	78
Figura 11 - Gráfico comparativo entre alunos nativos e alunos ligados a migração da escola municipal “EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino”	79
Figura 12 - Quadro com o histórico de trabalho dos adolescentes	98

LISTA DE SIGLAS

AHTDA	Agenda Nacional de Trabalho Decente
APM	Associação de Pais e Mestres
CD	Disco Compacto
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CSIII	Centro de Saúde III
D.E.R	Diretoria Ensino Regional
DORT	Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho
DVD	Disco Digital Versátil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
E.E	Escola Estadual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEB	Escola Municipal de Ensino Básico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETC	Escola Estadual de Ensino Técnico
FCLRP	Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo e Serviço
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	<i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i>
KM	<i>Quilômetro</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
LISTA TIP	Lista das Piores Formas de Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
OPS	Organização Pan-americana da Saúde
OSCIPS	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio
PNPE	Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego
PREJAL	<i>Promoção do Emprego</i> de Jovens na América Latina
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROJOVEM	Programa de Inclusão de Jovens
PSF	Programa de Saúde da Família
RG	Registro Geral
S/A	Sociedade Anônima
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de aprendizagem do transporte Infantil
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
U.E	Unidade Escolar
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ENTREVISTADOS

A) Entrevistados com assinatura da carta de cessão do depoimento e com permissão para divulgação da identidade:

- **Antônio Maduro**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Guariba. Entrevista concedida no dia 29/10/2013.
- **Izilda Bueno Barrios Campanhão**, Assistente Técnico Pedagógico do EJA do município de Guariba. Entrevista concedida no dia 26/11/2013.
- **Marlene Toniati Garavelo**, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Guariba. Entrevista concedida no dia 26/11/2013.
- **Terezinha Monteiro**, Coordenadora Diocesana da Pastoral do Migrante. Entrevista concedida no dia 12/10/2013.

B) Entrevistados, sujeitos da pesquisa, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sem divulgação das identidades, com uso de pseudônimos:

- **Alice**. Natural do Estado de São Paulo (Guariba), pais do Estado de Minas Gerais, 16 anos, 2º colegial manhã, babá, não trabalha registrada. Entrevista concedida no dia 23/10/2013.
- **Aline**. Natural do Estado da Bahia, 14 anos, 8º série à tarde, último trabalho babá e trabalho doméstico. Entrevista concedida no dia 14/11/2013.
- **Alessandra**. Natural do Estado de São Paulo (Guariba), pais do estado de Minas Gerais), 14 anos, 1º colegial à tarde, último trabalho foi de babá. Entrevista concedida no dia 29/09/2013.
- **Amanda**. Natural do estado de São Paulo (Guariba), pais do estado de Minas Gerais, 14 anos, 1º colegial à tarde, desempregada, último trabalho foi de babá. Entrevista concedida no dia 07/10/2013.
- **Amaro**. Natural do estado de São Paulo (Guariba), pai do estado de Minas Gerais, mãe do estado da Bahia, 14 anos, 8º série à tarde, ajudante de feirante e comerciante em estabelecimento familiar. Entrevista concedida em 30/10/2013.

- **Acácio.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pais do estado de Minas Gerais, 16 anos, 2º colegial manhã, último trabalho ajudante em mercado. Entrevista concedida em 23/10/2013.
- **Américo.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pai do estado de São Paulo (Guariba) e mãe do estado do Paraná, 16 anos, 8º série do EJA noturno, servente de pedreiro, não trabalha registrado. Entrevista concedida em 30/11/2013.
- **Ana.** Natural do estado do Maranhão (Governador Nunes Freire), 16 anos, 9º série à tarde, desempregada, último trabalho foi de vendedora no comercio e dançarina. Entrevista concedida em 11/11/2013.
- **Ananias.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pai do estado do Pernambuco e mãe do estado de Minas Gerais, 15 anos, 1º colegial á tarde, desempregado, último trabalho foi de garçom. Entrevista concedida no dia 07/10/2013.
- **Argélia.** Natural do estado de Minas Gerais (Cristália), 14 anos, 8º série à tarde, babá. Entrevista concedida em 30/10/2013.
- **Átila.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pai do estado do Paraná e mãe do estado de Minas Gerais, 16 anos, 2º colegial manhã, pizzaiolo, registrado. Entrevista concedida no dia 23/10/2013.
- **Bernardo.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pais do estado de Minas Gerais, 17 anos, 2º colegial de manhã, desempregado, último trabalho foi arrematador de roupas. Entrevista concedida no dia 23/10/2013.
- **Bernardete.** Natural estado de São Paulo (Guariba), pais do estado de Minas Gerais (Leme do Prado), 16 anos, 2º colegial manhã, desempregada, último trabalho foi de babá. Entrevista concedida no dia 23/10/2013.
- **Berenice.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pai do estado de Minas Gerais e mãe do estado do Paraná, 17 anos, 3º colegial manhã, estagiária do Acessa São Paulo. Entrevista concedida no dia 10/10/2013.
- **Bruno.** Natural do estado do Maranhão (Timbiras), 16 anos, 6º série do EJA noturno, servente de pedreiro, não trabalha registrado. Entrevista concedida em 24/10/2013.
- **Camila.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pais do estado do Paraná, 17 anos, 1º colegial noturno, manicure, não trabalha registrado. Entrevista concedida em 10/11/2013.
- **Caio.** Natural do estado do Maranhão (Timbiras), 17 anos, 1º colegial noturno, ajudante geral em uma fazenda. Entrevista concedida em 19/06/2013.

- **Carla.** Natural do estado de São Paulo (Jaboticabal), pai do estado de Minas Gerais e mãe do estado do Paraná, 14 anos, 9º série à tarde, desempregada, último trabalho foi de babá. Entrevista concedida em 11/11/2013.
- **Célia.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pais do estado de Minas Gerais, 14 anos, 9º série à tarde, desempregada, último trabalho foi de babá. Entrevista concedida em 14/11/2013.
- **Daiana.** Natural do Estado da Bahia (Tapiramutá), 16 anos, 8º série à tarde, desempregada, trabalhos domésticos à família. Entrevista concedida em 30/10/2013.
- **Daniel.** Natural do estado do Maranhão (Codó), 14 anos, 7º série à tarde, vendedor ambulante de sorvete, não trabalha registrado. Entrevista concedida em 11/11/2013.
- **Dirce.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pai do estado do Paraná e mãe do estado de Pernambuco, 14 anos, 9º série à tarde, doméstica, sem registro. Entrevista concedida em 30/10/2013.
- **Dorotéia.** Natural de estado de Minas Gerais, 16 anos, 1º colegial noturno, babá e vendedora autônoma, não trabalha registrada. Entrevista concedida em 29/08/2013.
- **Eduardo.** Natural do estado da Bahia (Tapiramutá), 16 anos, 6º série do EJA noturno, auxiliar geral no comércio, não está registrado, está em período de experiência. Entrevista concedida em 23/10/2013.
- **Edna.** Natural do estado da Bahia (Várzea Nova), 1º colegial à tarde, 15 anos, desempregada, último trabalho foi de babá. Entrevista concedida no dia 07/10/2013.
- **Edenilson.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), mãe do estado do Paraná e pai do Estado de Goiás, 6º série a tarde, 14 anos, ajudante em lava rápido e auto-pintura. Entrevista concedida em 19/11/2013.
- **Maurício.** Natural do estado de São Paulo (Jaboticabal), pais do estado da Bahia (Ipirá), 6º série de manhã, 14 anos, entregador de panfletos em via pública. Entrevista concedida em 30/10/2013.
- **Marcos.** Natural do estado de São Paulo (Ribeirão Preto), pais do estado da Bahia, 17 anos, 7º série do EJA noturno, desempregado, último trabalho foi de ajudante de pedreiro. Entrevista concedida em 30/10/2013.
- **Moisés.** Natural do estado do Maranhão, 16 anos, 1º colegial noturno, açougueiro e treina atletismo, não trabalha registrado. Entrevista concedida em 03/09/2013.
- **Túlio.** Natural do estado de São Paulo (Guariba), pais do estado de Minas Gerais (Cristália), 17 anos, 3º colegial noturno, ajudante de mecânico de colhedeira, trabalha registrado. Entrevista concedida no dia 03/09/2013.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
1 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	31
1.1 A QUESTÃO DO TRABALHO	31
1.2 O ADOLESCENTE BRASILEIRO E O MERCADO DE TRABALHO.....	33
1.3 EDUCAÇÃO, TRABALHO E ASCENSÃO SOCIAL	38
1.4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O ADOLESCENTE TRABALHADOR.....	45
1.5 PROGRAMAS E AÇÕES PARA JUVENTUDE: EDUCAÇÃO E TRABALHO QUALIFICADO	49
2 OBJETIVOS E TRAÇADOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	53
3 UNIVERSO EMPÍRICO	63
4 RESULTADOS DA PESQUISA	69
4.1 ANÁLISE DOS PRONTUÁRIOS ESCOLARES DOS ADOLESCENTES DAS ESCOLAS “E.E. PROFª JOSEPHINA DE CAMARGO NEVES” E “E.M.E.B. PROFª IZABEL SADALLA CRISPINO”	69
4.2 DADOS BÁSICOS SOBRE AS ENTREVISTAS.....	79
5 CATEGORIAS TEMÁTICAS	81
5.1 MIGRAÇÃO E FAMÍLIA	81
5.2 TRABALHO INFANTIL	98
5.3 SAÚDE DO ADOLESCENTE TRABALHADOR	118
5.4 TEMPO PARA O LAZER	134
5.5 MOTIVAÇÕES PARA O TRABALHO.....	138
5.6 CONCILIAÇÃO ENTRE ESTUDO E TRABALHO.....	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICES	171

APÊNDICE A - Autorização do Responsável Para Realização da Pesquisa na E. E. Professora Josephina de Camargo Neves	171
APÊNDICE B - Autorização do responsável para realização da pesquisa na EMEB. Professora Izabel Sadalla Crispino	172
APÊNDICE C - Roteiro preliminar de entrevista com os adolescentes	173
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido I:	174
APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido II:	178
APÊNDICE F - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Antônio Maduro, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Guariba	182
APÊNDICE G - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Terezinha Monteiro, Coordenadora Diocesana da Pastoral do Migrante	183
APÊNDICE H - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Izilda Bueno Barrios Campanhão, Assistente Técnico Pedagógico do EJA do município de Guariba	
APÊNDICE I - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Marlene Toniati Garavelo, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Guariba.....	185
APÊNDICE J -Dados Gerais: Ensino médio da Escola Josephina.....	186
APÊNDICE L - Dados dos Alunos entre 14 e 18 anos Incompletos: Ensino fundamental (EJA- Educação de jovens e adultos) da EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino.	187
APÊNDICE M - Dados dos Alunos Entre 14 e 18 Anos Incompletos: Ensino fundamental (período manhã, tarde e noite) da EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino.....	188
ANEXO.....	189
ANEXO A - Autorização do Comitê de Ética.....	189
ANEXO B - Autorização do Comitê de Ética para inclusão de instituição co-participante ..	190
ANEXO C- Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (LISTA TIP).....	191

APRESENTAÇÃO

Sou licenciada e bacharelada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis. Trabalho desde 1998 na Secretaria da Saúde do município de Guariba/SP, realizando atendimentos clínicos no Núcleo de Saúde Mental da cidade.

Guariba é uma cidade do interior paulista que possui 35.491 habitantes e está situada a pouco mais de 60 km de Ribeirão Preto/SP. Sua principal fonte econômica está relacionada ao agronegócio, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, que atrai um número significativo de migrantes que procuram trabalhar em suas lavouras. O município atende questões sociais diretamente ligadas aos desafios impostos pelo fenômeno da migração, como o aumento da população carente, com defasagem escolar e baixa qualificação profissional. Geralmente os migrantes necessitam de apoio dos órgãos públicos municipais para suprirem suas necessidades básicas, principalmente quando são recém-chegados.

Como a maioria da população de Guariba, eu também tenho minha história ligada à migração: sou filha de migrantes oriundos do estado da Bahia, meus pais se conheceram aqui no estado de São Paulo, cada um veio em busca de trabalho, de uma vida melhor. Meu pai, quando estava no estado da Bahia, trabalhava na lavoura destinada ao consumo da família, o que restava da produção era trocado na feira da cidade por outros produtos advindos das lavouras de outras famílias. Ele veio para Guariba sozinho, quando tinha por volta de 20 anos de idade, e aqui trabalhou sempre como lenhador, no início cortava árvores com machados e serra trançador (espécie de serrote utilizado por dois trabalhadores, um de cada lado), não existia motosserra naquela época (por volta dos anos 1950). Minha mãe, quando estava no estado da Bahia, começou a trabalhar por volta dos 10 anos de idade, como doméstica em casa de família. Ela veio para o estado de São Paulo com aproximadamente 13 anos, em companhia de um irmão mais velho, passou a morar e a trabalhar na casa de uma família na cidade de Campinas; no decorrer da sua vida ocupacional exerceu várias funções no setor rural e em trabalhos domésticos. Com suas lutas diárias, os meus pais conseguiram garantir que os seus filhos pudessem estudar até o nível superior, realização que seria praticamente impossível se não tivessem migrado e se submetido às duras penas dos serviços pesados, rejeitados por aqueles que tinham uma condição econômica minimamente confortável e maior qualificação profissional. Valorizaram, ao máximo, o poder de transformação que os estudos poderiam ter em nossas vidas. Infelizmente, não usufruíram diretamente dos esforços

realizados, mas a missão de quebrar com a reprodução da pobreza foi nobremente cumprida, não nos deixando o legado da pobreza e da falta de alternativas frente aos trabalhos desumanos. Este histórico de migração gerou em mim o desejo de estudar o fenômeno da migração e seus desdobramentos, pois me sensibiliza e fico pensando se a sorte que tivemos será a mesma sorte daqueles que continuam a chegar a Guariba com a mala cheia de sonhos.

Somado ao meu histórico de vida, a minha trajetória profissional intensificou o interesse pelas questões de ordem social, principalmente em relação à adolescência dos filhos das famílias das classes populares – a maioria migrante.

Por que quis estudar este tema? Queria saber se os migrantes e seus filhos ainda encontravam oportunidades para prosperarem social e economicamente em Guariba, se tinham conseguido, como alguns migrantes no passado, que seus filhos estudassem no nível superior. Pois, no Bairro Alto, temos um dos maiores focos de jovens envolvidos com a violência associada ao tráfico de drogas ou explorados nos demais trabalhos inapropriados para o seu desenvolvimento.

É importante lembrarmos que a adolescência é uma fase que por si só coloca o indivíduo na condição de vulnerabilidade. E a saúde do adolescente pode ser colocada em risco por condições relacionadas ao contexto de vida encontrado em nosso município.

Minha percepção conduzia a hipótese de que a condição financeira precária e as exigências consumistas impostas pela sociedade capitalista eram fatores significativos que empurrava os jovens para vivências arriscadas ao seu desenvolvimento, como o trabalho no tráfico de drogas, violência, defasagem escolar, trabalhos em condições inapropriadas, entre outras.

Os migrantes que vêm com a família para Guariba desempenham trabalhos árduos durante longas horas nas lavouras. Os seus filhos ficam muitas vezes sob os cuidados da escola, da boa vontade de vizinhos e parentes, sob os seus próprios cuidados, ou seja, sozinhos, ou são conduzidos ao trabalho precoce sem respaldo da legislação de proteção à criança e adolescente. Neste contexto, o trabalho precoce aparece na percepção dos pais como alternativa para as vivências nas ruas e como forma de maior proteção contra o contato com os grupos que sobrevivem do crime.

Diante das minhas necessidades de aprofundar o meu conhecimento sobre a realidade encontrada pelos adolescentes de Guariba, procurei o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP/USP, e meus interesses foram contemplados pela linha de pesquisa do programa do qual faz parte a docente Vera Lucia Navarro, responsável por importantes pesquisas na área da Sociologia do trabalho

e da Saúde do trabalhador. Assim, tive a oportunidade de amadurecer as questões provocadoras de intensas inquietações geradas durante a minha trajetória pessoal, profissional e de cidadã guaribense.

O amadurecimento das ideias sobre saúde do adolescente, trabalho e condição social do migrante resultou na proposta desta pesquisa, intitulada de “Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba/SP”.

A nossa preocupação em investigar fatores relacionados à conciliação entre estudo e trabalho surgiu da possibilidade de as condições envolvidas com o trabalho precoce estarem prejudicando e até inviabilizando a vida estudantil satisfatória dos adolescentes. Pois a escola, vista como um dos meios que podem contribuir com as possibilidades de ascensão social dos jovens em relação aos seus pais (ascensão social intergeracional), pode estar encontrando dificuldades para desempenhar o seu papel diante da realidade dos filhos de migrantes que estudam e entraram para o mercado de trabalho precocemente.

Dessa forma, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores rurais migrantes, inserem-se no mercado de trabalho e conciliam o estudo e a atividade laboral.

Para atingir os nossos objetivos, realizamos entrevistas com 30 adolescentes com experiência em conciliar estudo e trabalho, com idades variando entre 14 e 18 anos, matriculados em duas escolas da periferia da cidade de Guariba/SP (Escola estadual “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves” e escola municipal de educação básica “EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino”).

A pesquisa, de cunho qualitativo, tem como referencial teórico e metodológico o materialismo histórico dialético. Trabalhamos em duas etapas: na primeira etapa foi feito um levantamento nos prontuários escolares da clientela estudantil e na segunda etapa realizamos 30 entrevistas gravadas.

O trabalho está apresentado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, demonstramos em linhas gerais o contexto brasileiro do mercado de trabalho na adolescência, e a relação entre educação e possibilidade de ascensão social. O segundo capítulo faz referência aos objetivos e ao traçado metodológico da pesquisa. No terceiro capítulo, “Universo empírico”, situamos a cidade de Guariba e sua ligação com a migração. No quarto capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, os dados referentes às análises dos prontuários escolares e a definição das categorias temáticas. No quinto capítulo, realizamos as análises temáticas levantadas nas

entrevistas. No sexto e último capítulo, apresentamos uma discussão conclusiva com os dados mais reveladores da pesquisa e considerações sobre os mesmos.

1 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

1.1 A QUESTÃO DO TRABALHO

Para compreendermos minimamente as características atuais do mundo do trabalho no Brasil, é necessário abordarmos alguns dados históricos das últimas décadas. Para tanto, lançaremos mão de breves considerações sobre as políticas do Neoliberalismo e do Neodesenvolvimentismo que governaram o Brasil dos últimos anos.

A última década do século XX – a década de 1990 – é marcada pela adoção de políticas de cunho neoliberal e pela reestruturação produtiva. É a década da reestruturação capitalista sob a égide neoliberal, que teve como função a integração do Brasil no movimento hegemônico do capital no mercado mundial. A agenda neoliberal firmou-se no trinômio: abertura econômica, as privatizações e desregulamentação do Estado. Assim, o Estado deixou de ser o principal indutor da economia, esse papel passou a ser exercido pelo mercado (Alves, 2014).

Sob o domínio da ordem neoliberal, houve a integração/afirmação da nova ordem liberal, caracterizada pela financeirização e pela barbárie social, com a concentração de riqueza e desigualdade social (Alves, 2014).

Com o Neoliberalismo, houve a degradação dos valores coletivos e a minimização do trabalho organizado em sindicatos e associações. Houve o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho. Em consequência, o trabalho tomou dimensões precarizadas. Exemplos dessa precarização estão no surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho, remunerações flexíveis, entre outros (Alves, 2014; Antunes, 2011).

As transformações ocorridas no mundo laboral levaram a uma maior precarização, aumentando o número de terceirizações e a informalização do emprego. Houve um intenso e significativo processo de informalização e precarização da classe que trabalha; com um aumento cada vez maior dos mecanismos de extração do sobretrabalho e de destruição dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora (Antunes, 2011).

A inflexão no ritmo da expansão da economia brasileira levou à degradação de parcela dos trabalhos disponíveis e a um maior índice de desemprego. Neste aspecto, a informalidade aumentou por falta da garantia de renda dos desempregados. Ou seja, para garantir a renda, os desempregados foram empurrados para os trabalhos informais, parte deles aceitava as

ocupações precárias em contratações informais abaixo do mínimo estabelecido pela legislação social e trabalhista vigente para garantir a sua sobrevivência (Pochmann, 2009).

Nos anos 1996-2000, houve as primeiras crises da globalização neoliberal, ficando evidente a fragilidade orgânica da economia global do Neoliberalismo. A ordem neoliberal baseada na concentração de riqueza e desigualdade social de forma globalizada passou a ser alvo de insatisfação social. Há o surgimento, a partir da segunda metade de 2000, de movimentos antiglobalização. E o projeto alternativo às políticas neoliberais de 1990 foi denominado neodesenvolvimentismo (Alves, 2014).

Podemos dizer que os governos neoliberais da década de 1990 foram do começo de 1990 e só terminaram em 2002. A agenda neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (Presidente da República do Brasil de 1995 a 2003) foi substituída pela construção de um novo modelo de desenvolvimento capitalista não mais orientado pelo Neoliberalismo, porém não houve uma ruptura definitiva com os pilares neoliberalistas (Alves, 2014).

O neodesenvolvimentismo buscou as políticas de transferências de renda e gasto público com a intenção de diminuir as desigualdades sociais e fortalecer o mercado interno. E realmente teve êxito na tarefa de combater a pobreza extrema e incluir o subproletariado no mercado formal de trabalho, que por sua vez pôde realizar as expectativas de consumo da massa marginal de trabalhadores. Mas não conseguiu superar as condições históricas de extremas desigualdades, não realizando investimentos de peso para que houvesse uma reforma social rumo a uma sociedade menos desigual (Alves, 2014).

Alves (2014) aponta que o primeiro governo Lula (Presidente da República do Brasil de 2003 a 2010), de 2003 a 2006, manteve os pilares da macroeconomia neoliberal e deixou claro que não tinha pretensões anticapitalistas, ou seja, o novo governo neodesenvolvimentista reorganizou o capitalismo sem ameaçá-lo, e a parceria entre Estado e mercado foi mantida.

Quando salientamos que os governos pós-neoliberais não desmontaram o Estado neoliberal no Brasil, significa que, nos dez anos de neodesenvolvimentismo, persistiu, não apenas a sociedade política herdada da ditadura civil-militar e da década neoliberal, mas também a sociedade civil neoliberal, com suas trincheiras ideológicas que impedem o movimento progressivo da consciência social crítica das massas populares (Alves, 2014, p. 163).

Assim, baseados em Alves (2014), podemos concluir que, apesar da melhora no cenário brasileiro, com o aumento do mercado de trabalho formal, ainda temos milhares em condições rebaixadas de emprego. Ou seja, o mundo do trabalho ainda não conseguiu sair das amarras da precarização o suficiente para garantir ao trabalhador uma vida socialmente mais justa.

Apesar da redução do desemprego e aumento da formalização no mercado de trabalho, preserva-se no Brasil neodesenvolvimentista, profundos traços de precariedade salarial historicamente estrutural no Brasil, como, por exemplo, as altas taxas de rotatividade e crescimento das terceirizações [...] (Alves, 2014, p. 166).

Os dados lançados pelo IBGE permitem uma noção sobre uma das dimensões da precarização atual, o trabalho informal.

A informalidade ainda é uma característica importante no Brasil, abrangendo 43,1% dos trabalhadores em 2012. Estes percentuais são ainda mais elevados nas Regiões Norte e Nordeste, onde Pará e Maranhão possuem, respectivamente, 67,5% e 74,5% de seus trabalhadores inseridos na informalidade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2013, p. 145).

Neste contexto brasileiro, ligado ao mundo do trabalho, encontramos o jovem, que, junto com as mulheres e os idosos, continuam sendo submetidos a histórica tendência de inserção desfavorável no mercado de trabalho.

1.2 O ADOLESCENTE BRASILEIRO E O MERCADO DE TRABALHO

Para estudarmos o adolescente trabalhador, é importante termos em vista a definição de adolescência e de trabalho adotadas. Assim como as bases legais que regulamentam a inserção do adolescente no mercado de trabalho.

Nesta pesquisa, utilizaremos a definição de criança e adolescente dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei No. 8.069, 1990).

Pelo ECA, considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade e excepcionalmente as pessoas entre 18 e 21 anos de idade. Porém, é importante conhecermos a definição dada pela OPS/OMS (Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde).

Segundo a Pan American Health Organization [Paho] (1989), a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, em que se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange os indivíduos com as idades de 10 a 19 anos e pode ser dividida nas seguintes etapas: pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e adolescência propriamente dita (dos 15 aos 19 anos). Já o conceito de juventude pode ser entendido como

uma categoria essencialmente sociológica, em que há a preparação para os indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade, tanto no plano familiar quanto no plano profissional, e abarca os indivíduos dos 15 aos 24 anos.

O conceito de trabalho utilizado pelo IBGE (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm). Neste sentido, considera-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços.
 - b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico.
 - c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
 - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;
 - em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - como aprendiz ou estagiário.
 - d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:
 - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
 - na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.
- Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:
- trabalho remunerado (itens a e b);
 - trabalho não-remunerado (item c); e trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

Em relação às bases legais, as condições de inserção são previstas pela legislação brasileira através da Constituição Brasileira de 1988, pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal de 1990, e pela Lei da Aprendizagem (Lei No. 10.097, 2000). Neste aspecto, o adolescente brasileiro é teoricamente assegurado da exploração e de danos ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

Segundo a legislação brasileira, é proibido qualquer trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

A lei prevê que o aprendiz pode começar a trabalhar a partir dos 14 anos, em horários determinados, com continuidade dos estudos e com todas as garantias trabalhistas.

Para o adolescente entre 16 e 18 anos que pode trabalhar com carteira assinada, não é permitido o exercício de trabalho perigoso, insalubre, penoso, noturno ou prejudicial à moralidade, à escolaridade e ao desenvolvimento físico e mental. Caso estes requisitos não sejam obedecidos, o trabalho é considerado ilegal e caracterizado como trabalho infantil, proibido no país (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

O IBGE (2013, p. 29) aponta que no Brasil existem 3,2 milhões de trabalhadores de cinco a 17 anos de idade. E, apesar de este número ter caído em relação a 2012, ainda é um desafio a proteção da criança e do adolescente contra a exploração no trabalho.

Um aspecto da proteção de crianças contra exploração está relacionado à inserção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no mundo do trabalho em atividades produtivas, pois isto geralmente dificulta ou impede sua frequência à escola, sendo este um fator limitador de seu desenvolvimento e aprendizado pleno. Segundo a PNAD 2012, no grupo de idade de 5 a 13 anos o nível de ocupação foi de 2,5%, para pessoas de 14 ou 15 anos de idade foi de 13,5% e para aqueles com 16 ou 17 anos de idade foi de 28,6%. O combate ao trabalho infantil é foco de políticas sociais e está entre as prioridades colocadas pelo Unicef e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos na Declaração do Milênio, aprovada pela ONU em 08.09.2000.

A situação do adolescente trabalhador está marcada pela precariedade, que é mais acentuada se compararmos com a situação do trabalhador adulto. Pelos dados do IBGE (2013) – PNAD (Pesquisa Nacional de Domicílios 2012) –, a situação melhorou, mas continua preocupante.

Mesmo com as melhorias recentes no emprego formal para a juventude brasileira, com o aumento dos trabalhos com carteira assinada e do nível de escolaridade, a situação da nossa juventude ainda é um grande desafio (Júnia, 2011).

Uma parte significativa da juventude brasileira apresenta dificuldades para uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. De forma geral, essa inserção é realizada de forma precária e prejudica a trajetória de trabalho. Os jovens são vítimas do desemprego e da informalidade, dos baixos rendimentos e precária proteção social (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2009).

Dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE já indicavam que, na faixa etária entre 10 a 19 anos, encontrava-se a maior proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho, portanto excluídos do mercado formal de trabalho, o que os priva de direitos como férias, 13º salário, FGTS, etc. (Watarai & Romanelli, 2010).

O IBGE (2013) aponta que a informalidade ainda é marcante no Brasil e abrange 43,1% dos trabalhadores em dados coletados de 2012. E são os jovens de 16 a 24 anos e os idosos (60 anos

ou mais de idade) os que mais atuam na informalidade, cujas taxas foram de 46,9% e 70,8%, respectivamente. Assim, apesar de as desigualdades estarem diminuindo no campo do trabalho, ainda permanece a histórica tendência da inserção desfavorável no mercado de trabalho das mulheres, dos jovens e idosos e dos trabalhadores de cor preta ou parda.

No caso dos jovens, a elevada taxa de informalidade pode ser explicada pela busca do primeiro emprego e, em alguns casos, pela necessidade de conciliar o trabalho com o estudo, fazendo com que a posse de carteira assinada ou a contribuição previdenciária não seja um requisito imprescindível. É importante ressaltar, no entanto, que houve redução de 24,5% da informalidade neste grupo populacional entre 2002 e 2012, superior à queda observada no Brasil (22,2%) (IBGE, 2013, p. 246).

Em uma publicação da OIT (2014) – palestra de Laís Abramo, Diretora do Escritório da OIT –, são apontados os seguintes dados:

- São elevadas as taxas de jovens que conciliam estudo e trabalho, ou transitam de uma situação a outra.
- A ampliação da presença dos jovens na escola não eliminou a experiência do trabalho.
- No trabalho realizado na adolescência, fica mais evidente o forte peso das desigualdades sociais, pois é muito mais intenso entre os jovens das famílias mais pobres, muitas vezes equivalendo às piores formas de trabalho infantil e adolescente. E poucas vezes é exercido nas condições protegidas pela Lei da Aprendizagem.
- Os jovens com renda mais baixa são mais afetados pelo desemprego e por piores condições de trabalho. E muitas vezes eles não completam o Ensino Médio, enquanto os jovens com renda mais alta tendem a ser menos afetados pelo desemprego e encontram os melhores empregos.

Segundo os dados lançados pelo IBGE (2013), baseados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012), para os jovens de 15 a 17 anos de idade a taxa de ocupação foi de 25,3%.

Do total de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos:

- 65,4% somente estudavam;
- 18,8% conciliavam estudo e trabalho;
- 6,5% somente trabalhavam;
- 9,4% não trabalhavam nem estudavam.

*Fonte: Gráfico feito a partir de dados lançados pelo IBGE (2013).

Figura 1. Gráfico da relação entre estudo e trabalho dos jovens brasileiros com idades entre 15 e 17 anos

Pelas estatísticas, houve uma redução do número de jovens no mercado de trabalho. Porém, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2013), o número de jovens fora do mercado de trabalho pode não ser um fator positivo em si.

É preciso lembrar que, na faixa etária de 15 a 17 anos, 9,4% dos jovens brasileiros não trabalham nem estudam. Este percentual é variável conforme o recorte etário, mas, no geral, o número de jovens que não estudam nem trabalham é preocupante.

A queda na taxa de participação entre os jovens merece uma análise um pouco mais detida, pois ela pode ter um impacto positivo no médio e longo prazo caso esses jovens estejam saindo do mercado de trabalho para se educar mais. Porém, se estes jovens estão fora da força de trabalho e fora da escola, então esse número pode representar um sinal de alerta. [...] o percentual tanto de homens quanto de mulheres de 15 a 24 anos de idade fora da PEA e fora da escola é expressivo, e muito maior para as mulheres. Mais ainda, esse percentual aumentou entre 2009 e 2012 para ambos os grupos. Uma ressalva importante que deve ser feita é que os dados da Pnad não permitem captar aqueles frequentando ensino técnico e, portanto, esse percentual pode estar superestimado, uma vez que parte desses jovens pode estar frequentando esse tipo de curso. Ainda assim, esses resultados são preocupantes em termos de políticas públicas, especialmente no que tange as mulheres (IPEA, 2013, pp. 21-22).

Outro aspecto importante a ser observado é o número de adolescentes que estão na condição de trabalho infantil. É considerado trabalho infantil todo trabalho realizado por crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos (salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos) ou por maiores 16 (até os 18 anos) em trabalhos prejudiciais ao seu desenvolvimento.

Trabalho infantil é toda atividade econômica realizada por meninos e meninas que estão abaixo da idade mínima para o trabalho permitida pela legislação nacional. Para o caso de adolescentes (acima da idade mínima, mas menores de 18 anos), são consideradas como trabalho infantil todas as atividades que interferem em sua educação, que se realizam em ambientes perigosos e/ou em condições que afetem seu desenvolvimento psicológico, físico, social e moral, ou seja, todo trabalho que priva meninos e meninas de sua infância, sua educação e sua dignidade (OIT, 2011, p. 1).

E.R.A. Silva (2014), baseada na PNAD 2012, faz considerações sobre o trabalho infantil no Brasil de hoje e aponta para uma inserção precária dos jovens de 16 ou 17 anos no mundo do trabalho:

- 45,6% eram empregados sem carteira assinada;
- 13,2% eram não remunerados;
- Só 25,6% contribuía para a previdência social;
- A maior parte dos jovens estava ocupada em atividades urbanas, como coleta e seleção de lixo, comércio ambulante, serviços em feiras livres, trabalho doméstico – todas enquadradas nas piores formas de trabalho infantil.

Diante dos fatos, o trabalho do adolescente é alvo de preocupações, principalmente quando nos referimos à qualidade e significado do trabalho que realizam. Esta preocupação pode ser vista como uma das causas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho ser um assunto presente na agenda contemporânea de debates no mundo todo. Não só pela ótica da conciliação entre trabalho e estudo, como também da qualidade do trabalho exercido (IBGE, 2010).

1.3 EDUCAÇÃO, TRABALHO E ASCENSÃO SOCIAL

A educação é um bem coletivo essencial para a promoção da cidadania e apresenta um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Além disso, a educação é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social. Nesse sentido, a elevação do nível educacional da população e a maior igualdade no acesso à educação de qualidade devem ser objetivos prioritários das políticas públicas educacionais (IBGE, 2013, p. 177).

A educação inadequada, a entrada precoce no mercado de trabalho, as dificuldades de conciliar estudo e trabalho, entre outros, são fatores importantes para dimensionar a realidade de grande parte dos jovens brasileiros.

A pesquisadora Deluiz (conforme citado por Júnia, 2011) alerta-nos sobre a importância da discussão acerca da histórica dualidade estrutural da educação brasileira, em que uma parcela de jovens é encaminhada para o ensino de baixa qualidade, enquanto os jovens com maiores recursos econômicos usufruem de uma educação de qualidade superior. Este fator contribui para que uma parcela dos jovens seja encaminhada para trabalhos de melhor qualidade, enquanto os jovens com baixo poder econômico ocupam os postos de trabalhos precários, perpetuando a divisão social do trabalho e a hierarquização da sociedade de classes.

Os jovens adolescentes com baixo poder econômico conseguem os trabalhos “facilmente descartáveis”, que não exigem qualificação, embora tenham ensino médio. Este fator compromete a possibilidade de ascensão social, apesar do estudo (Deluiz, conforme citado por Júnia, 2011).

Assim, jovens em condições de inserção no mercado de trabalho superiores às dos pais, em termos de escolaridade e formação profissional, encontram-se frustrados em virtude do desemprego recorrente, ou desolados diante da ocupação de baixa remuneração, que os impede de alçar a independência econômica. Aos pais resta muitas vezes o ceticismo, o sentimento de um certo fracasso em relação à educação oferecida aos filhos, que tende a ser vista como inadequada para viabilizar o sucesso no mercado de trabalho (Pochmann, 2007, pp. 24-25).

Enquanto os filhos das famílias com maior poder econômico têm a inatividade bancada pela família até a graduação ou a pós-graduação, os filhos das famílias com baixo poder econômico entram para o mercado de trabalho precocemente e de forma precária. Isto se reflete nas melhores condições de disputar os melhores postos de trabalho. Os filhos das famílias com baixo poder econômico tendem a ocupar as piores vagas de trabalho, aquelas com baixa remuneração e/ou mais penosas.

Nesse sentido, o mercado de trabalho acaba por reproduzir as desigualdades na passagem do sistema educacional para o mercado de trabalho (Pochmann, 2007).

Mesmo o maior nível de escolaridade não é necessariamente mais valorizado no mercado de trabalho, se a qualidade da educação não for de boa credibilidade no mercado de trabalho, principalmente em relação ao ensino superior (OIT, 2009). Neste aspecto, mais uma vez podemos considerar que os filhos das famílias abastadas, que podem bancar os recursos para viabilizar sua entrada nas melhores universidades, sobressaem-se em relação aos filhos das famílias com baixo poder aquisitivo.

Para minimizar esta realidade de desigualdade em relação às oportunidades de estudo no ensino superior, há algumas ações:

- *Lei das Cotas* (Lei No. 12.711, 2012). A Lei prevê o direito de metade das vagas das Universidades Públicas Federais para os alunos que cursaram o ensino médio na rede pública, sendo que 50% desse percentual pode ser subdividido segundo os critérios de ordem socioeconômica e étnico-racial.
- Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação superior nas instituições particulares de ensino.
- Programas de bolsas de estudos em instituições da iniciativa pública e privada. Como exemplo temos o ProUni (Programa Universidade para Todos), que oferta bolsas em instituições particulares, segundo os resultados obtidos no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Não sabemos, porém, se essa realidade de histórica desigualdade está sendo estruturalmente modificada por essas iniciativas. Não sabemos se o acesso mais facilitado coloca os filhos das famílias com baixo poder econômico em igualdade real de condições para competir pelas melhores vagas no mercado de trabalho. Essa questão exige estudos mais apurados que não temos condições de fazer neste momento, por fugir dos objetivos deste estudo. O artigo de Zago (2006) alerta sobre essas questões e permite o contato com outros pesquisadores que podem permitir o aprofundamento da temática.

Para J.R.P. Oliveira (2007), mesmo com a expansão do acesso ao ensino médio nos últimos anos e o crescimento significativo do ensino superior, que ampliou a oportunidade de escolarização da população e praticamente universalizou o acesso e a permanência no ensino médio, ainda permanecem formas de desigualdades e exclusões no sistema de ensino. Aponta

que, apesar de melhoras consideráveis no setor educacional, uma parcela ainda sofre com a desigualdade:

Evidentemente, a desigualdade e a exclusão permanecem. Não é por isso que sequer o ensino fundamental tenha deixado de ser etapa produtora de desigualdade educativa. Além disso, os discriminados de ontem continuam a ser os discriminados de hoje. Mas a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado. Setores mais pobres reprovam mais, evadem mais, concluem menos, o mesmo ocorre com negros e meninos, mas, mais importante que isso, aprovam mais, permanecem mais e concluem mais do que em qualquer outro momento de nossa história educacional, ainda que permaneçam como os setores mais excluídos. Só que não são excluídos da mesma maneira que no passado! (J.R.P. Oliveira, 2007, p. 682).

Também temos dúvidas se ter qualificação garante igualdade de condições para inserção no mercado de trabalho. Um aprofundamento na questão não nos cabe, porém, as informações do IPEA (2013) nos fazem refletir sobre o sonho de que a qualificação pode automaticamente gerar igualdade de condições dentro da sociedade. E se o atual sistema de ensino é capaz de oferecer condições para o progresso social do indivíduo.

Dessa forma, as evidências discutidas nessa seção oferecem fortes evidências contrárias à noção de que haveria uma escassez de mão de obra qualificada no país. De um lado, a oferta – tanto relativa quanto absoluta – de trabalho qualificado vem aumentando quase que continuamente, especialmente na última década. De outro, o preço relativo da mão de obra mais qualificada vem caindo também quase que continuamente. Mais ainda, os desempregados hoje são em sua maioria qualificados e não o contrário. Sendo assim, essas evidências sugerem que, se há escassez, é de mão de obra não-qualificada. Cabe notar, no entanto, que essa análise não elimina a possibilidade que setores específicos podem ter experimentado uma escassez de profissionais qualificados e especializados. Porém, este não é o cenário para o mercado de trabalho como um todo (IPEA, 2013, p. 19).

Daí a importância de estudarmos as artimanhas do sistema capitalista em relação às diferenças entre as classes sociais e as oportunidades de usufruir dos bens gerados. “A escola, consistindo em uma produção material da sociedade, tem sua história atrelada ao desenvolvimento dos meios de produção. Portanto, a história da escola e a história do mundo do trabalho são indissociáveis” (Ruiz, 2014, p. 120).

Com o advento do capitalismo, houve a necessidade de massificar o ensino para atender à necessidade de incorporação da ciência no processo produtivo. Era importante formar consciências para aceitar as máximas do capitalismo. O sistema de ensino passou a auxiliar a formação de indivíduos passivos, que respeitassem o direito da propriedade privada com naturalidade e que aceitassem que apenas alguns que fizessem por merecer teriam um lugar ao

sol. Assim, a escola estendida para os trabalhadores e os seus filhos foi uma necessidade de modelar sujeitos para compactuar com o modo de produção capitalista de forma domesticada e transmitir conhecimentos capazes de elevar as produções (Ruiz, 2014).

[...] Uma educação escolar básica que auxiliasse o sujeito comum a viver na sociedade de forma mais polida e se inserir no processo produtivo com pensamento ágil. Para o trabalhador seria necessária, então, uma instituição mínima que contribuísse para manter a ordem e a ascensão capitalista. No, entanto, a educação não deveria ultrapassar esse mínimo para que assim o trabalhador não entrasse em contradição com a ordem social do capital (Ruiz, 2014, p. 126).

Porém, a escola tem o potencial de servir aos interesses dos trabalhadores, mas para isso precisa ser revista em sua estrutura, para que venha a ter um caráter crítico e progressista. E possa ser uma fonte de transformação social e emancipação contra a alienação, a marginalização e a desumanização da grande massa que vende a sua força de trabalho (Ruiz, 2014).

Baseados no que apontamos até aqui, consideramos que, mesmo dentro das controvérsias e conflitos que permeiam o ensino, não é possível negar que ele seja importante para auxiliar na sobrevivência do indivíduo dentro da nossa sociedade. Somos levados a pensar que a frequência assídua à escola seja um dos passos para que o jovem de famílias desfavorecidas economicamente possa interagir e quem sabe auxiliar na transformação da escola, para que ela seja um veículo mais eficaz de promoção de maior justiça social.

Aqui é interessante considerarmos que o acesso real e de qualidade no ensino, não é importante apenas para que o indivíduo tenha melhores condições no mercado de trabalho e ascensão social, mas para que tenha condições de pensar de forma crítica a sua existência na sociedade, pensar sobre seus direitos e sobre a possibilidade de atuar contra a opressão social segundo uma consciência de classe.

Ainda dentro do campo das desigualdades, um dos pontos importantes para a nossa discussão é o fato de que o trabalho precoce pode ser visto como uma das causas que colocam os filhos das famílias com renda mais baixa em condições desfavoráveis em relação aos filhos das famílias com renda mais alta e contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais, pois, nesse sentido, mesmo que tenha acesso ao ensino superior, há condições subjacentes que podem deixar o estudante com renda mais baixa em situação desfavorável.

Pochmann (2007) considera que, nos dias atuais, é necessário avançar na viabilização de condições que retardem ao máximo a entrada do jovem no mercado de trabalho. Observa que no Brasil, para cada dez jovens, existem sete ativos no mercado de trabalho, enquanto nos países desenvolvidos chega-se a apenas um jovem ativo para cada nove inativos. Afirma que a

postergação da inatividade possibilita a ampliação da escolaridade e a melhor preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

Por outro lado, para Fischer, Oliveira, Teixeira, Teixeira e Amaral (2003), programas como o Programa Primeiro Emprego e a legislação vigente no país reforçam o que é chamado como trabalho precoce. E o trabalho precoce, em si, pode ser visto como autor de consequências positivas e negativas ao desenvolvimento físico e psicossocial do indivíduo

O adolescente com baixo poder econômico que se vê obrigado a trabalhar enfrenta um dilema crucial, pois, se, de um lado, precisa trabalhar devido às necessidades econômicas familiares, por outro lado, é impelido a estudar para que supostamente esteja preparado para a inserção no mercado de trabalho, cada dia mais exigente (Felismino & Silva, 2008).

O aumento da escolaridade pode ocorrer simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho, sem que isso implique no adiamento da transição para a vida adulta. Na realidade, muitos jovens buscam a conciliação entre o estudo, a formação profissional e o trabalho, tanto em situações em que são premidos pelas condições econômicas de suas famílias, quanto pela necessidade e desejo de construir sua autonomia econômica. Além disso, se por um lado o mercado de trabalho demanda maior escolaridade, requer também maior experiência profissional e a atualização permanente das qualificações, em função da velocidade das transformações tecnológicas, que tendem a tornar o conhecimento adquirido obsoleto no curto prazo (OIT, 2009, p. 23).

A necessidade de conciliar estudo e trabalho é a realidade de uma significativa parcela dos adolescentes de hoje. No entanto, trabalhar e estudar apresenta-se como um desafio cotidiano e os jovens revelam a necessidade de desenvolver estratégias para conciliar as atividades nesses dois ambientes que disputam seu tempo, atenção e dedicação (Mattos & Chaves, 2010).

Os resultados do estudo realizado por Luz (2010) apontam o ingresso do adolescente no trabalho cada vez mais cedo, em razão da necessidade de melhores condições financeiras. No estudo da referida autora, os jovens relatam passar por muitos desafios para conciliar as atividades pessoais, profissionais e acadêmicas. Neste sentido, um dos problemas que o jovem que trabalha precocemente enfrenta relaciona-se à saúde:

A extensa jornada diária de trabalho somada ao período de estudo noturno comprometeu, na maioria dos casos, o desempenho acadêmico e a saúde dos participantes. Os principais fatores prejudiciais à saúde relatados pelos jovens foram, falta de tempo para dormir, para se alimentar adequadamente, para praticar atividade física e a redução do tempo de lazer e convívio social com amigos e família (Luz, 2010, p. 8).

Ficam evidentes os sinais de que conciliar estudo e trabalho é uma tarefa complicada para os jovens que precisam trabalhar pela sobrevivência econômica.

Assim, o trabalho pode ser um meio de desenvolvimento ou um processo de exploração e violência à adolescência, dependendo do contexto. Ou seja, é uma realidade complexa e de múltiplas facetas.

Reforçando aspectos do que destacamos anteriormente, uma das faces desta realidade é o fato de os jovens e adolescentes com renda mais baixa estarem, em grande parte, sujeitos aos trabalhos danosos à sua saúde, como nos trabalhos informais/ilegais.

No mercado de trabalho informal, nada é assegurado ao jovem/adolescente que anseia por trabalhar; não há garantias de condições que impeçam a exploração e danos ao seu desenvolvimento. E este é um aspecto preocupante, pois:

Em suma, o trabalho, quando não oferecido adequadamente para esta população, passa a representar um ritual de violência à saúde, capaz de gerar graves sequelas para a vida adulta. A falta de alternativas, somada a ausência de proteção, permitida por lei, colocam crianças e adolescentes num status inferior ao do conjunto dos trabalhadores nas piores condições, elas podem estar sujeitas a intimidações e abusos físicos, contra os quais não podem se defender e tem poucos recursos para obter compensações nas ocorrências de danos ou injustiças (Minayo-Gomez & Meirelles, 1997, pp. 130-140).

A OIT (2009) aponta-nos que a situação de precária inserção no mercado de trabalho e de falta de acesso ao trabalho provoca um desperdício do emprego do potencial do jovem no desenvolvimento do país. E afirma-nos que, diante desse contexto, é fundamental o fortalecimento das políticas voltadas para a juventude, de forma que contemplem a heterogeneidade (OIT, 2009). Uma maior igualdade de condições de inserção no mercado de trabalho legalizado é esperada em relação aos gêneros, classe social, área geográfica, cor da pele e idade.

A tendência é que os filhos das famílias com renda mais baixa sejam empurrados ao trabalho precoce, ocupando atividades ocupacionais precárias; insalubres ao seu desenvolvimento e prejudiciais a sua formação escolar (Bezerra, 2006; Kassouf, 2002, 2005; Luz, 2010; Minayo-Gomez & Meirelles, 1997; “Nota técnica”, 2002; OIT, 2009; B.R.G. Oliveira & Robazzi, 2001; Pochmann, 2007). Assim, parecem condenados à perpétua condição de classe social com renda mais baixa, com tendência à mera sobrevivência social. A ascensão social pelo trabalho e pela escola torna-se um sonho cada vez mais inatingível, um sonho negado pela forma atual do sistema econômico da nossa sociedade.

Conforme o cenário de relevante precariedade/ilegalidade do trabalho adolescente, devemos estudar cuidadosamente os incentivos ao trabalho precoce e os recursos efetivos de fiscalização do cumprimento integral da legislação que autoriza o trabalho de adolescentes.

1.4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O ADOLESCENTE TRABALHADOR

A Constituição Brasileira e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei No. 8.069, 1990) oferecem à nossa sociedade as principais leis relacionadas ao adolescente. Baseados nestes principais documentos, apontaremos as leis que se aplicam ao adolescente que trabalha e estuda.

Na Constituição Brasileira de 1988, encontramos, no Capítulo XII – Da família, da criança, do adolescente e do idoso – e no Inciso XXXIII do artigo 7º, os principais artigos sobre a temática:

Artigo 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

...

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

Inciso XXXIII do Artigo 7º do Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 7º São *direitos dos trabalhadores* urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

...

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; [itálicos nossos]. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

No ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei No. 8.069, 1990), encontramos os seguintes artigos:

Estatuto da Criança e do Adolescente – (Lei No. 8.069, 1990):

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

...

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Capítulo V

Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (Constituição Federal)

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (Lei No. 8.069, 1990).

A aprendizagem no Brasil foi regulada na década de 1940 pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Lei No. 5.452, 1943). A lei estabeleceu normas de proteção para o trabalhador menor de 18 anos. Em 2000 e 2005, houve um processo de modernização por meio das leis 10.097 (2000), 11.180 (2005) e Decreto No. 5.598 (2005).

A Lei No. 10.097 (2000) faz referência ao Menor Aprendiz, e seus principais tópicos são:

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

‘Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola’.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

...

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica (Lei No. 10.097, 2000).

Para apontarmos as principais modificações referentes à CLT, pela Lei No. 11.180 (2005) e Decreto No. 5.598 (2005), citamos o Artigo 18 (Lei No. 11.180, 2005):

Art. 18. Os arts. 428 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

§ 5º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.’ (NR)

‘Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

.....’ (NR). (Decreto No. 5.598, 2005; Lei No. 11.180, 2005).

Finalizando este tópico, apresentamos a regulamentação relacionada aos contratos de aprendizagem profissional e estágio. Apesar de o estágio não ser considerado trabalho, o IBGE considera o estagiário como pessoa ocupada.

A regulamentação de estágios ocorre atualmente pela Lei No. 11.788 (2008). Pela referida lei, o estágio não cria vínculo empregatício, mas o estagiário pode receber bolsa ou outro tipo de benefício que convenha e é assegurado contra acidentes pessoais. O termo de compromisso deve ser realizado entre a empresa contratante e o aluno, por intermédio da instituição de ensino.

A Lei No. 11.788 (2008), define:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Nos capítulos posteriores, analisaremos as condições de trabalho dos nossos sujeitos da pesquisa e verificaremos se a legislação brasileira está sendo aplicada em sua realidade.

1.5 PROGRAMAS E AÇÕES PARA JUVENTUDE: EDUCAÇÃO E TRABALHO QUALIFICADO

Nesta parte do estudo, citaremos os principais programas e ações para a juventude sem nos aprofundarmos na temática, pois para tanto haveria a necessidade de estudo específico à parte.

Existem programas e ações governamentais para a juventude nas esferas federal, estadual e municipal, além do setor privado. Em termos gerais, estes programas e ações visam a educação, a qualificação profissional e o acesso adequado do jovem ao mercado de trabalho. São programas que visam qualificar os jovens para que entrem preparados no mercado de trabalho, mesmo sem ter tido experiência profissional anterior.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), criado em 2003, pela Lei No. 10.748, de 22 de outubro, foi um dos principais programas criados especificamente para a juventude. Tinha o objetivo de promover a criação de postos de trabalho para jovens, por meio de ações de qualificação, ocupações alternativas e inclusão social. Para tanto, tinha várias linhas de ação: subvenção econômica, consórcios sociais da juventude, juventude cidadã, empreendedorismo e responsabilidade social, além de ações de reformulação da aprendizagem (OIT, 2009).

Os jovens beneficiados deveriam estar com idade de dezesseis a vinte e quatro anos, em situação de desemprego involuntário, que não tivessem vínculo empregatício anterior e fossem membros de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, estar matriculados e cursando ensino fundamental, médio ou cursos de educação de jovens e adultos (supletivos). O PNE foi substituído pelo Projovem.

Em 2005, foi instituído o Projovem (Programa de Inclusão de Jovens), pela Lei No. 11.129, de 30 de junho. Em 2007, o Projovem foi reestruturado e unificou os demais programas existentes, para originar o Projovem Unificado ou Integrado (Lei No. 11.692, 2008).

Assim, o Projovem, destinado a jovens de 15 a 29 anos, procurou promover a sua clientela a reintegração ao processo educacional, qualificação profissional e o desenvolvimento humano, por meio das seguintes modalidades:

- Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo;
- Projovem Urbano;
- Projovem Campo – Saberes da terra;

- Projovem Trabalhador.

A política pública da juventude está em consonância com os compromissos assumidos em foros nacionais e internacionais. Segundo a OIT (2009), os compromissos visam à realização das seguintes ofertas:

- Da oportunidade de aquisição de capacidades por meio do acesso à educação e à qualificação profissional;
- De acesso ao trabalho legal;
- Da garantia de direitos, principalmente em relação à oferta de serviços para as diferentes necessidades juvenil.

Na esfera internacional e nacional, temos a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente (AHTDA) e a Agenda Nacional de Trabalho Decente, lançada em 2006 pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). A Agenda Hemisférica tem um plano de trabalho para o período de 2006 a 2015 e tem como objetivo uma melhor formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Sua meta é reduzir a taxa de jovens que não estudam e não trabalham dentro do período de dez anos (OIT, 2009).

Além dos programas e ações governamentais, temos as iniciativas do setor privado, que atuam na esfera da qualificação e educação profissional de jovens e adultos. Entre estas iniciativas destacamos:

- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;
- SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

Recentemente houve a criação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), pela *Lei No. 12.513 (2011)*. ***Apesar de não ser um programa exclusivo para a juventude, acaba por contemplá-la, principalmente após a sua ampliação, em outubro de 2014.***

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) tem como finalidade a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Segundo a legislação, o Pronatec atenderá prioritariamente a:

- Estudantes do Ensino Médio da rede pública, incluindo a Educação de Jovens e adultos;

- Trabalhadores;
- Beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- Estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Em outubro de 2014, o governo federal ampliou o Pronatec, com o Pronatec Aprendiz, que beneficia as Micro e Pequenas Empresas (MPE) e os jovens trabalhadores acima de 15 anos.

Sobre o Pronatec Aprendiz, utilizamos as informações oferecidas por meio do site do Sebrae:

As micro e pequenas empresas (MPE) geralmente não dispõem de capital para preencher seu quadro de colaboradores apenas com profissionais experientes e com avançada formação.

Com o objetivo de beneficiar mutuamente as MPE e jovens trabalhadores em situação de vulnerabilidade social em busca de oportunidades, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) desenvolveu um desdobramento chamado Aprendiz na Micro e Pequena Empresa. Com isso, universaliza-se um programa que atendia apenas a empreendimentos de médio e grande porte e criam-se condições para a contratação de jovens aprendizes por 97% das empresas brasileiras.

O Aprendiz na Micro e Pequena Empresa, do Pronatec, é resultado de parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE], 2014).

Para um maior aprofundamento sobre os principais programas e ações para a juventude, indicamos o trabalho da OIT (2009) intitulado “Trabalho Decente e Juventude no Brasil” e o estudo sobre as políticas que giram em torno do Pronatec.

Assim, a necessidade de promover trabalho adequado à juventude é alvo de preocupação para as políticas públicas do país.

2 OBJETIVOS E TRAÇADOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores rurais migrantes, inserem-se no mercado de trabalho e conciliam o estudo e a atividade laboral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar a existência de queixas relacionadas à saúde em virtude do trabalho desempenhado pelos adolescentes;
- Investigar as condições de lazer e atividades sociais dos jovens que estudam e trabalham;
- Investigar a existência de queixas físicas e mentais referidas pelos adolescentes em relação às atividades laborais desempenhadas.

TRAÇADOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, orientada pelo materialismo histórico dialético. Este referencial teórico leva em consideração a dimensão histórica e dialética da realidade a ser estudada.

Na concepção teórico-metodológica de Marx, o ponto de partida para a análise da sociedade são os indivíduos reais e suas condições de existência, dado que para ele, a forma de organização da sociedade é que produz possuidores de capital ou de mercadorias de um lado e trabalhadores que possuem apenas a força de trabalho de outro, como resultado do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista (Bezerra Neto & Bezerra, 2010, p. 255).

Assim, o ponto teórico-metodológico de Marx são os indivíduos reais e suas condições concretas de existência. O que os homens são acaba coincidindo com sua produção, ou seja, com o que produzem e com a forma como produzem.

Para compreendermos a configuração social, é importante sabermos sobre as suas relações de produção. Nossa sociedade capitalista pressupõe as relações entre classes sociais, proprietários dos meios de produção e não proprietários.

As relações de produção são relações de poder econômico sobre a força de trabalho e os meios de produção, de cujo privilégio alguns gozam, enquanto os demais carecem. Em uma sociedade capitalista, as relações de produção incluem o poder econômico que os capitalistas detêm sobre os meios de produção, o poder econômico que os trabalhadores (ao contrário dos escravos) possuem sobre sua própria força de trabalho e a ausência de poder econômico dos trabalhadores sobre os meios de produção. Os produtores imediatos podem não possuir poder econômico, possuir algum poder econômico ou possuir total poder econômico sobre a sua própria força de trabalho e sobre os meios de produção que utilizam (Cohen, 2010, p. 65).

Na tradição marxista, as classes sociais são grandes grupos sociais definidos pelas suas relações de produção dentro de um sistema econômico e social particular. No capitalismo existem duas classes básicas: a classe dominante, que controla o Estado e se apropria do excedente econômico na forma de lucros e juros, e a classe trabalhadora. As classes são definidas pelo papel que desempenham na produção, resultado direto da divisão social do trabalho (Bresser-Pereira, 1981/2002).

Para gerar conhecimento sobre os fenômenos que ocorrem em uma sociedade, é primordial conceber que a nossa consciência é fruto de um mundo real que a precede, ou seja, a consciência é reflexo do mundo material e com ele interage, provocando modificações nesse mesmo mundo. Então, dialeticamente, o homem é criatura da realidade em que vive e ao mesmo tempo a transforma em sua criação (Bezerra Neto & Bezerra, 2010).

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez (Marx, 1982, p. 25).

Dito de outra forma, pelas considerações de Bezerra Neto e Bezerra (2010), o pensamento humano é fruto da realidade concreta do homem. E este pensamento, que foi gerado por meio da interação prática, é capaz de compreender o mundo concreto e agir sobre ele de forma a transformá-lo. Mas este potencial de transformação da realidade pode em tese ser enfraquecido pelos mecanismos mantenedores das desigualdades sociais dados pelas relações de produção vigentes.

O entendimento da realidade requer a ultrapassagem do nível da aparência, da superficialidade das coisas, para que seja possível o entendimento da sua essência. O desafio está em conhecer a realidade que se apresenta de forma caótica. Para o materialismo histórico, só é possível pensar a matéria em seu processo de transformação (Bezerra Neto & Bezerra, 2010).

Diante dessas breves considerações, apontamos que, para desenvolver as análises sobre os filhos de migrantes que estudam e trabalham, consideramos o contexto histórico da migração em Guariba e as condições de existência das migrantes e seus filhos dentro das formas de produção do agronegócio que domina a região.

Nossa avaliação procurou ultrapassar a realidade aparente – que proporciona em graus diferentes o conformismo nos explorados. E entender a essência – que estabelece uma realidade opressora para uma grande parcela social, como a do migrante trabalhador rural e sua família.

A pesquisa foi realizada com 30 adolescentes que tinham experiência em conciliar estudo e trabalho, com idades variando entre 14 e 18 anos incompletos, matriculados em duas escolas (uma de ensino fundamental e outra de ensino médio). Entre os entrevistados, 13 tinham idades entre 14 e 16 anos e 17 tinham idades entre 16 e 18 anos.

As escolas selecionadas foram a Escola Estadual Professora Josephina de Camargo Neves (E.E. Profª Josephina de Camargo Neves) e a Escola Municipal de Educação Básica Professora Izabel Sadalla Crispino (E.M.E.B. Profª Izabel Sadalla Crispino). Estas escolas funcionam no mesmo prédio e assistem os alunos do Bairro Alto e bairros vizinhos. Estes bairros compõem a periferia de Guariba, habitada basicamente por famílias com histórico de migração.

Na Escola Municipal de Educação Básica Professora Izabel Sadalla Crispino, entrevistamos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). E na Escola Estadual Professora Josephina de Camargo Neves, entrevistamos alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio.

Inicialmente, em 2011, realizamos uma etapa exploratória a respeito dos temas que envolvem a nossa pesquisa. Essa etapa foi realizada por meio de livros, artigos, teses

acadêmicas, materiais específicos elaborados pela Pastoral do Migrante de Guariba e entrevistas com profissionais que atuavam na área da educação e migração. Nessa ocasião, entramos em contato com a responsável pela Pastoral do Migrante de Guariba, irmã Inês Facioli, que nos prestou informações orais (não gravadas) e apontou para a árdua vivência dos migrantes e suas famílias. De acordo com as informações orais prestadas pela irmã Inês sobre as condições de trabalho dos migrantes cortadores de cana, alguns chegaram a óbito devido à sobrecarga de trabalho desumano. A irmã Inês nos apontou que, de modo geral, os migrantes não querem que seus filhos tenham sinas parecidas com a deles, pois trabalhavam como máquinas.

Em 2006, a Pastoral do Migrante de Guariba/SP denunciou à relatoria nacional para o direito humano ao trabalho a ocorrência da morte de nove trabalhadores durante o trabalho. Os trabalhadores tiveram suas mortes diagnosticadas como parada cardiorrespiratória ou acidente vascular cerebral. As usinas para as quais trabalhavam não reconheceram as mortes como acidentes de trabalho.

Observando os locais de trabalho dos trabalhadores – as frentes de trabalho a céu aberto – pode-se perceber que os mesmos trabalham sem proteção diante do sol, sem equipamentos de proteção individual que os proteja de cortes, não dispõem de água potável nem de material de primeiros socorros. As áreas de trabalho não contam com abrigo para os trabalhadores guardarem os alimentos e fazerem as refeições, cabines sanitárias devidamente equipadas com vaso sanitário e lavatórios, material de primeiros socorros, trabalhador treinado para primeiros socorros nem ambulância. A água fornecida pela empresa fica armazenada nos tanques dos ônibus, ficando aquecida, no decorrer do dia, pela temperatura local. As roupas utilizadas no corte da cana são compradas por conta própria, não há o fornecimento de máscaras nem de óculos, o que obriga os trabalhadores a inalar a fuligem da cana queimada, e também a não proteger os olhos do contato com a fuligem e as partículas de cana (Costa, 2007, pp. 2-3).

Este momento inicial ajudou-nos a amadurecer algumas questões para realização do nosso projeto de pesquisa, apresentado para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCL-RP) da Universidade de São Paulo (USP).

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, em sua 117ª Reunião Ordinária, realizada em 28.02.2013, iniciamos a coleta de dados para realização da pesquisa (Anexo A).

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foi feito um levantamento nos prontuários escolares da clientela estudantil, havendo a leitura dos documentos de Certidão de Nascimento e/ou Registro Geral (RG) e de outros dados que permitiram traçar um perfil dos alunos com idades entre 14 e 18 anos incompletos.

Ao todo analisamos 914 prontuários escolares. Foram 479 prontuários do ensino médio da “E.E. Profª Josephina de Camargo Neves” e 435 do ensino fundamental, incluindo a EJA (Educação de Jovens e Adultos) da “E.M.E.B. Profª Izabel Sadalla Crispino”.

Nos documentos constou que a maioria dos alunos nasceu no estado de São Paulo, mas tem pais migrantes. Posteriormente, verificamos que os alunos migrantes (pais também migrantes), apresentavam-se em maior número em comparação com os nascidos no Estado de São Paulo (pais também). Neste sentido, os alunos que tinham histórico relacionado à migração eram a maioria.

A partir dos prontuários elaboramos uma lista com o nome e série dos alunos migrantes e/ou filhos de migrantes, que preenchiam os critérios de inclusão para serem voluntários na pesquisa.

A segunda etapa foi realizada mediante entrevista gravada e transcrita.

Com a lista de nomes dos possíveis voluntários confeccionada na primeira etapa, pudemos convidar os alunos para participar da entrevista sobre estudo e trabalho. Gravamos 30 entrevistas que perfizeram aproximadamente 10 horas de gravação, sendo que 15 alunos foram do ensino médio (E.E. Profª Josephina de Camargo Neves) e 15 do ensino fundamental (E.M.E.B. Profª Izabel Sadalla Crispino).

De modo geral, os adolescentes não falavam de forma espontânea, necessitando estímulo constante para que se aprofundassem nas questões apresentadas. Tendiam a dar respostas rápidas para as questões, sem aparente necessidade de reflexão sobre o tema apresentado. Este dado provavelmente esteja ligado ao tempo curto das entrevistas, que na média duraram entre 20 e 40 minutos cada. Mas, apesar de as entrevistas terem sido relativamente curtas, a qualidade das informações prestadas foi rica para a realização da pesquisa.

O levantamento de dados nos prontuários foi realizado após termos entrado em contato com a direção da escola “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves” para autorização do nosso trabalho (Apêndice A). Os prontuários foram analisados entre os meses de abril e junho de 2013 e as entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e novembro de 2013.

Após o convite e aceitação dos voluntários da escola “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves”, detectamos que o número de voluntários não contemplava as nossas pretensões para o estudo, pois o nosso objetivo era entrevistar aproximadamente 30 adolescentes.

Encontramos dificuldades para que alguns jovens participassem da pesquisa, pois demonstraram receios em ser prejudicados por não terem carteira assinada e enfrentarem

situação ilegal de trabalho. Principalmente quando o próprio adolescente era migrante. Talvez esse comportamento esteja relacionado à realidade do migrante, ou seja, estar empregado mesmo em situação irregular é melhor que enfrentar o desemprego e a dificuldade financeira extrema.

[...] Possivelmente, a piora nas condições de vida das famílias, diante da crise no mercado de trabalho nos anos [19]90 – com mais desemprego, geração de postos de trabalho precários e com baixos salários aos adultos – tenha influenciado o jovem a tentar contribuir na complementação da renda familiar, mesmo em atividades inaceitáveis (trabalho escravo, insalubre, perigoso, prostituição infantil, tráfico de drogas, crime organizado, etc.) (Pochmann, 2007, p. 35).

Nesse momento do percurso, observamos a necessidade de incluir a clientela da E.M.E.B. Prof^a Izabel Sadalla Crispino, para que pudéssemos atingir um número maior de voluntários e dar maior complexidade ao estudo. A escola atendia o ensino fundamental do 6º ao 9º ano. Sendo assim, solicitamos a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP para a inclusão da instituição para participação na pesquisa e, após aprovação, iniciamos os procedimentos de pesquisa (Anexo B).

A E.M.E.B. Prof^a Izabel Sadalla Crispino funcionava no mesmo prédio da escola “Josephina de Camargo” e atendia a uma clientela de perfil similar, as mesmas características almejadas para o nosso estudo. Outro ponto positivo de trabalharmos com seus alunos foi o fato de a E.M.E.B. Prof^a Izabel Sadalla Crispino contar com a oferta do ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) assistia os alunos que estavam defasados na relação idade/escolaridade. Estava voltada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade ideal. A legislação que regulamenta a EJA encontra-se nos artigos 37 e 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB – de 20 de dezembro de 1996 (Lei No. 9.394, 1996).

A diferença entre as escolas em relação à oferta da EJA pela E.M.E.B. Prof^a Izabel Sadalla Crispino demandou uma análise diferenciada do perfil da EJA, para posteriormente explorarmos as diferenças entre os alunos que estavam na série escolar esperada e os alunos que apresentavam defasagem, ou seja, que estão atrasados no seu percurso escolar.

Após autorização da direção escolar, adotamos o mesmo processo de trabalho realizado na E.E. Prof^a Josephina de Camargo Neves. Ou seja, analisamos documentos escolares, traçamos um breve perfil dos alunos, confeccionamos um quadro com dados sobre o histórico do aluno em relação à migração, realizamos uma lista de alunos com base nos critérios de

inclusão para pesquisa e obtivemos autorização dos alunos e responsáveis para realização das entrevistas (Apêndice B).

Os critérios de inclusão utilizados para selecionar os adolescentes visados pela pesquisa foram:

- Ter idade entre 14 e 18 anos incompletos;
- Estar estudando e ter experiência de trabalho;
- Ser filho de migrantes.

Baseados na análise dos documentos escolares, constatamos que as duas escolas têm clientela com perfil similar.

Como nos referimos anteriormente, após o levantamento de dados demos início à segunda etapa da pesquisa, ou seja, a realização das entrevistas (Apêndice C).

Entramos em contato com os alunos nas salas de aula para convidá-los à participação na pesquisa como voluntários. Para tanto, explicamos a natureza do estudo e prestamos esclarecimentos sobre as dúvidas surgidas durante a nossa explanação.

Os alunos que aceitaram participar tiveram seus nomes destacados e posteriormente agendamos dia e local para entrevista e assinatura dos Termos de Consentimento Livre Esclarecido pelo adolescente e seu responsável. Pois, em relação à referida faixa etária, na resolução No. 466 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2012) temos as seguintes orientações:

II.2 - assentimento livre e esclarecido - anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação. Tais participantes devem ser esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades;

Os adolescentes e seus representantes legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido após terem sido esclarecidos amplamente sobre a justificativa, os objetivos e os procedimentos que utilizamos na pesquisa. Elaboramos dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, um específico para os representantes legais e outro específico para o adolescente (Apêndices D e E).

Todos os participantes foram informados sobre a liberdade de recusar a participação ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo. E tiveram a garantia de sigilo que assegura a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

De modo geral, as questões éticas que envolveram a realização da pesquisa junto a estes jovens foram pautadas na Resolução No. 466 (Ministério da Saúde, 2012) que oferece as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Em contato com os alunos, percebemos que muitos não consideravam como trabalho atividades como vender sorvete, cuidar de estabelecimentos da família, ser babá, entre outras atividades de natureza informal. Infelizmente não foi possível explorarmos o porquê dessa não concepção de trabalho informal como trabalho. Este fator, associado à falta de tempo hábil nas salas de aula para explanação sobre a pesquisa e convite para participação do adolescente, levou-nos a agendar entrevista com todos os alunos migrantes e/ou filhos de migrantes que demonstraram interesse em ser voluntários, para posteriormente averiguarmos quais voluntários realmente tinham experiência em algum tipo de trabalho. Assim, das 33 entrevistas realizadas, 30 preencheram o critério de inclusão e foram analisadas em nosso estudo.

Antes da gravação das entrevistas, anotamos, junto a 18 adolescentes, informações sobre a renda familiar e o número de pessoas que residiam na casa. Posteriormente utilizamos esses dados para auxiliar na percepção sobre a situação financeira da família.

Aqui entendemos por adolescentes que trabalhavam:

- Os indivíduos que tinham experiência no desenvolvimento de algum tipo de trabalho;
- Adolescentes que trabalhavam ou que estavam desempregados no momento da entrevista, mas procuravam recolocação no mercado de trabalho.

Incluímos os adolescentes desempregados por considerarmos que, através do histórico dos trabalhos realizados por eles, poderíamos obter dados sobre a forma como conseguiram inserção no mercado de trabalho e as formas que encontraram para conciliar estudo e trabalho.

Nesta pesquisa, atribuímos nomes fictícios aos adolescentes da pesquisa, para que fosse preservado o anonimato dos mesmos.

Para termos uma maior noção sobre a nossa temática, realizamos entrevistas com profissionais da Educação, Pastoral do Migrante e da Secretaria de Desenvolvimento Social. As entrevistas foram gravadas e transcritas, no total foram 2 horas de gravação.

Os profissionais entrevistados foram:

- Antônio Maduro - Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Guariba (Apêndice F).
- Terezinha Monteiro - Coordenadora Diocesana da Pastoral do Migrante (Apêndice G).

- Izilda Bueno Barrios Campanhão - Assistente Técnico Pedagógico da EJA (Apêndice H).
- Marlene Toniati Garavelo - Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Guariba (Apêndice I).

Tais entrevistas complementaram informações e contribuíram para uma visão mais complexa sobre a realidade que cercava a vida desses adolescentes e suas famílias.

3 UNIVERSO EMPÍRICO

A pesquisa foi desenvolvida com adolescentes trabalhadores, filhos de migrantes, estudantes das escolas E.E. Profª Josephina de Camargo Neves e E.M.E.B. Profª Izabela Sadalla Crispino, situadas na periferia da cidade de Guariba/SP. As escolas ficavam localizadas na periferia do município e recebiam alunos que residiam nas proximidades, eram alunos moradores do Bairro Alto e bairros vizinhos, compostos em sua maioria por famílias ligadas à migração.

Guariba é município do interior paulista, que foi fundado em 21 de setembro de 1895. Segundo o IBGE (<http://www.cidades.ibge.gov.br>) em 2010 sua população era de 35.486 habitantes, e sua área contava com 270,289 km². Está situada a pouco mais de 60 km de Ribeirão Preto/SP e a 338 km de São Paulo/SP. Sua principal atividade econômica é a cultura canavieira, que atrai um número significativo de migrantes que procuram trabalhar nas lavouras de cana.

Fonte: Fundação SEADE, Informações dos Municípios Paulistas (<http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=50&idd=163>).

Figura 2. Mapa de localização da cidade de Guariba na região de Ribeirão Preto

Na área educacional, Guariba em 2013 contava com a seguinte estrutura: dezesseis escolas municipais de ensino fundamental, duas escolas estaduais de ensino médio, uma escola estadual de ensino técnico (ETC), duas escolas privadas de ensino fundamental e uma escola privada de ensino fundamental e médio. Na área da saúde, com oito estabelecimentos de saúde da rede SUS (Sistema Único de Saúde). Contava com duas ONGs (organizações não governamentais) que atendiam crianças e adolescentes carentes. E possuía seis agências bancárias.

Em seu Distrito Industrial está a Usina “Bonfim”. Esta usina faz parte do grupo Raízen Energia S/A.

A periferia de Guariba foi inicialmente composta pelo Bairro Alto, o Jardim Hortência, o Jardim São Bento e a Vila Jordão. E, seguindo a tendência das periferias urbanas, as condições de moradia eram muito precárias. O Bairro Alto, conhecido como “A Vila”, “O Morro” ou “João de Barro”, se firmou com a vinda dos migrantes. Um dos apelidos do bairro, “João de Barro”, foi originado pela forma da maioria das casas, construídas pelos migrantes com lajotas de barro. Hoje os munícipes usam o termo Bairro Alto para os bairros vizinhos que fazem parte da periferia da cidade (Vetorassi, 2006a, 2006b).

Os migrantes que ajudaram no desenvolvimento da cidade de Guariba fugiam das condições miseráveis de vida e vinham tentar a sorte nos canaviais. Porém, encontraram outros sofrimentos no árduo e sub-humano trabalho braçal das lavouras. Encontraram os desafios sociais de ser migrante, como a ruptura de laços familiares, diferença cultural, preconceito, dificuldades de adaptação, isolamento, entre outros problemas. Enfrentaram o preconceito dos nativos da cidade, pois foram associados às causas da desestrutura social, da criminalidade, da pobreza, entre outros. Geralmente eram reconhecidos como aqueles que não possuíam qualificação alguma. Associavam o migrante, como todos aqueles que são negros e pobres, fato que demonstra o preconceito de cor e classe (Vetorassi, 2006a, 2006b).

E foram as vivências de injusta desigualdade, exploração, opressão, marginalidade econômica e condições arriscadas de trabalho que fizeram parte das motivações que resultaram na histórica greve de Guariba em maio de 1984. A massa de trabalhadores que compuseram a greve era basicamente de migrantes (Vetorassi, 2006a, 2006b).

A greve foi resultado dos fatores que envolviam as condições de trabalho na colheita de cana, condições comparáveis a escravidão. Trabalhavam sem equipamentos de proteção, eram transportados em caminhões sem as mínimas regras de segurança, sem garantias trabalhistas, entre outros.

A grande maioria dos trabalhadores eram migrantes vindos do nordeste e de regiões mais pobres de Minas Gerais como o Vale do Jequitinhonha. Eram arregimentados por intermediários de fazendeiros e usineiros da região, chamados de ‘Gatos’, que contratavam e transportavam, muitas vezes ainda em caminhões, os migrantes que eram instalados em alojamentos improvisados. Alguns alojamentos eram mesmo antigos estábulos toscamente arrumados para abrigar os trabalhadores (e as trabalhadoras) pelos meses da colheita da safra da cana.

‘Contratados’ não é talvez a palavra correta. Não tinham carteira de trabalho assinada. O trabalho era temporário e naquele tempo (até 1988 com a promulgação da nova Constituição) eram poucos ainda os direitos conquistados pelo trabalhador rural brasileiro. Os produtos para alimentação, higiene, roupas eram fornecidos por armazéns ou supermercados que normalmente faziam parcerias com os ‘Gatos’. Muitas vezes quando algum trabalhador queria abandonar o serviço no ‘eito’, quando ia acertar as contas com o ‘patrão’, estava devendo, pois as ‘ordinhas’ (ordens, ou autorizações para retirada de mercadorias fornecidas pelo contratante) superavam o valor que o trabalhador ou trabalhadora tinha a receber por seu serviço. Isto é, ainda estava devendo para o ‘Gato’ e tinha que trabalhar mais para pagar sua ‘dívida’ (Mancini, 2014, Seminário em Guariba, SP Comemora os 30 anos da Criação da Pastoral do Migrante e da Famosa Greve dos Canavieiros, para. 1).

Hoje, após 30 anos da greve de Guariba, houve uma mudança significativa nas condições de trabalho, porém a situação do trabalhador ainda é caracterizada como precária e preocupante. Outros tipos de exploração do trabalho foram substituídos pelos antigos, principalmente com a implantação da mecanização da colheita da cana.

Os trabalhadores são transportados de ônibus, há banheiros químicos no local de trabalho, é fornecida alimentação; toda ferramenta e equipamentos de segurança individual e todas as garantias trabalhistas.

Mas, segundo pesquisadores das universidades citadas, o trabalho continua sendo pesado e, muitas vezes, insalubre. Os operadores de máquina sofrem com o extremo controle da máquina sobre seu trabalho: comem na hora que mais convém à eficiência produtiva; o excesso de atividade física que conduzia à exaustão; agora converteu-se em sedentarismo (cerca de pelo menos oito horas sentado à frente de uma direção com inúmeros controles. Para que as máquinas trabalhem de forma eficaz é necessário que eventuais pedras e outros objetos muito duros, sejam retirados de seu caminho. Esse trabalho são normalmente realizados por mulheres (catadoras de pedras). Um trabalho também exaustivo e muitas vezes pesado pois são encontradas pedras com cinco ou mais quilos (Mancini, 2014, Os Desafios Atuais para o Trabalhador Rural e para a Pastoral do Migrante, para.1)

De modo geral, a realidade continua árdua para os trabalhadores migrantes, principalmente para aqueles que continuam no corte manual da cana, que continuam com o trabalho comparado ao trabalho escravo, inclusive com registros de mortes de trabalhadores por exaustão nos canaviais.

Contudo, nunca é demais reafirmar que o trabalho nos canaviais paulistas, ainda que revestido da sofisticação dos Departamentos de Recursos Humanos, tem causado sofrimento e morte entre trabalhadores nordestinos, em pleno século XXI. Nos meios de comunicação entusiasmados com a modernização e o progresso, essa região é conhecida como Califórnia brasileira. Esse paradoxal espaço social – onde se misturam modernas colhedeiras mecânicas e as dores de um tipo de trabalho que usa força física até a exaustão – poderia ser chamado Califórnia à brasileira. Isso porque, nesse espaço, revelam-se os elos entre o passado e presente de um país marcado por disparidades regionais e distintos processos de exclusão social (Novaes, 2007 b, p. 112).

As denúncias e os registros de condições análogas àsquelas de trabalho escravo reportam-se aos trabalhadores migrantes, provenientes de várias partes do país, sobretudo os mais pobres (M.A.M. Silva, 2007, p. 71).

Um outro dado extraído desses registros/denúncias reporta-se à superexploração dessa força de trabalho, a ponto de extrapolar os limites físicos, ocasionando mortes nos canaviais. Somente em 2004, a Pastoral dos Migrantes registrou três mortes provocadas pelo excesso de esforço, uma verdadeira *overdose* do trabalho, denominada ‘birola’ pelos trabalhadores. Além das condições alimentares insuficientes – causadas pelos baixos salários, calor excessivo, elevado consumo de energias, em virtude de ser um trabalho extremamente extenuante – a imposição da média, ou seja, da quantidade diária de cana cortada, cada vez maior, tem sido o definidor do aumento da produtividade do trabalho, principalmente a partir da década de 1990, quando as máquinas colhedeiras de cana passaram a ser empregadas em número crescente.

Mas observamos que, apesar de enfrentarem problemas desgastantes, a maioria dos migrantes prefere esta realidade à do local de origem, pois conseguem garantir a existência e fazer parte da tão sonhada sociedade de consumo.

Diante do exposto, da história dos migrantes que se entrelaça com a história do desenvolvimento do Bairro Alto e bairros vizinhos da cidade de Guariba, surge a preocupação em estudar as condições laborais que os jovens filhos de migrantes estão enfrentando atualmente. As portas para o mercado de trabalho, com condições dignas de direito, estão abertas? Como estão avaliando a realidade do mercado de trabalho? Estes jovens estarão significativamente vulneráveis às ofertas de trabalhos precários? Estarão seguindo passos similares aos de seus antecessores, que enfrentaram situações de trabalho desumanas para participar do sonho e do jogo da sociedade capitalista, que lançam ideais desvairados de consumo?

Para onde os filhos de migrantes estão caminhando? Talvez o nosso estudo possa auxiliar na compreensão dos caminhos trilhados por esses jovens e contribuir com dados necessários à elaboração de políticas sociais, educacionais, de saúde e trabalho que possam

protegê-los de um futuro danoso e perpetuador das desigualdades e injustiças, que fazem parte da história do Bairro Alto e dos migrantes de Guariba.

CIDADE DE GUARIBA E OS ADOLESCENTES TRABALHADORES FILHOS DE MIGRANTES

Diante do cenário anteriormente exposto, interessou-nos pesquisar os adolescentes filhos de migrantes, com idade de 14 a 18 anos, que estudam e trabalham, residentes na cidade de Guariba, especificamente no Bairro Alto e bairros vizinhos que compõem parte da periferia do município.

A periferia de Guariba é marcadamente habitada por trabalhadores rurais que migraram de regiões pobres do país para trabalhar nos canaviais da região.

Escolhemos essa faixa etária por se tratar de trabalhadores menores de idade e que, portanto, estão em desenvolvimento. É uma faixa etária em que o trabalho pode ser significativamente lesivo se não estivermos atentos ao que a legislação exige. Ou seja, segundo a legislação, o adolescente não pode trabalhar em locais que são prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

Nesse ponto, estaremos atentos ao fato de estes adolescentes serem descendentes de migrantes, pois, em tese, este aspecto pode influenciar na relação do adolescente com suas vivências no mercado de trabalho. Aqui, na realidade que propomos estudar, ser descendente de migrante, morador do Bairro Alto e vizinhança, pode envolver um histórico familiar ligado ao trabalho precoce, permeado por exclusão, exploração, desassistência, sujeição, violência, entre outros aspectos.

A colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil não deixa de expressar direta e indiretamente as condições prévias da vida familiar, quanto à raça, origem geográfica (meio urbano e rural) e à base socioeconômica. Nas famílias de migrantes, geralmente quando seu deslocamento é recente, a presença do jovem no mercado de trabalho tende a ser mais expressiva, assim como para as pessoas que vem do campo ou tem origem nas camadas inferiores da população (Pochmann, 2007, p. 41).

A forma como o indivíduo encara o trabalho pode influenciar os seus descendentes, como sugerem B.R.G. Oliveira e Robazzi (2001, p. 88):

Há ainda que considerar que, geralmente, os pais de menores que trabalham, trabalharam também eles desde muito jovens e raramente frequentaram a escola. Ao ver muitos adultos desempregados ou subempregados, mesmo tendo estudo, consideram

que é melhor que seus filhos aprendam um ofício além da escola, para não correr o risco de ficarem na mesma situação. Os adolescentes tendem a acreditar que o trabalho os valoriza diante de si próprios e de seus pais, lhes permite adquirir uma independência financeira e psicológica e ajudar suas famílias, mesmo que essa aparente conquista tenha um preço a pagar um tanto quanto alto.

Ainda precisamos considerar que, ao se inserir no mercado de trabalho de forma precoce e inadequada, a possibilidade de ascensão social pode ficar ameaçada, pois as alternativas de mudança de posição ficam limitadas.

O isolamento relacional se reproduz entre gerações, transformando a pobreza num legado. A transmissão intergeracional da posição precária adquire maior expressividade no caso das famílias que se valem do trabalho remunerado (direta ou indiretamente) dos filhos durante a infância. Estes, desde tenra idade, devem internalizar os limites sociais como modo natural de estar no mundo. São excluídos do acesso a alternativas de mudança de posição, porque integram poucas chances de conhecer outras formas de inserção social. Pelo contrário, acumulam as desvantagens da desqualificação, quando não são precocemente inviabilizados como portadores de força de trabalho mercantil, diante de acidentes e doenças profissionais e, da mesma forma, precocemente convertidos em deficientes e indigentes (Neves, 2001, p. 149).

Em pesquisas da Organização das Nações Unidas – por meio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para Infância) –, constatou-se que, desde 1990, houve uma interrupção na trajetória de mobilidade social da juventude. A juventude brasileira situa-se no segundo posto na hierarquia de pessimismo, atrás apenas da Colômbia. Estas informações relativas ao ano de 1999 apontam que sete de dez jovens brasileiros acreditam que não terão condições de vida e trabalho superiores às de seus pais (Pochmann, 2007).

Para Pochmann (2007), as desigualdades econômicas são uma das causas de pessimismo, e a outra causa principal seriam as dificuldades encontradas pelos jovens brasileiros no cenário nacional para encontrarem trabalho.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 ANÁLISE DOS PRONTUÁRIOS ESCOLARES DOS ADOLESCENTES DAS ESCOLAS “E.E. PROFª JOSEPHINA DE CAMARGO NEVES” E “E.M.E.B. PROFª IZABEL SADALLA CRISPINO”

Conforme o nosso planejamento, a pesquisa contou com dois momentos de coletas de dados. Na primeira etapa, realizamos uma pesquisa documental em duas escolas da periferia da cidade de Guariba/SP.

Entre os meses de abril e junho de 2013, fizemos o levantamento de dados em documentos encontrados no prontuário escolar dos alunos matriculados nas escolas “E.E. Profª Josephina de Camargo Neves” e “E.M.E.B. Profª Izabel Sadalla Crispino”.

Nestes prontuários analisamos principalmente as certidões de nascimento, RG, histórico escolar, eventuais anotações sobre a ocupação do aluno no mercado de trabalho e comprovante de residência.

Na “E.E. Profª Josephina de Camargo Neves”, realizamos a análise documental em 479 prontuários e entrevistas com 15 alunos do ensino médio (1º, 2º e 3º anos do ensino médio, antes denominado colegial). E, na “E.M.E.B. Profª Izabel Sadalla Crispino”, realizamos a análise documental em 367 prontuários e entrevistas com 15 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental (antes denominados como de 5ª a 8ª séries) e dos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA). De modo geral, o ensino médio é administrado pelas escolas estaduais e o ensino fundamental é administrado pelas escolas municipais.

Assim, ao todo foram analisados 846 prontuários escolares e realizadas 30 entrevistas. As entrevistas com os adolescentes totalizaram 10 horas de gravação.

Fizemos o levantamento visando estabelecer qual a ligação do aluno com a migração, sua escolaridade e faixa etária.

Com a realização do levantamento, foi possível traçar o perfil dos alunos e selecionar quais adolescentes se enquadravam no critério de inclusão da pesquisa. Lembrando que, pelo critério de inclusão, os selecionados deveriam ser estudantes com idades entre 14 e 18 anos incompletos, com experiência de trabalho e ser filhos de migrantes.

Como prevíamos, a clientela das escolas selecionadas tem um histórico significativo em relação à migração, ou seja, a maioria dos estudantes são migrantes ou paulistas (nascidos no estado de São Paulo) que têm pais migrantes.

PERFIL DOS ADOLESCENTES MATRICULADOS NA ESCOLA “E.E PROFª JOSEPHINA DE CAMARGO NEVES”

Levando em consideração a faixa etária dos alunos e sua possível ligação com a migração, realizamos o levantamento de dados nos prontuários escolares dos 479 alunos matriculados no ensino médio e obtivemos os seguintes resultados:

- 159 alunos (33%) são nascidos no estado de São Paulo e têm pais migrantes;
- 101 alunos (21%) são nascidos no estado de São Paulo e têm um dos pais na condição de migrante;
- 61 alunos (13%) são migrantes;
- 61 alunos (13%) nasceram no estado de São Paulo e não consta origem de seus pais;
- 53 alunos (11%) são nativos e filhos de nativos, ou seja, nascidos no estado de São Paulo e filhos de pais também nascidos no estado;
- 38 alunos (8%) não tiveram o seu local de nascimento e de seus pais considerados, por serem alunos maiores de 18 anos;
- 06 alunos (1%) não têm em seu prontuário escolar o local de seu nascimento e de seus pais (Apêndice J).

Figura 3. Gráfico com as características dos alunos do ensino médio da escola estadual “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves”

PERFIL DOS ADOLESCENTES ENTRE 14 E 18 ANOS INCOMPLETOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA “E.E PROF^a JOSEPHINA DE CAMARGO NEVES”

Dos 479 (100%) alunos matriculados no ensino médio, o nosso alvo de estudo foram 374 alunos (78%), ou seja, os menores de 18 e maiores de 14 anos de idade em cujo prontuário escolar constavam o seu local de origem e os de seus pais. Assim, do total de 479 de alunos (100%) do ensino médio, descartamos:

- 61 alunos (13%) nascidos no estado de São Paulo e dos quais não consta a origem de seus pais;
- 38 alunos (8%) que são maiores de 18 anos;
- 6 alunos (1%) dos quais não constam a sua origem nem a dos seus pais.

Passamos a considerar apenas os 374 alunos que foram os alvos da nossa pesquisa, e, portanto, este número passou a representar 100% da nossa amostra.

Junto a estes 374 (100%) alunos, obtivemos os seguintes resultados:

- 159 alunos (43%) são nascidos no estado de São Paulo e têm pais migrantes;
- 101 alunos (27%) são nascidos no estado de São Paulo e têm um dos pais na condição de migrante;
- 61 alunos (16%) são migrantes;
- 53 alunos (14%) são nativos e filhos de nativos, ou seja, nascidos no estado de São Paulo e filhos de pais também nascidos no estado (Apêndice J).

Figura 4. Gráfico comparativo entre alunos nativos, migrantes e nativos de pais migrantes da escola estadual “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves”

Da nossa amostra, observamos que 281 alunos (87%) estão relacionados de algum modo à migração, enquanto 53 alunos (13%) são nativos de pais nativos. Ou seja, os alunos com descendência ligada à migração estão expressivamente em número superior (Apêndice J).

Figura 5. Gráfico comparativo o entre alunos nativos e alunos ligados à migração da escola estadual “E.E. Professora Josephina de Camargo Neves”

PERFIL DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA ESCOLA “E.M.E.B. PROFª IZABEL SADALLA CRISPINO”

Levando em consideração a faixa etária dos alunos e sua possível ligação com a migração, realizamos o levantamento de dados nos prontuários escolares dos 68 (100%) alunos matriculados no ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA), obtendo os seguintes resultados:

- 35 alunos (52%) tinham idade superior a 18 anos;
- 13 alunos (19%) eram migrantes;
- 10 alunos (15%) eram nascidos no estado de São Paulo e tinham pais migrantes;
- 04 alunos (6%) eram do estado de São Paulo mas não constava a origem dos pais;
- 03 alunos (4%) eram nascidos no estado de São Paulo e tinham um dos pais na condição de migrante;
- 03 alunos (4%) eram nativos e filhos de nativos, ou seja, nascidos no estado de São Paulo e filhos de pais também nascidos no estado (Apêndice L).

Figura 6. Gráfico com características dos alunos do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da escola municipal “E.M.E.B. Professora Izabel Sadalla Crispino”

PERFIL DOS ADOLESCENTES ENTRE 14 E 18 ANOS INCOMPLETOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA ESCOLA “E.M.E.B. PROF^a IZABEL SADALLA CRISPINO

Dos 68 (100%) alunos matriculados no ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o nosso alvo de estudo foram 29 alunos (43%), ou seja, os menores de 18 anos em cujo prontuário escolar constavam o seu local de origem e os de seus pais. Assim, do total de 68 alunos (100%), descartamos:

- 35 alunos com idade superior a 18 anos;
- 04 alunos que são do estado de São Paulo mas dos quais não consta a origem dos pais.

Ou seja, os 29 alunos que estavam dentro da faixa etária prevista (entre 14 e 18 anos de idade) e que tinham os dados necessários para a pesquisa no prontuário escolar passaram a representar 100% da nossa amostra do ensino fundamental da EJA. Junto a estes alunos, obtivemos os seguintes resultados:

- 13 alunos (45%) são migrantes;
- 10 alunos (35%) são nascidos no estado de São Paulo e têm pais migrantes;
- 03 alunos (10%) são nascidos no estado de São Paulo e têm um dos pais na condição de migrante;
- 03 alunos (10%) são nativos e filhos de nativos, ou seja, nascidos no estado de São Paulo e filhos de pais também nascidos no estado (Apêndice L).

Figura 7. Comparativo entre alunos nativos, migrantes e nativos de pais migrantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da escola municipal “E.M.E.B. Professora Izabel Sadalla Crispino”

Da nossa amostra de 29 alunos (100%), 26 alunos (90%) são migrantes ou têm ao menos um dos pais na condição de migrante, enquanto os nativos filhos de nativos são 03 (10%) (Apêndice L).

Figura 8. Gráfico comparativo entre alunos nativos e alunos ligados à migração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da escola municipal "E.M.E.B. Professora Izabel Sadalla Crispino"

PERFIL DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA "E.M.E.B. PROFª IZABEL SADALLA CRISPINO"

Levando em consideração a faixa etária dos alunos e sua possível ligação com a migração, realizamos o levantamento de dados nos prontuários escolares dos 367 (100%) alunos matriculados no ensino fundamental (com exceção da Educação de Jovens e Adultos), obtendo os seguintes resultados:

- 210 alunos (57%) tinham idade inferior a 14 anos ou superior a 18 anos;
- 51 alunos (14%) eram nascidos no estado de São Paulo e tinham pais migrantes;
- 31 alunos (8%) eram migrantes;
- 30 alunos (8%) eram nascidos no estado de São Paulo e tinham um dos pais na condição de migrante;
- 19 alunos (5%) eram do estado de São Paulo, mas não constava a origem dos pais;
- 17 alunos (5%) eram nativos e filhos de nativos, ou seja, nascidos no estado de São Paulo e filhos de pais também nascidos no estado;

- 09 alunos (3%) dos quais não constavam em seu prontuário informações sobre a sua origem e a de seus pais (Apêndice M).

Figura 9. Gráfico com as características dos alunos do ensino fundamental da escola municipal “E.M.E.B. Professora Izabel Sadalla Crispino”

PERFIL DOS ALUNOS ENTRE 14 E 18 ANOS INCOMPLETOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA “E.M.E.B. PROFª IZABEL SADALLA CRISPINO”

Dos 367 (100%) alunos matriculados no ensino fundamental (com exceção da Educação de Jovens e Adultos), o nosso alvo de estudo foram 129 alunos (35%), ou seja, os menores de 18 e maiores de 14 anos de idade em cujo prontuário escolar constavam o seu local de origem e os de seus pais. Assim, do total de 367 de alunos (100%) do ensino fundamental, descartamos:

- 210 alunos (57%) que tinham idade inferior a 14 anos ou superior a 18 anos;

- 19 alunos (5%) que são do estado de São Paulo, mas dos quais não consta a origem dos pais;
- 09 alunos (3%) que não têm em seu prontuário informações sobre a sua origem e a de seus pais.

Assim, passamos a considerar apenas os 129 alunos, e este número passou a representar 100% da nossa amostra do ensino fundamental. Neste sentido, obtivemos os seguintes resultados:

- 51 alunos (40%) eram nascidos no estado de São Paulo e tinham pais migrantes;
- 31 alunos (23%) eram migrantes;
- 30 alunos (24%) eram nascidos no estado de São Paulo e tinham um dos pais na condição de migrante;
- 17 alunos (13%) eram nativos e filhos de nativos, ou seja, nascidos no estado de São Paulo e filhos de pais também nascidos no estado (Apêndice M).

Figura 10. Gráfico comparativo entre alunos nativos, migrantes e nativos de pais migrantes da escola municipal “E.M.E.B. Professora Izabel Sadalla Crispino”

Da nossa amostra de 129 alunos (100%), 112 alunos (97%) são migrantes ou têm ao menos um dos pais na condição de migrante, enquanto os nativos filhos de nativos são 17 (3%) (Apêndice M).

Figura 11. Gráfico comparativo entre alunos nativos e alunos ligados à migração da escola municipal “E.M.E.B. Professora Izabel Sadalla Crispino”

Assim, confirmando a nossa impressão inicial, constatamos que a clientela das escolas selecionadas tem um histórico significativo em relação à migração, ou seja, a maioria dos estudantes são migrantes ou paulistas (nascidos no estado de São Paulo) que têm pais migrantes. O histórico de migração da cidade de Guariba é tão representativo que, em uma das escolas, a porcentagem de alunos (com idades entre 14 e 18 anos) ligados à migração foi de 97%.

4.2 DADOS BÁSICOS SOBRE AS ENTREVISTAS

Como previsto, realizamos 30 entrevistas com adolescentes estudantes, com experiência em conciliar estudo e trabalho e todos relacionados com a migração.

Dos 30 adolescentes entrevistados, 19 (63%) eram filhos de migrantes e 11 (37%) eram migrantes.

Dos 11 (100%) adolescentes migrantes:

- 05 (46%) eram do estado do Maranhão;
- 04 (36%) eram do estado da Bahia;

- 02 (18%) eram do estado de Minas Gerais.

Dos 19 (100%) entrevistados que nasceram no Estado de São Paulo e tinham pelo menos um dos pais migrante:

- 08 (42%) tinham os pais vindos do estado de Minas Gerais;
- 08 (42%) tinham os pais de estados diferentes, ou seja, mãe de um estado e pai de outro;
- 02 (11%) tinham os pais vindos do estado da Bahia;
- 01 (5%) tinha os pais vindos do estado do Paraná.

Dos adolescentes que tinham pais de origem diferentes (08), estes vieram em sua maioria dos estados do Paraná e de Minas Gerais.

A leitura sistematizada dos dados obtidos pelas entrevistas possibilitou o levantamento das seguintes categorias temáticas:

- Migração e família;
- Trabalho infantil;
- Saúde do adolescente trabalhador;
- Tempo para o lazer;
- Motivação para o trabalho;
- Conciliação entre estudo e trabalho.

Adiante realizaremos as discussões referentes às categorias temáticas que foram levantadas por meio das entrevistas. Procuramos priorizar os depoimentos dos adolescentes, em uma tentativa de dar voz aos indivíduos que vivenciam concretamente a realidade que procuramos focar nesta pesquisa.

5 CATEGORIAS TEMÁTICAS

5.1 MIGRAÇÃO E FAMÍLIA

Como vimos, dos 30 adolescentes entrevistados, 11 (37%) eram migrantes e 19 (63%) eram filhos de migrantes. Neste tópico procuramos oferecer dados que possam gerar uma noção maior sobre a migração e seus desafios, pois neste contexto estão os adolescentes da pesquisa.

No Brasil, o migrante geralmente vem de regiões pobres em busca de trabalho em estados mais desenvolvidos economicamente. Pelo que observamos, alguns chefes de família vêm na frente e posteriormente trazem a família. Aqueles que têm condições financeiras já vêm com toda a família.

A chegada ao novo estado é repleta de desafios e dificuldades. Toda a família é engajada na tarefa de atingir o sucesso almejado com a migração. E o passo principal para este sucesso é arrumar trabalho e gerar condições financeiras para manter a família no novo mundo.

Em sua entrevista, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Guariba, Antônio Maduro, contribuiu com dados que auxiliam o nosso entendimento sobre a migração. A entrevista demonstra com clareza a situação enfrentada pelos migrantes que chegam a Guariba em busca de trabalho.

[...] atendemos aqui [inaudível] em torno de cem, cento e cinquenta, nessa base, que vêm de todos os estados nossos aqui da nossa Federação. Na maioria maranhenses, mineiros, pernambucanos, baianos, são pessoas que vêm dos seus estados na loucura, acreditando que aqui é uma cidade que consegue abrigar todos e achando que aqui é a casa que encontra tudo, sabe? Trabalho, facilidades, só que muitos se enganam, muitos chegam aqui, ficam por um período e vão embora, não conseguem. A prefeitura acaba auxiliando no retorno dele para os seus Estados de origem, porque não conseguem trabalho. Vêm todos despreparados, não têm roupa, a própria roupa do corpo, desprovido de mobília da casa, às vezes chegam aqui, não têm a própria casa para morar, chega aqui, fica procurando pelas ruas até encontrar qualquer lugar aí, acaba pagando um aluguel alto. Não têm colchão muitos deles, sai aí à procura, ainda não têm o emprego arrumado, sai à procura do emprego.

Nada de alimentação, crianças ainda sem os documentos para ingressar na escola. [Inaudível] muitos deles conseguem aí, têm algum parente, algum amigo que acaba dando uma força e consegue ficar algum tempo, consegue seu emprego e aqui acaba se instalando.

E muitos deles sofrem a consequências, né? Daí, né?, e acabam indo embora. E os que ficam às vezes procuram muito aqui pela nossa Secretaria [...] então, sabe?, é uma loucura, é um sofrimento para essas pessoas que vêm em busca de uma vida melhor e acaba encontrando muita dificuldade. A gente sabe que alguns deles conseguem até se sobressair bem e acaba retornando para o seu Estado de origem [inaudível], às vezes até com um pouco de dinheiro no bolso pra chegar lá e até adquirir alguma casa [inaudível] terreno. E muitos dos outros que estão lá vê esse tipo de coisa e acaba também despertando aquela curiosidade, e vêm pra cá e chega aqui às vezes acerta, mas na maioria das vezes não dá certo, a maioria chega aqui, realmente é um sofrimento. Não é fácil a nossa vida aqui e agora, com a mecanização aí de... né?, nas nossas usinas aí, então vai dificultar ainda mais, eles estão sabendo e poucos estão vindo pra cá (Antônio Maduro, Secretário Municipal, 2013).

Nessas condições difíceis, os filhos de migrantes, principalmente dos que chegaram recentemente, são “convidados” a trabalharem para auxiliar a família na superação das condições desfavoráveis.

Pochmann (2007, p. 41) faz afirmações que reforçam essa tendência:

A colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil não deixa de expressar direta e indiretamente as condições prévias da vida familiar, quanto à raça, origem geográfica (meio urbano e rural) e à base socioeconômica. Nas famílias de migrantes, geralmente quando seu deslocamento é recente, a presença do jovem no mercado de trabalho tende a ser mais expressiva, assim como para as pessoas que vem do campo ou tem origem nas camadas inferiores da população.

De modo geral, Watarai (2006) considera que os filhos das famílias com rendas mais baixas tendem a trabalhar fora de casa como seus pais, e as filhas ficam com o trabalho doméstico e cuidados com irmãos menores, para que a mãe possa trabalhar. No caso da nossa pesquisa, foi possível percebermos que as filhas também trabalham fora, como os seus irmãos, além de geralmente acumularem os serviços domésticos da casa.

Com rendimentos escassos, as famílias aumentam a sua possibilidade de manutenção econômica graças à contribuição do maior número de membros da família no orçamento doméstico.

Assim, a tendência é que os filhos das famílias com renda mais baixa sejam empurrados ao trabalho precoce, ocupando atividades ocupacionais precárias, insalubres ao seu desenvolvimento e prejudiciais a sua formação escolar. Alguns autores, como Bezerra (2006), Kassouf (2002, 2005), Luz (2010), Minayo-Gomez e Meirelles (1997), Nota técnica (2002), OIT (2009), B.R.G. Oliveira e Robazzi (2001), Pochmann (2007), Torres (2011a) Torres (2011b) e Watarai (2006), consideram que as condições socioeconômicas das famílias estão

ligadas à motivação para o trabalho dos filhos. Sendo assim, consideramos que a situação socioeconômica dos adolescentes filhos de migrantes é um dos fatores que os predis põem ao trabalho precoce e às vivências trabalhistas que colocam em risco a sua saúde e o seu desenvolvimento escolar.

Sabe-se que a migração pode, com o passar do tempo, oferecer às famílias melhores condições de vida do que as vivenciadas em seu Estado de origem. Porém, mesmo com essa melhora, a condição financeira e de trabalho dos filhos de migrantes tende a ser menos satisfatória se comparada com os filhos de famílias não migrantes.

Esse resultado vai ao encontro da literatura especializada sobre migração, a qual aponta que os migrantes conseguem melhorar sua renda e condições ocupacionais com o avanço do tempo de residência. Entretanto, constatamos que esse avanço não é capaz de equipará-los aos não migrantes. Ou seja: a convergência da renda não acontece, pois desde crianças os filhos de migrantes têm uma probabilidade menor de frequentar a escola em relação aos filhos de não migrantes. No longo prazo, a inserção dessas crianças no mercado de trabalho deverá ocorrer de maneira precária, em ocupações pouco qualificadas que dificilmente significarão avanço em relação à situação de seus pais, contribuindo para a manutenção do círculo intergeracional da pobreza (Ferreira-Batista & Cacciamali, 2012, p. 545).

Ou seja, a condição de vida do migrante pode melhorar, mas raramente essa melhora virá de forma fácil, pois raramente o migrante estará a salvo da exploração das suas necessidades socioeconômicas e das consequências negativas dessa exploração.

Os trabalhadores que chegam do Nordeste possuem um perfil condizente com o que se precisa hoje para o corte manual. Segundo eles próprios, por terem sido, desde crianças, socializados no árduo e duro trabalho da agricultura na sua região de origem, o trabalho no canavial não os assusta. Além disso, segundo relato dos técnicos das usinas, são preferidos pelos usineiros por serem mais dedicados ao trabalho e gratos aos empregadores pela oportunidade do emprego, inexistentes em suas regiões. A necessidade premente de ganhar dinheiro, para assegurar a subsistência da família distante, tem funcionado como um freio que os torna mais tolerantes com descumprimentos de leis trabalhistas, com as injustiças e as distorções que ocorrem nas medições feitas pelo fiscal de turma em sua produção diária no corte da cana (Novaes, 2007a, p. 171).

A engrenagem do modo de produção capitalista, que explora as deficiências dos setores mais necessitados da sociedade, é tão dissimulada que o explorado acaba por sentir-se agradecido pelos frutos advindos dos seus esforços desmedidos. O explorado não se dá conta de imediato que estes esforços desmedidos poderão custar a sua saúde, penalizar sua dignidade e o direito a uma vida mais justa socialmente. Muitos continuam migrando, acreditando que aqui a vida poderá ser melhor, chegam prontos para encarar as penas que os estados mais

abastados impõem em troca da possibilidade de um trabalho que gere recursos para a sua sobrevivência e a de sua família.

MIGRAÇÃO E DIFICULDADES SOCIAIS

Passaremos a ver os relatos dos adolescentes sobre os contextos da migração e as dificuldades que podem estar relacionadas ao fenômeno. Iniciamos pelo relato da adolescente Argélia (14 anos), que demonstrou que, mesmo com as dificuldades financeiras que a família enfrentava, a situação foi avaliada como positiva se comparada com a que enfrentavam em seu estado de origem, confirmando o que dissemos anteriormente sobre a gratidão:

E: Como está a situação familiar, financeira?

Argélia: Financeira, é falta de dinheiro, um pouco de dinheiro porque minha irmã tinha um cartão, aí o cartão, esse cartão quebrou, ela... veio dois mil, é pouco pra ela pagar. Aí ela dividiu o cartão e aí nós tem carro, aí ela quer uma casa, mas só que não consegue por causa que o dinheiro não dá, o salário que ela recebe também não dá, porque, pra ela cuidar dela, de nós, a minha irmã lá, não dá.

[...]

E: Como você avalia a tua vida hoje?

Argélia: Muito melhor do que era antes, eu falo assim, eu agradeço muito por estar aqui hoje, melhor do que antes.

[...]

Argélia: Antes, eu vou falar a verdade, nós é... passava muita dificuldade, minha mãe era muito agredida pelo meu pai, muita dificuldade, nós passava fome, mas nós tinha muita dificuldade, hoje em vista deles nós somos rica. (Argélia, 2013)

No caso de Ana (16 anos), vemos os arranjos que a família realizou para poder migrar. A família veio para Guariba em busca de melhores condições de vida. Porém, a família não conseguiu vir em sua formação completa, precisou contar com a ajuda da avó materna, que morava no estado do Paraná, para cuidar de parte da família, para que a outra parte pudesse migrar. A avó cuidava de seis irmãos de Ana, enquanto ela, o padrasto, sua mãe e três irmãos menores de idade vieram para Guariba.

[...] tava nós tudinho lá. Só que, como a minha mãe tava vendo que ela não tava suportando assim tanta criança, ter que trabalhar não tinha como. O dinheiro não tava alimentando todo mundo, porque lá em casa a gente come muito, né? Não é pouco não,

aí a minha mãe tava vendo isso porque toda criança quer um doce, quer uma coisa da hora e não tava tendo isso, aí ela mandou meus irmãos pra casa da minha vó, pra poder vim pra cá, porque ela não tava tendo dinheiro suficiente pra comprar tanta passagem pra poder vim pra cá e também nós chegamos sem dinheiro aqui [...] (Ana, 2013).

Neste outro trecho, Ana novamente fala sobre a dificuldade para manter a família e a necessidade de contar com o apoio da avó.

[...] Era dez filho, a casa era muito pequena. Era rede, quatro rede só num quarto, cama no chão, era muito difícil de morar lá. Nós viemos pra cá e os meus irmãos foram para onde a minha vó, aí ficou melhor aqui, porque só tamos nós quatro. Fica melhor de se conviver (Ana, 2013).

Em alguns trechos das entrevistas, pudemos encontrar relatos sobre a existência de frustrações que podem acompanhar a trajetória do migrante.

Moisés (16 anos) nasceu em Codó/Maranhão, e veio para Guariba há aproximadamente sete anos. Ele falou sobre a migração e sua família e vimos: a situação de separação, comum nas famílias; o relato de baixa remuneração e dos sonhos de quem migra.

A sua família acabou se separando, o pai voltou para o Maranhão com o irmão de 14 anos de idade, enquanto o adolescente ficou em Guariba com a mãe. O irmão também estava na condição de trabalhador infantil no comércio de bebidas no Maranhão, o que é considerado prejudicial à moralidade.

Sobre o migrante, ele aponta:

[...] Eles ganha bem pouco dinheiro, porque eles vêm pra cá só na experiência de cortar cana, pra eles outras profissões assim não existem, pra alguns que são espertos, sim, existe outro mundo, mas pra eles não, é cortar cana e voltar pra lá (Moisés, 2013).

A mãe da adolescente Camila (17 anos) é apanhadora de laranja e contou aos filhos sobre as dificuldades pelas quais alguns migrantes recém-chegados podem passar:

E: [...] Você conhece alguém que veio de outro estado para trabalhar aqui que tenha se arrependido de ter vindo?

Camila: Conheço. Uma amiga da minha mãe.

E: E como foi isso, o que você percebeu dessa história dela?

Camila: É triste, porque ela veio pra cá achando que ia ser melhor e foi pior. Ela não achou nada porque ela não aguenta trabalhar no serviço pesado, na laranja, sabe? Ela é muito fraquinha, ela não aguenta. Ela se arrependeu demais, não tinha dinheiro pra voltar. Aí teve que ficar juntando, sabe?, com os colegas que ela arrumou quando ela entrou na laranja, minha mãe conheceu ela na laranja, ela entrou mas ela não aguentou

trabalhar lá, e aí eles, os pessoal mais ela, volta amigo dela, foi ajuntando, aí ela conseguiu voltar. Ela falou que nunca. (Camila, 2013)

O relato de Camila (17 anos) demonstra a dificuldade e a decepção que alguns migrantes encontram no novo estado. Este dado é confirmado na entrevista que realizamos junto ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Guariba, Antônio Maduro.

[...] já teve muitos deles que chegou aqui e não conseguiu emprego, não conseguiu se estabilizar, tava aí, né, pelas ruas, naquela situação difícil, e a gente acabou contribuindo e comprando a passagem, fazendo com que eles retornem ao seu estado de origem, porque ficar aqui é pior. Além de poder sofrer violência por conta do que a gente tá vendo todos os dias aí, desempregado passando necessidade, deseja retornar pro seu estado de origem e a gente tem ajudado muitos deles a voltar (Camila, 2013).

O secretário também aponta a condição socioeconômica do migrante e a sua necessidade de contar com a ajuda dos órgãos públicos para conseguir sucesso em sua empreitada de obter uma vida melhor pelo trabalho.

[...] eles vêm aqui totalmente desprovidos de roupas, de colchão, cobertor e na medida do possível, após feito uma triagem pelas nossas assistentes sociais, é verificada as condições de moradia, as condições que eles chegaram aqui, muitos deles nós temos atendido ou com colchão ou com cobertor na época de frio ou com uma cesta básica, né? Isso desde que as pessoas vai até a Secretaria e comprovado que fez um cadastro na Secretaria do Trabalho, que vêm realmente em busca de trabalho e realmente está aqui passando necessidade, então logicamente a gente não vai deixar essa pessoa passar por necessidade. Então o que a gente faz? O básico a gente acaba naquele momento fornecendo, aí a pessoa tem que pegar embalo, o cidadão vai correr atrás de emprego, vai trabalhar, faz alguma coisa aí, se não for emprego formal, vai pra informalidade, vai capinar um terreno, enfim, alguma coisa, trabalhar como servente de pedreiro, ele tem que fazer algo, tá? Pra realmente não precisar da Secretaria todo mês, porque outras pessoas estão chegando e na medida do possível essas outras pessoas também, naquelas condições, vai precisar de ajuda. E não temos condições de ficar ajudando todo mês, todo mês, todo mês, tá? Então, algo a gente faz sim pra certas pessoas que venham de lá e realmente não têm aquela condição de iniciar uma vida aqui [inaudível] uma proteção a essa pessoa (Antônio Maduro, Secretário Municipal, 2013).

Aqui é interessante observar que o discurso dos profissionais que assistem os migrantes pode sofrer a contaminação dos mecanismos ideológicos do sistema capitalista. Neste aspecto, tende-se a culpar veladamente o fragilizado pelas situações difíceis que encontra. Às vezes temos a impressão de que a situação que os migrantes encontram em Guariba poderia ser

evitada com a reclusão em sua terra natal, onde as condições de vida são ainda mais precárias - chegam a ser miseráveis em algumas regiões devido à falta de trabalho.

Alguns discursos dão sinais do reflexo da ideologia dominante e acabam por alimentar o preconceito dos nativos de Guariba contra os trabalhadores migrantes. Pois, muitas vezes, os migrantes são associados (como veremos adiante) com as causas dos problemas sociais da cidade, que em tese poderiam ser evitados se eles não viessem para cá.

De forma geral, a ação ideológica do capitalismo promove discursos de fundo inconsciente que acabam reforçando os mecanismos de manutenção da situação de sujeição dos indivíduos. E deste modo, consegue-se uma passividade, uma falta de rebelião contra as injustiças e violações dos direitos do indivíduo.

Neste sentido, é importante dizermos que nos baseamos em Whitaker (1982) e consideramos que a ideologia capitalista tem íntima ligação com as ações que facilitam as tarefas de exploração. Podemos considerar que a verdade ocultada pela ideologia ocorre em nome da manutenção da dominação de grande parcela social em prol dos mecanismos que promovem a exploração crescente e desmedida, necessárias para o pleno funcionamento das engrenagens do modo de produção capitalista.

Como vimos até agora, os migrantes recém-chegados não encontram uma situação de vida cômoda, enfrentam muitas situações adversas, como as de moradia precária, restrições materiais de diversas ordens (roupa, alimentação, segurança, entre outras) e depreciação de sua condição de migrante.

A situação precária de vida do trabalhador migrante, que aqui foi relatada, nos remete ao que foi exposto no filme “Daens, um grito de justiça” (Boon, Chevallier, & Coninx, 1992), sobre a condição de grande pobreza das famílias operárias do início da consolidação do capitalismo, na segunda metade do século XIX. O que demonstra que, na história do capitalismo, a tendência é que seja comum e normal que a vida daqueles que sobrevivem apenas da venda da sua força de trabalho seja uma vida precária.

Ana (16 anos) comentou sobre as condições de moradia de sua família e auxiliou a nossa percepção sobre algumas dificuldades que as famílias de migrantes recém-chegados podem passar neste sentido.

A família de Ana estava residindo em Guariba havia aproximadamente cinco meses (a entrevista com a adolescente foi realizada em 11/11/2013). Ana, o padrasto, a mãe e os três irmãos que vieram para Guariba residiam em dois cômodos construídos em um terreno onde moravam mais oito famílias. O uso da pia para lavar louças e o banheiro eram compartilhados

com as outras famílias. A adolescente também comentou que as mobílias da casa eram fruto de doações de vizinhos.

Ana comenta sobre o número de cômodos da casa que abriga a ela e seus cinco familiares, seis ao todo:

[...] Dois cômodos, aí, é minha mãe que quer partir o cômodo, é muito pequeno o cômodo, aí ela reparte. Aí põe a cortina bem no meio, aí fica o quarto dela e a cozinha. E lá no nosso outro quarto fica o guarda-roupa, fica bem apertado, é bem apertado mesmo lá. E aí de a gente pagar mais barato, porque só é dois cômodos. Todo mundo de três cômodos, muitas pessoas paga duzentos, só que, como a minha mãe é a única que tem mais filho lá, aí por isso que ela paga trezentos e oitenta (Ana, 2013).

Durante a fala da adolescente, foi possível termos um pensamento inquietante: Como uma família de trabalhadores poderia viver sadiamente nesse espaço restrito, com pouca privacidade e sujeitos à convivência com outras sete famílias com as quais nunca tinham tido contato antes? Acreditamos que estes fatores podem inclusive favorecer o surgimento de conflitos interpessoais.

O relato seguinte vai ao encontro das nossas percepções sobre o surgimento de conflitos interpessoais que podem existir.

[...] porque é muito difícil assim de conviver aqui, mais pela parte dos vizinhos. Que a gente mora não é numa casa só, a gente mora na vizinhança assim, não tem [inaudível], cada quartinho é de uma pessoa, aí todo dia tem briga, todo dia tem confusão [...] (Ana, 2013).

Estas condições de moradia não são tão diferentes das condições de moradia da classe trabalhadora da Inglaterra relatadas por volta de 1844 por Engels (1975). Essas condições foram observadas em anos decisivos da evolução do capitalismo. Verificamos novamente que aquilo que se apresenta sobre o trabalhador e suas condições, muitas vezes deploráveis, de existência, é comum ao modo de produção capitalista. Sobre a moradia da classe trabalhadora da Inglaterra durante a evolução do capitalismo, Engels (1975) revelou:

Todas as grandes cidades possuem um ou vários ‘bairros de má reputação’ – onde se concentra a classe operária. É certo que é freqüente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral, designaram-lhes um lugar à parte onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. Estes ‘bairros de má reputação’ são organizados, em toda a Inglaterra, mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com porões habitados e quase sempre irregularmente construídas. (Engels, 1985, p. 38)

Nesse contexto, os trabalhadores migrantes inspiram cuidados de instituições que procuram promover o bem-estar social dos vulneráveis. Neste sentido, Guariba conta com o trabalho da Pastoral do Migrante.

A Pastoral do Migrante de Guariba realiza um importante trabalho junto aos migrantes, pois reconhece o histórico de sofrimento que acompanha a vida deles, como a separação da família, frustrações, privações econômicas e trabalho árduo que coloca em risco a sua integridade física e mental.

A Pastoral faz desde o acolhimento do trabalhador migrante até a promoção de ações que prezam pela garantia de direitos básicos do trabalhador.

E muitas das pessoas que estão há mais tempo, eles vêm e dizem: ó, irmã, tem uma família, acabou de chegar e está passando dificuldade. Ou, às vezes, os próprios moradores mesmo que chegam, então eles avisam que tem pessoas que acabaram de chegar e estão passando dificuldades. Então, a gente vai, faz a visita e depois aí vê o que eles mais precisa de imediato, né? De atenção imediata.

É que quase sempre é colchão, coisas assim, e é interessante porque muito pouco pede comida, né? Isso nos chama a atenção. Mas são as coisas muito básicas, é colchões, é cama.

Cama eles pedem no último, a gente vê assim, até em um ato de humildade da parte deles, né? Se tem, às vezes, tem mães que, quando nasce o bebe, então nós acompanhamos, então, quando vemos que a mãe está dormindo no chão, então a gente de imediato com as paróquias, com as comunidades, a gente fala: olha, precisamos de cama; então quem tem cama que está sobrando, ou que vá trocar, né? Então, a comunidade sempre nos apoia, sempre nos ajuda.

[...]

Agora, com os trabalhadores homens, que às vezes eles vêm sozinhos, então fazemos encontros. Temos a equipe de Pastoral do Migrante, então fazemos visitas nas casas, nos locais de trabalho onde estão, porque às vezes, em cortiços (mas eu não gosto de falar essa palavra “cortiço”), nos quartos, ou uma casa em que é dividido vários quartos, ou às vezes um quarto para três, quatro pessoas. Então a Pastoral vai e visita, acompanha nesse sentido também de se eles estão bem de saúde, vê como eles estão trabalhando, no trabalho deles em si, se estão com problemas de questão jurídica, laboral. Então tem toda essa parte com eles, de ver, muitos vêm doentes, feridos, queimados, queimados assim, com a própria cana.

P: Isto aqui em Guariba, durante o trabalho, chega a ser queimado?

R: *Chega a ser queimado, por quê? Principalmente nessa temporada de calor muito grande, porque, conforme eles vão abraçando a cana, a cana vai surrando no corpo. Imagina a roupa quente, a cana quente e você vai surrando. Até um dia eu, recém-chegada aqui, eu me assustei, eu falei: mas, homem, o que é isso? Ele falou: não, eu me queimei. Eu falei: mas como se queimou? Aí ele foi explicar que foi a cana que, ao*

cortar a cana, então queimou o corpo. Mas aí ele já estava sendo tratado, tudo, pelo próprio trabalho que ele estava (Irmã Terezinha, 2013).

A irmã Terezinha, Coordenadora da Pastoral do Migrante de Guariba, concedeu-nos uma entrevista em que fala sobre diversos fatores que envolvem o fenômeno da migração. Fala sobre a vida árdua que os migrantes enfrentam em sua terra natal e da necessidade de migrar para garantir direitos básicos de sobrevivência, como o de moradia.

Olha, muitos deles vêm porque lá não tem condições de vida, para sobreviver lá, eles têm que vir para cá. Até um dia eu, conversando com eles, eu falei: mas por que vocês não ficam lá, né, buscam trabalho? Mas o mês de sobreviver lá não tem como sobreviver, não ganham para sobreviver. Então, se eles querem fazer sua casa ou melhorar a sua casa, eles saem para cá, ou para outros lugares para trabalhar. Eles vão trabalhando e já vão mandando esse dinheiro (Irmã Terezinha, Coordenadora da Pastoral do migrante de Guariba, 2013).

Se não conseguem trabalho no seu estado de origem, aceitam qualquer tipo de trabalho em outros estados, mesmo que sejam sujeitos a exploração e desgaste extremo da sua saúde. Desgaste este que, muitas vezes, será percebido apenas com o passar do tempo, da idade.

Geralmente os migrantes vêm com baixa escolaridade e qualificação profissional, o que dificulta a possibilidade de trabalhos menos árduos que os trabalhos rurais.

Tivemos 23 adolescentes que informaram sobre a escolaridade dos seus pais, e, a partir dos dados que prestaram, foi possível detectar que:

- 11 (47,8%) tinham um dos pais ou ambos com o ensino fundamental incompleto como o nível de escolaridade maior;
- 03 (13%) tinham um dos pais ou ambos com o ensino fundamental completo como o nível de escolaridade maior;
- 03 (13%) tinham um dos pais ou ambos com o ensino médio incompleto como o nível de escolaridade maior;
- 06 (26%) tinham um dos pais ou ambos com o ensino médio completo como o nível de escolaridade maior. Destes, 04 (66,7%) fizeram o ensino médio após idade adulta, pelo sistema EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Podemos então observar que os pais desses adolescentes apresentavam baixa escolaridade, nenhum tinha o nível superior de ensino. Observamos, também, que alguns deles lançaram mão da EJA – Educação de Jovens e Adultos – para elevarem a sua escolaridade.

Alguns pais ainda estavam estudando. Dos 23 entrevistados que declararam a escolaridade dos pais, 06 (26%) tinham um dos pais que cursava o EJA, no ensino fundamental (cinco mães e um pai), o restante não estudava mais, ou seja, a maioria tinha abandonado os estudos sem concluir o ensino médio.

Esses pais vêm de uma realidade apontada por Novaes (2009, p. 106):

Nessa partida, a troca da enxada pelo facão, a troca da liberdade pelo cativoiro nos canaviais das modernas usinas paulistas. O lápis e a escola não fazem parte do universo desses jovens, o futuro depende da sobrevivência aqui e agora.

Os dados sobre a escolaridade dos pais dos adolescentes confirmam a dificuldade que eles tiveram para o desenvolvimento escolar. Em outro tópico deste estudo, sobre a conciliação entre estudo e trabalho, veremos se os filhos desses migrantes também estavam enfrentando dificuldades em termos de desenvolvimento escolar.

Irmã Terezinha relatou-nos um caso em que fica evidente o desgaste físico e a situação de exploração, possivelmente agravada pela falta de qualificação profissional do migrante e, em alguns casos, por sua condição de analfabeto. Referiu que esse migrante veio para Guariba com o sonho de construir uma casa para a família em sua terra de origem e garantir o estudo para a sua irmã menor, pois, aos 24 anos de idade, ele ainda não sabia ler ou escrever.

O que dá para a gente perceber, a maior frustração deles é quando eles não conseguem um emprego logo, quando chegam aqui, a expectativa era chegar aqui e já ter trabalho, trabalho, comida e casa para morar. Então a gente percebe a frustração grande deles neste sentido, logo que eles chegam.

Depois, é quando eles trabalham, trabalham, e chegam no final do mês, ou no final da quinzena, que eles recebem o holerite, que, às vezes, até trazem para mostrar para a gente com dor no coração. Dizia: eu trabalhei tanto, eu levanto às quatro horas da manhã, faço o meu almoço. Porque esse jovem era sozinho. Faço o meu almoço para pegar o ônibus às quatro da manhã, cinco [dúvida], quatro e meia, parece que era que ele saía. Olha, e eu estou recebendo no final isso aqui. Que realmente era pouquinho.

[...]

E até ele falou assim: não, irmã, eu chego no final do dia, quando eu chego aqui, eu não tenho vontade para nada. Ele falou: olha, se eu tivesse uma namorada, acho que a namorada ia me deixar, porque nem força eu tenho para ir conversar com ninguém. Eu chego aqui, eu tento organizar o meu quarto, a minha casinha aqui, que é um quartinho dele ali, mas organizar, ver a comida e preparar para amanhã de manhã já voltar. Então, é uma desilusão, neste sentido, né? E esse menino não sabia, não sabe ler, não sabe escrever, e o sonho dele era trabalhar para dar estudo para irmãzinha dele lá no Maranhão. E ele falava, ele falava: eu vou fazer de tudo, eu vou trabalhar para conseguir que o meu pai possa construir a casa e que a minha irmãzinha possa estudar. Porque ele tinha vinte e quatro anos e ele não sabia nem ler, nem escrever. Então ele recebia o dinheiro, me trazia com o número da conta

do banco do pai lá, então eu ia no banco e depositava e devolvia para ele o canhotinho de depósito, né, para ele (Irmã Terezinha, Coordenadora da Pastoral do Migrante de Guariba, 2013).

Além do que já expomos sobre as vivências negativas dos migrantes, é relevante apontarmos que alguns migrantes vêm enganados para Guariba, vêm com a promessa de emprego garantido. São alvos de pessoas mal-intencionadas que se aproveitam do sonho do migrante de prosperar na vida pelo trabalho em estados economicamente mais desenvolvidos.

Quando são enganados, alguns voltam para sua terra de origem, outros ficam na cidade de destino, talvez porque precisem pagar dívidas contraídas com a realização da viagem.

Os que ficam, principalmente os que são enganados, estão sujeitos a aceitar qualquer tipo de trabalho. E, com a mecanização do corte da cana e a redução da oferta de trabalho nessa área, surgem modalidades de trabalho ainda mais penosas. Neste sentido, temos mais um trecho da entrevista da Irmã Terezinha (2013):

Olha, aqui sistematizado nós não temos, de quantas pessoas saíram, de quantas voltaram, nós não temos, mas a gente sabe de muitos casos que deixaram dívidas lá, pediram dinheiro emprestado, porque eles pagam duzentos e cinquenta reais para quem [reticências], depende, né?

E nós já temos várias experiências este ano [2013], aqui de Guariba mesmo, que chegaram o ônibus inteiro de pessoas que foram enganadas. Eles chegaram aqui dizendo que tinha casa, tinha tudo e na verdade não tinha nada. Até o Dr. Francisco, que ele estava como prefeito de exercício, né, ele até me chamou para a gente poder fazer esse intercâmbio de ir lá, porque as pessoas estavam vivendo em situação inumana. Eles penduravam as redes, dormiam ali, foi na época do frio, então, dormiam só na rede, e numa casa ali, e numa casa vinte, vinte e duas pessoas. E todos dormindo em redes, porque não tinham como dormir. Então, se tentou fazer aí também um trabalho de conscientização e também de sensibilizar o povo lá, para que a própria Pastoral do Migrante lá no Maranhão, que eles informe as pessoas que não é assim, que com a mecanização agora, se a pessoa não tem estudo, isso dificulta mais para conseguir o trabalho. A não ser um trabalho que está muito camuflado, muito silenciado, silencioso, que é recolher pedras. Que é recolher pedras no meio das canas onde passa a máquina. Esse trabalho ninguém sabe.

E: Há o indício, mas não tem confirmação?

E esse trabalho é muito, que a gente sabe, não sei aqui perto, não vou dizer que aqui em Guariba tem, mas por essa região da macrorregião de Ribeirão Preto, tem mulheres que chamam as catadoras de pedras. Então elas colocam uma mochila nas costas e vão catando pedra e colocando dentro. Você imagina uns trezentos metros quantas pedras vai colhendo e tem que pôr nesse bernal, nessa mochila, né, nessa bolsa e depois leva fora para tirar, porque as máquinas vai passar e estraga as máquinas.

Em relação as catadoras de pedra citamos um trecho da publicação de Paulo Mancini (2014).

Para que as máquinas trabalhem de forma eficaz é necessário que eventuais pedras e outros objetos muito duros, sejam retirados de seu caminho. Esse trabalho são normalmente realizados por mulheres (catadoras de pedras). Um trabalho também exaustivo e muitas vezes pesado pois são encontradas pedras com cinco ou mais quilos (Mancini, 2014, Os Desafios Atuais para o Trabalhador Rural e para a Pastoral do Migrante, para. 2).

Sobre a motivação para a migração, podemos pensar sobre as condições socioeconômicas dos estados de onde os indivíduos migram.

Atualmente, a maior parte dos migrantes que vêm para Guariba são dos estados do Maranhão e Bahia. Referente à nossa pesquisa, apontamos que a maior parte dos adolescentes migrantes veio do estado do Maranhão (46%) e da Bahia (36%). O fato de estes adolescentes terem nascido em outros estados nos permite considerar que a família não está há muito tempo neste estado, se compararmos com os filhos de migrantes nascidos no estado de São Paulo (apenas os pais migraram).

Tomamos como exemplo o estado do Maranhão, de onde tem vindo a maioria dos migrantes residentes em Guariba e onde as condições de vida não são tidas como satisfatórias, se compararmos com os índices nacionais.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o Maranhão tem o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (0,639), ficando atrás somente do estado de Alagoas.

De modo geral, o estado apresenta índices preocupantes. Enquanto o país, como um todo registra 6,62% como índice de pessoas extremamente pobres, o Maranhão atinge a marca de 22,47%. Com relação ao analfabetismo, o Brasil marca 3,24% na população entre 11 e 14 anos, já o estado registra 7,59% e na população com 15 anos ou mais marca 20,87%, enquanto o índice do país é de 9,61%. No que se refere aos índices de mortalidade infantil, o Brasil registra índice de 16,70%, e o estado 28,03% (Pimentel, 2014).

Aqui entendemos melhor a fala da Irmã Terezinha, sobre a motivação para que o migrante venha para o estado de São Paulo enfrentar situações penosas:

Olha, muitos deles vêm porque lá não tem condições de vida, para sobreviver lá, eles têm que vir para cá. Até um dia eu, conversando com eles, eu falei: mas por que vocês não ficam lá, né, buscam trabalho? Mas o mês de sobreviver lá não tem como sobreviver, não ganham para sobreviver.

[...] E depois, aí, eu mesma, quando eu cheguei aqui, eu indagava muito isso, eu falava: mas por que essa gente vem para cá sofrer tanto? Eu até comentava com as irmãs: mas, gente, por que que não fica lá, trabalhando lá? Mas, aí, quando eu fui e que eu vi a realidade, eu fiquei quieta e pedi perdão a Deus, por que como essa gente vai trabalhar num pedacinho de terra?

E principalmente quando eu fui a primeira vez, foi no Vale do Jequitinhonha, que ali é um tanto... um metro para baixo é rocha e para cima é a terra, mas, se é muito tempo que não chove, não dá, não planta, não dá para plantar. Então, são coisas que às vezes a gente crítica, né? Ou, às vezes, a gente fala: eu mesma fiz isso, fala de uma visão daqui, mas, quando a gente vê a realidade, a falta de água, a falta de possibilidades (Irmã Terezinha, Coordenadora da Pastoral do Migrante de Guariba, 2013).

A partir de estudo realizado com jovens migrantes, os autores Galiano, Vettorassi e Navarro (2012) apontam que a intenção de ajudar a família, a escassez de emprego e a ausência de perspectivas de futuro em sua região são as principais motivações para a migração.

Além das dificuldades que já apontamos sobre a migração, outro aspecto que merece atenção é a existência do preconceito contra o migrante. Neste sentido, Vettorassi (2006b) aponta que os migrantes de Guariba são afetados por uma violência simbólica.

Em Guariba, grupos heterogêneos se separam entre os que chamamos de “nativos” e os “de fora”, que se diferenciam em diversos aspectos: o primeiro grupo é constituído de brancos, o outro de negros e pardos; o primeiro é morador do centro, o outro do Bairro Alto; o primeiro é de classe média e classe média alta, o outro é de classe baixa. Todos estes elementos são resumidos em poucas palavras detentoras de estigmas: “de fora”, estranho, “do morro”, migrante, nordestino. Quando moradores do Bairro Alto e do centro da cidade de Guariba foram ouvidos, compreendemos que há uma qualidade comum compartilhada com os “de fora” que os identifica desta forma: serem negros ou pardos, independente de serem migrantes ou não; suas corporalidades projetam uma impressão para os nativos que torna possível uma dialética e discriminatória relação entre os dois grupos e que inclui os filhos de migrantes, já nascidos em Guariba. Utilizando-se da expressão migrante, o nativo mascara um preconceito de cor e de raça muito mais evidente e forte que o de naturalidade. Munido de seu alto poder de coesão, o nativo atribui ao “de fora” (migrante e, principalmente, negro ou pardo) todos os males de sua sociedade, em especial os índices de criminalidade (Vettorassi, 2006b, p. 221).

Quando entramos em contato com os adolescentes para realização das entrevistas (nas visitas às salas de aula, nas gravações das entrevistas e em situações informais ocorridas durante a minha permanência no ambiente escolar), observamos que a maioria dos alunos era composta de negros e pardos, porém, quando perguntávamos aos adolescentes sobre sua cor, eles tendiam a dizer que era branca, mesmo nos casos onde a cor negra era presente. Talvez essa distorção possa vir das vivências relacionadas aos

preconceitos de cor e origem. A reprodução do preconceito é comum, percebemos migrantes sendo preconceituosos com outros migrantes, reproduzindo a violência velada.

Acabamos por não adotar nas entrevistas a questão sobre cor, pois percebemos a tendência à distorção. Mas talvez devêssemos ter insistido no questionamento, para que posteriormente pudéssemos ter maiores dados para discussão.

Em relação ao questionamento sobre se eles e/ou os pais já tinham sofrido preconceito, observamos uma tendência a subestimar a existência das ocorrências de preconceito, talvez devido à tendência à naturalização do preconceito. Uma pesquisa aprofundada sobre essa questão talvez pudesse confirmar ou não a impressão gerada durante o contato com os alunos.

A tendência a naturalizar o preconceito pode ser encontrada no relato da adolescente migrante Ana (16):

Ah, eu não me importo não porque, assim, pela uma grande parte eles têm razão de a gente estar invadindo o território deles, mas, por outra parte, eles são errados, porque cidade é pra todo mundo morar, ninguém devia ter preconceito não, só que eu não me importo com isso não, eu deixo isso de mão, que às vezes a pessoa fala mas queria ser igual à gente, eu não me importo não, deixo pra lá essas coisas (Ana, 2013).

Entre os alunos que se queixaram da existência de preconceito, verificamos que os migrantes recém-chegados se queixaram mais do que aqueles que já estavam em Guariba desde a infância e os filhos de migrantes nascidos no estado de São Paulo.

Entre os entrevistados, 20 falaram sobre o preconceito relacionado à migração. Pela análise das 20 entrevistas, verificamos que 57% dos migrantes e 8% dos filhos de migrantes referiram ter sido vítimas de preconceito.

Vimos que os alunos, que em sua maioria são migrantes e filhos de migrantes, comumente praticam o preconceito contra aqueles que trazem marcas evidentes da migração recente, como o sotaque da região de onde vieram.

Os adolescentes migrantes Bruno (16 anos), Daiana (16 anos) e a filha de migrante Bernadete (16 anos) se queixaram de preconceito relacionado à forma de falar, tida algumas vezes como forma errada de falar. Vejamos trechos das entrevistas que ilustram este dado:

- “*Falam que eu falo errado*” (Bruno, 2013).
- “*Aí, por causa que eu falo diferente, e aí o povo fica dando risada*” (Daiana, 2013).

- “Ah, muita gente fala porque mineiro fala diferente e eu tenho sotaque meio diferente, aí fica zoando [...]” (Bernadete, 2013).

Outras formas de preconceito sofrido pelos adolescentes ligados à migração podem ser encontradas nas falas de Ana (16 anos) e Daniel (14 anos).

Eles fica cantando aqueles forró dentro da sala, quando logo quando eu cheguei dentro da sala, fora também, quando alguém passa fica falando maranhense do pé rachado, fica falando um monte de coisa, caçando conversa. Fala que maranhense era pra tá morando no Maranhão, que aqui não é o estado do Maranhão, que é o estado de São Paulo, não sei o quê, fica falando um monte de coisa pra mim (Ana, 2013).

O adolescente Daniel (14 anos), vindo do Maranhão, relatou que o pai precisou intervir em uma situação em que um grupo de adolescentes o insultava com o apelido de “Maranhão”. Refere que o pai foi falar com a mãe dessas adolescentes e a situação cessou; como ele disse, “agora elas tá respeitando”. A necessidade de intervenção do pai pode ser avaliada como um aspecto que nos dá a dimensão do grau de constrangimento e da necessidade que o adolescente sentiu de ser protegido, respeitado.

Como verificamos e já dissemos, apesar dos indícios da ocorrência de preconceito em relação aos filhos de migrantes, esse dado não foi reconhecido durante as entrevistas de forma significativa. Talvez o preconceito de cor e migração possa ter sido subestimado, negado e estar sendo reproduzido entre iguais. Uma análise aprofundada sobre estas questões não nos foi possível devido à escassez de elementos.

Sobre o preconceito sofrido por filhos de migrantes, temos as considerações de Vetorassi (2006b, pp. 233-234):

Mas e os filhos dos “de fora”? A segunda e a terceira geração dos migrantes já nasceram em Guariba, e construíram suas identidades a partir dos modos de vida paulistas, guaribenses. Nem sempre aceitam que existe algum espaço social na cidade que não é seu por direito, afinal, ele é parte constituinte da mesma, e nem sempre compartilhou ou presenciou o modo de vida camponês de seus pais e avôs. No entanto, são incorporados em uma mesma, injusta e contraditória relação dialética: são impreterivelmente os “de fora”, mesmo que guaribenses natos, porque são negros e pardos, pobres ou moradores do Bairro Alto. Estes filhos de migrantes não são bem-vindos ou bem vistos na maior parte dos espaços sociais de Guariba [...]. Ou seja, mesmo que tenham adquirido habitus e capitais sociais e culturais do modo de vida paulista, não são aceitos por esta sociedade, que ainda é a detentora legítima de todo o poder e violência simbólicos impostos a eles. É preciso tomar consciência de que esta “ausência” de identidade entre a segunda e a terceira geração de migrantes tem sérias consequências, como a participação deste grupo em atos de violência, como os furtos, os roubos e o tráfico de drogas.

Assim, a ideologia nativa, que estigmatiza este grupo anacrônico, que não consegue fazer parte do tempo e do espaço guaribenses e que nunca é considerado “nós”, pode estar, com a sua violência simbólica, incitando uma violência real.

Foi possível percebermos que os migrantes que vêm com o sonho de melhorar suas condições de vida e da sua família enfrentam o que for necessário para alcançar as suas pretensões, enfrentando toda a sorte de pressões e privações. Nesta realidade, não se recusa ajuda e muito menos trabalho, por mais árduo que seja. É neste clima de violências simbólicas, explorações e privações que os filhos de migrantes se desenvolvem e percebem o mundo do trabalho.

De modo geral, podemos considerar que, devido às necessidades de sobrevivência econômica, os migrantes deixam os seus estados e enfrentam diversas situações que colocam em xeque a eficiência e a suficiência das leis e políticas públicas, que deveriam promover a prevenção contra as situações de exploração e degradação do trabalhador e de sua família.

No próximo tópico, veremos em que condições os filhos de migrantes estão sendo inseridos no mercado de trabalho. Inserção muitas vezes impelida pela necessidade de ajudar economicamente a família (como veremos em outras partes deste estudo).

5.2 TRABALHO INFANTIL

Para uma noção geral sobre os adolescentes da pesquisa, confeccionamos um quadro com os principais dados obtidos pelas entrevistas. A partir deste quadro, podemos ter uma noção sobre o histórico laboral dos adolescentes, sua condição no universo do trabalho e a ligação de suas atividades com o trabalho infantil.

Para confecção do quadro, consideramos as atividades laborais dos adolescentes, as remuneradas e as não remuneradas. Em relação aos valores salariais, é importante informarmos que, em 2013, ano em que colhemos estes dados, o valor do salário mínimo era de R\$ 678,00.

Observamos ainda, que apesar do conceito de trabalho utilizado pelo IBGE incluir a ocupação de estágio, neste estudo não incluímos o estágio como trabalho pelo fato de ser ato educativo. O estágio não é ocupação caracterizada como emprego e pode ou não receber uma bolsa-auxílio, diferente do aprendiz que tem contrato de trabalho especial nos regimes da CLT (Consolidação das Leis Trabalho) e recebe salário.

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Alice	16 anos	Trabalho doméstico em sua residência (limpava, cozinhava e lavava roupa).	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista acumulava esta função com a de babá.
		Vendedora loja - papelaria (15 anos).	72 horas semanais (segunda a sábado).	R\$300,00 (mês).	*Trabalho realizado durante as férias escolares. *referiu que não tinha horário de almoço.
		Trabalho doméstico: babá (16 anos).	20 horas semanais (segunda a sexta-feira).	R\$100,00 (mês).	Na data da entrevista permanecia nesta função.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Aline	14 anos	Trabalho doméstico em sua residência (12 anos).	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na entrevista não relatou se continuava realizando esta função.
		Trabalho doméstico: babá (13 anos).	20 horas semanais (segunda a sábado).	R\$150,00 (mês).	Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Alessandra	14 anos	Trabalho doméstico em sua residência (limpava e cozinhava).	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista permanecia nesta função.
		Trabalho doméstico: babá (13 anos).	24 horas semanais (segunda a sábado).	R\$70,00 (mês).	Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Amanda	14 anos	Trabalho doméstico em sua residência.	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista permanecia nesta função.
		Trabalho doméstico: babá (12 anos).	24 horas semanais (segunda a sexta-feira).	R\$250,00 (mês).	Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Amaro	14 anos	Ajudante de feirante (desde os 9 anos).	8 horas diárias (apenas aos domingos).	R\$100,00 (mês).	Na data da entrevista permanecia nesta função.
		Vendedor em bar da família (14 anos).	59 horas semanais (todos os dias da semana).	Sem remuneração.	Na data da entrevista permanecia nesta função.
		Servente de pedreiro (trabalha com o pai).	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Essa função era realizada quando a mãe podia cuidar do bar.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Acácio	16 anos	Ajudante em bicicletaria (14 anos)	30 horas semanais	R\$350,00 (mês).	-
		Servente de pedreiro (15 anos).	60 horas semanais (segunda a sábado)	R\$950,00 (mês).	Fez bicos como entregador de panfletos em vias públicas.
		Ajudante geral em supermercado	60 horas semanais (segunda a sábado)	R\$678,00 (mês).	Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Américo	16 anos	Lavador em lava-rápido (14 anos)	30 horas semanais (Segunda a sábado)	R\$30,00/dia	Recebia o equivalente a R\$6,00/hora
		Servente de pedreiro (16 anos).	60 horas semanais (Segunda a sábado)	R\$30,00/dia	*Recebia o equivalente a R\$2,70/hora. *Atividade mantida até a data da entrevista.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Ana	16 anos	Vendedora de geladinho em sua residência (10 anos).	Sem jornada definida.	Entre R\$2,00 e R\$30,00 ao dia	-
		Trabalho doméstico em sua residência: arrumava e lavava roupa (desde os 13 anos).	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista permanecia nesta função.
		Dançarina (13 anos).	14 horas semanais (Sábados e domingos).	Entre R\$200,00 e R\$300,00 por noite.	Acumulava as atividades de vendedora e dançarina.
		Vendedora em loja de sapatos (13 anos).	25 horas semanais (Segunda a sexta-feira).	Entre C e R\$200,00 (mês).	*dirigia uma moto para fazer entrega de sapatos. *Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Ananias	15 anos	Garçom (13 anos).	12 horas aos domingos, nos demais dias da semana trabalhava por menos horas.	Não declarou.	-
		Garçom (13 anos)	40 horas semanais	R\$100,00 semanal.	*Recebia o equivalente a R\$2,50/hora. * Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Argélia	14 anos	Trabalho doméstico em sua residência.	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista permanecia nesta função.
		Trabalho doméstico: babá do sobrinho (12 anos).	Sem jornada definida.	Às vezes recebe R\$50,00 (mês).	Na data da entrevista permanecia nesta função.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Átila	16 anos	Realizou “bicos” como sorveteiro, servente de pintor e pedreiro e entregador de panfletos (Dos 10 aos 12 anos).	Sem jornada definida.	Sem remuneração definida.	-
		Ajudante em uma pizzaria (dos 12 aos 15 anos).	Não relatado.	R\$30,00 por noite.	-
		Pizzaiolo (15 anos)	54 horas semanais.	R\$33,00 por noite.	*Recebia o equivalente a R\$3,70/hora. *Na data da entrevista permanecia nesta função.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Bernardo	17 anos	Arrematador de roupas.	20 horas semanais.	Entre R\$50,00 e R\$60,00 mensais.	*Recebia por produção. * Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Bernadete	16 anos	Trabalho doméstico em sua residência.	Sem jornada definida.	Sem remuneração	Na data da entrevista permanecia nesta função.
		Trabalho doméstico: babá (14 anos)	4 horas semanais.	R\$60,00 (mês).	-
		Fazia bicos de empregada doméstica.	Não declarado.	Não declarado.	Na data da entrevista continuava aceitando bicos de doméstica. Estava sem trabalho fixo.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Berenice	17 anos	Trabalho doméstico: babá (14 anos).	35 horas semanais	R\$200,00 (mês).	-
		Caixa de mercado.	47 horas semanais (Todos os dias da semana).	R\$200,00 (mês).	Na data da entrevista fazia estágio.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Bruno	16 anos	Entregador de verduras (dos 11 anos aos 14 anos).	Não declarou.	Não declarou.	-
		Ajudante geral em mercado (15 anos).	30 horas semanais (Segunda a sábado).	R\$420,00 (mês).	-
		Servente de pedreiro (16 anos).	60 horas semanais (Segunda a sábado)	R\$40,00/dia	*Recebia o equivalente a R\$4,00 a hora. * Na data da entrevista permanecia nesta função.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Camila	17 anos	Manicure (16 anos).	32 horas semanais (Segunda a sábado).	R\$1.200,00 (mês).	*Aos sábados acumula em média a jornada de 16 horas/dia * Na data da entrevista permanecia nesta função.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Caio	17 anos	Divide com irmã o trabalho doméstico em sua residência.	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	*Atividades realizadas em seu horário de almoço. * Na data da entrevista permanecia nesta atividade.
		Ajudante geral em mercado (16 anos).	Não declarou.	Não declarou.	-
		Ajudante geral em uma fazenda.	60 horas semanais (Segunda a sábado).	R\$600,00 (mês).	Na data da entrevista permanecia nesta função.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Carla	14 anos	Trabalho doméstico: babá (11 anos).	07 horas semanais (Segunda a sábado).	R\$50,00 (mês).	*Babá do sobrinho. * Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Célia	14 anos	Trabalhos domésticos em sua residência (arrumava, cozinhava e lavava).	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.
		Trabalho doméstico: babá (14 anos).	24 horas semanais (segunda a quinta-feira).	R\$150,00 (mês).	*Trabalhava no período noturno das 18:00 às 0:00 horas. * Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Daiana	16 anos	Trabalhos domésticos em sua residência: Limpava, cozinhava (11 anos).	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	—
		Raspava mandiocas em Casa de Farinha.	Sem jornada definida.	R\$3,00 por cesto de mandioca.	*Auxiliava a vó nesta função e o fazia ocasionalmente. * Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Daniel	14 anos	Divide com irmã o trabalho doméstico em sua residência.	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.
		Sorveteiro.	Sem jornada definida.	Entre R\$10,00 e R\$20,00 ao dia.	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Dirce	14 anos	Trabalho doméstico: babá (11 anos).	6 horas ao dia.	R\$120,00 (mês).	-
		Babá (11 anos).	36 horas semanais (de sexta-feira a domingo).	R\$230,00 (mês).	Fazia horário noturno (das 17:00 às 7:00 horas).
		Empregada doméstica (13 anos).	Sem jornada definida (sábados e domingos).	R\$50,00/semanal.	-
		Faxineira em mercado (13 anos).	6 horas ao dia.	Não recordou qual a remuneração.	-
		Empregada doméstica (14 anos).	18 horas/semanais (segunda a sábado).	R\$200,00 (mês).	Na data da entrevista continuava nesta atividade.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Dorotéia	17 anos	Empregada doméstica (15 anos).	78 horas semanais (Segunda a sábado).	R\$430,00 (mês).	Jornada somada desde o horário que saía para o trabalho (trabalhava em outro município).
		Trabalho doméstico: babá	60 horas semanais (Segunda a sábado).	R\$200,00 (mês).	*Trabalha de babá para prima. * Na data da entrevista continuava nesta atividade.
		Vendedora autônoma.	Sem jornada definida.	Por volta de R\$300,00 (mês).	Na data da entrevista continuava nesta atividade.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Eduardo	16 anos	Ajudante na lavoura familiar (dos 10 aos 14 anos).	Por volta de 28 horas semanais (Segunda a sábado).	Sem remuneração.	-
		Ajudante geral em mercado (14 anos).	60 horas semanais (segunda a sábado).	Não informou.	Trabalhava no açougue, padaria, carregava mercadorias, entre outros.
		Ajudante geral em mercado.	57 horas semanais (segunda a sábado).	R\$600,00 (mês).	Na data da entrevista continuava nesta atividade.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Edna	15 anos	Trabalhos domésticos em sua residência	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.
		Trabalho doméstico: babá (12 anos).	20 horas semanais (segunda a sexta-feira).	R\$150,00 (mês).	*babá de duas primas. * Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Edenilson	14 anos	Ajudante em lava-rápido e auto-pintura (14 anos)	30 horas semanais (segunda a sábado).	R\$100,00 (mês).	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Mauricio	14 anos	Entregador de panfletos	Sem jornada definida	R\$20,00/dia	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.

Continua

Continuação

Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Marcos	17 anos	Servente de pedreiro (14 anos)	33 horas semanais (segunda a sábado).	R\$800,00 (mês).	-
		Servente de pedreiro.	60 horas semanais (segunda a sábado).	R\$900,00 (mês).	-
		Servente de pedreiro.	45 horas semanais (todos os dias da semana).	Não especificou	* Na data da entrevista não estava em trabalho remunerado.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Moisés	16 anos	Ajudante de verdureiro e apanhador de “lavagem” (6 anos)	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	*Era ajudante da tia e avó. *Lavagem são restos de comidas usadas para alimentar porcos.
		Atividades domésticas em sua residência.	Sem jornada definida.	Sem remuneração.	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.
		Vendedor de sorvete (13 anos).	31 horas semanais (todos os dias da semana).	Entre R\$12,00 e R\$15,00 por dia.	-
		Açougueiro	42 horas semanais (todos os dias da semana).	R\$400,00 (mês).	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.
Nome	Idade	Tipos de trabalhos	Jornada Trabalho	Renda	Observações
Túlio	17 anos	Servente de pedreiro (14 anos).	Não relatou.	Não relatou.	-
		Auxiliar de manutenção de máquinas colhedeiras.	40 horas semanais.	R\$800,00 (mês).	Na data da entrevista continuava desenvolvendo esta atividade.

Figura 12. Quadro com histórico de trabalho dos adolescentes

É considerado trabalho infantil todo o trabalho realizado por crianças e adolescentes, com idade inferior a dezesseis anos. Vejamos:

Trabalho infantil é toda atividade econômica realizada por meninos e meninas que estão abaixo da idade mínima para o trabalho permitida pela legislação nacional. Para o caso de adolescentes (acima da idade mínima, mas menores de 18 anos), são consideradas como trabalho infantil todas as atividades que interferem em sua educação, que se realizam em ambientes perigosos e/ou em condições que afetem seu desenvolvimento psicológico, físico, social e moral, ou seja, todo trabalho que priva meninos e meninas de sua infância, sua educação e sua dignidade (OIT, 2011, p. 1).

Em termos de legislação relacionada ao trabalho infantil, temos:

- Constituição Federal de 1988;
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
- Decreto No. 6.481 (2008) – sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil para menores de 18 anos de idade. Contém a Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil);
- Convenção 138 de 1973 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Promulgada no Brasil pelo Decreto No. 4.134 (2002), que define limitações para o trabalho dos menores de 18 anos;
- Convenção 182 da OIT, promulgada no Brasil pelo Decreto No. 3.597 (2000).

O adolescente não pode trabalhar antes dos dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz. E os maiores de dezesseis anos só podem realizar trabalhos que não coloquem em risco o seu desenvolvimento.

A Lei No. 10.097 (2000) deixa claro quais são as condições para o trabalho de menores de 16 anos:

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

‘Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola’.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico,

moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

...

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica (Lei No. 10.097, 2000).

Sobre o trabalho que abrange os maiores de 16 anos, temos algumas especificações. A saber, caso a legislação seja desrespeitada e o trabalho do adolescente menor de dezoito anos seja insalubre, noturno, perigoso, com longas jornadas, em locais prejudiciais ao seu desenvolvimento físico, psíquico e moral, este trabalho também é considerado trabalho infantil. Neste sentido, temos o Decreto No. 6.481 (2008), que estabelece a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).

Assim, de modo geral, se o trabalho do adolescente menor de dezoito anos fizer parte da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), o trabalho é considerado trabalho infantil (Anexo B).

Em relação aos dados obtidos junto aos nossos entrevistados, foi possível detectarmos que todos apresentavam histórico de trabalho infantil. Alguns com trabalho iniciado em tenra idade, geralmente desenvolvidos no seio familiar e sem remuneração.

Nenhum adolescente que estava trabalhando na data da entrevista e que tinha idade entre 14 e 16 anos estava na condição de aprendiz, portanto estavam no mercado de trabalho de forma ilegal e na condição de trabalho infantil.

Entre os 10 adolescentes com idades entre 16 e 18 anos que estavam trabalhando na data da entrevista, apenas o adolescente Eduardo (16 anos) estava em trabalho que não constava na Lista TIP. Os demais estavam em trabalhos que poderiam ser danosos ao seu desenvolvimento. Porém, o único adolescente (Eduardo) que não estava em atividade classificada na Lista TIP não atuava com registro em carteira de trabalho, portanto estava desprotegido dos aparatos legais.

Dos 16 alunos que estavam trabalhando de forma remunerada no momento da entrevista, apenas dois (13,33%) tinham registro na carteira de trabalho. Entre os 30 adolescentes, apenas

Berenice (17 anos) estava supostamente a salvo das mazelas do trabalho infantil, pois estava atuando como estagiária nos moldes previstos pela lei.

Atuando com carteira de trabalho registrada tínhamos os adolescentes Átila (16 anos) e Túlio (17 anos). Porém, este registro não os privou da condição de trabalho infantil, pois Átila trabalhava no período noturno e Túlio trabalhava como ajudante de mecânico de colhedeiças de cana-de-açúcar. A manutenção de máquinas é uma atividade proibida, contida na Lista TIP.

O tipo de trabalho dos adolescentes era arriscado e eles já tinham sofrido as consequências negativas por desempenhá-los. Observamos que Túlio, em oito meses de trabalho na função, já havia sofrido acidente, com fratura por esmagamento em um dedo da mão. E Átila apresentava queixas de constantes dores físicas, que atribuía a sua função de pizzaiolo.

Sobre o trabalho noturno, o Tribunal Superior do Trabalho (2013) informa que é proibido para quem não completou dezoito anos. E é considerado trabalho noturno aquele que é desenvolvido entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do outro na zona urbana. E sobre a sua proibição temos:

- Constituição de 1988 (artigo 7º - XXXIII); Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (Lei No. 5.452, artigo 404);
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei No. 8.069, 1990, artigo 67).

Obtivemos relatos dos adolescentes que apontaram para trabalhos com jornadas longas, perigosos, com baixa remuneração, entre outros. Percebemos, pelos dados, que existiam sinais evidentes de exploração do trabalho dos filhos de migrantes.

O adolescente Moisés (16 anos), natural do estado do Maranhão, trabalhava como açougueiro em um supermercado, treinava atletismo em uma ONG (Organização Não Governamental) de Guariba e limpava a casa para a mãe no horário de almoço. Este adolescente começou a trabalhar para a família por volta dos seis anos de idade, e por volta dos treze anos de idade começou a vender sorvetes como ambulante. O histórico de trabalho infantil iniciado na família fica evidente no relato de Moisés (2013):

[...] Quando eu era menorzinho assim, eu catava, vendia verdura pra minha vó, mas eu não sabia de nada não, eu era pequeno, tinha seis, sete anos.

[...] Ela que fazia as contas, eu só carregava assim as coisas, sabe? Carregava assim, ela vendia. Também eu catava lavagem pra minha tia, essas coisas.

E: E, aí, você ganhava alguma coisa com isso ou era só para ajudar mesmo?

Moisés: De vez em quando a minha tia, ela ia lá na outra cidade pra comprar roupa pra mim. Minha vó de vez em quando me dava umas moedinhas pra mim jogar, comer alguma coisa, [inaudível] bem pouco.

Como referimos anteriormente, foi possível verificarmos que todos os adolescentes pesquisados têm histórico de trabalhos que estão inclusos na Lista TIP, ou seja, trabalho infantil. Entre eles temos:

- Servente de pedreiro: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 58 da atividade de Construção.
- Babá: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 75 da atividade de Serviços, sociais, pessoais e outros.
- Sorveteiro: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 73 da atividade de Serviços, sociais, pessoais e outros.
- Entregador de panfleto via pública: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 73 da atividade de Serviços, sociais, pessoais e outros.
- Serviço doméstico: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 76 da atividade de Serviço doméstico.
- Manutenção de máquinas: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 77 da atividade Todas.
- Açougueiro: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 87 da atividade Todas.
- Fabricação de farinha de mandioca: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 40 da atividade de Indústria de transformação.
- Vendedor em bar, com venda de bebidas alcoólicas: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 3 da atividade de Trabalhos prejudiciais à moralidade.
- Ajudante em lava-rápido e autopintura: tipo de atividade classificada na Lista TIP no item 77 da atividade Todas.

TRABALHO DOMÉSTICO E DE SERVENTE DE PEDREIRO

Dos trabalhos que elencamos anteriormente, os mais relatados pelos adolescentes da pesquisa foram o trabalho doméstico (incluindo a função de babá) e o de servente de pedreiro.

Tivemos 80% dos adolescentes exercendo trabalho doméstico remunerados, eram atividades de babá e trabalho de limpeza doméstica realizados na residência de terceiros. Ou seja, 17 adolescentes exerceram estas funções.

É considerado trabalhador doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, conforme estabelecido pela Lei n.º 5.859, de 1972. São exemplos de ocupações dos empregados domésticos, dentre outros: mordomo, motorista, governanta, babá, jardineiro, copeira, arrumador, cuidador de idoso e cuidador em saúde (Ministério do Trabalho e Emprego, 2013, p. 7).

O depoimento da adolescente Dorotéia (16 anos) apontou os aspectos negativos do trabalho doméstico em relação ao salário, à longa jornada e à quantidade de trabalho. Dorotéia, natural de Minas Gerais, 1º colegial noturno, babá e vendedora autônoma, contou que começou a trabalhar aos quinze anos em trabalho de limpeza doméstica na cidade de Ribeirão Preto.

[...] Fazia limpeza, era uma casa de sete cômodos, tinha a varanda, tinha a área no fundo, na frente tinha dois banheiros, eu gostava muito de faxinar.

[...] Saía daqui cinco e meia e chegava sete e meia da tarde.

[...] Eu ganhava quatrocentos e trinta [R\$ 430,00] (Dorotéia, 2013).

O trabalho doméstico é proibido aos adolescentes menores de 18 anos, devido aos danos que pode acarretar. Reforçamos que nestas condições é considerado trabalho infantil.

O trabalho doméstico, segundo a Lista TIP (das piores formas de trabalho infantil), submete o trabalhador a riscos ocupacionais como esforços físicos intensos, isolamento, abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho, trabalho noturno, calor, exposição ao fogo, posições antiergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral, e sobrecarga muscular. Tais riscos trazem, como possíveis consequências à saúde, afecções musculoesqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), contusões, fraturas, ferimentos, queimaduras, ansiedade, alterações na vida familiar, transtornos do ciclo vigília-sono, DORT/LER, deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses), síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos, tonturas e fobias. Tudo isso justifica a proibição (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013, p. 3).

Se dividirmos as principais atividades por gênero, obteremos o seguinte panorama:

- Entre as 15 meninas entrevistadas, 80% já tinham passado pela experiência de trabalhos domésticos remunerados (limpeza doméstica e babá).
- Entre os 15 meninos entrevistados, 46,7% haviam passado pela experiência como servente de pedreiro.

Vimos que a maior parte dos adolescentes entrevistados, principalmente meninas, se referiram ao exercício de trabalho doméstico em suas residências associado aos trabalhos fora de casa. Este fato provavelmente está relacionado à necessidade de liberar as mães dessas funções, para que pudessem trabalhar fora de casa. Este dado nos levou a considerar a hipótese de que estes adolescentes poderiam estar na condição de trabalho infantil dentro de suas próprias casas, porém não tivemos nenhum tipo de confirmação efetiva neste estudo (é necessário um estudo aprofundado deste aspecto).

Uma nota explicativa é necessária para a diferenciação entre trabalho infantil doméstico e afazeres domésticos. Os afazeres domésticos não são classificados como trabalho infantil, uma vez que assumem caráter educativo e de colaboração coletiva. Porém, os afazeres domésticos poderão passar a ser considerados trabalho infantil quando assumirem o potencial de prejudicar a pessoa em desenvolvimento. Segundo a OIT (2011), o trabalho infantil doméstico é definido como:

O trabalho infantil doméstico em casa de terceiros se refere a todas as atividades econômicas realizadas por pessoas menores de 18 anos fora de sua família nuclear e pelas quais podem ou não receber alguma remuneração. São meninas, em sua maioria, que levam prematuramente uma vida de adulto, trabalhando muitas horas diárias em condições prejudiciais à sua saúde e desenvolvimento, por um salário baixo ou em troca de habitação e educação (OIT, 2011, p. 1).

Ainda segundo a OIT, a diferença entre os afazeres domésticos e o trabalho infantil pode assim ser definida:

Os afazeres domésticos na própria casa não necessariamente prejudicam o desenvolvimento normal de meninos e meninas. Passam a ser considerados como trabalho infantil quando adquirem as características de perigosos e ultrapassam a quantidade máxima de horas na semana permitidas para estas atividades segundo as legislações nacionais (OIT, 2011, p. 3).

O trabalho doméstico remunerado mais citado na pesquisa foi o de babá. Vimos que 80% das meninas entrevistadas trabalharam no serviço doméstico de babá. O exercício desta função pode acarretar ao adolescente riscos de: esforços físicos intensos; violência física, psicológica e abuso sexual; longas jornadas; trabalho noturno; isolamento; posições antiergonômicas; exposição a riscos biológicos (Decreto No. 6.481, 2008).

O trabalho doméstico geralmente exercido por mulheres guarda um histórico ligado à época de escravidão. Como podemos ver:

Os significados sociais e raciais da prestação dos serviços domésticos é engendrada pela complexidade que abrange as relações estabelecidas entre patrões/senhores(as) e suas criadas/empregadas. O trabalho doméstico, exercido predominantemente pelas mulheres, é uma atividade histórica e ligada às habilidades consideradas femininas, no contexto da escravidão, o papel de organização e cuidado da casa grande, ficou a cargo das mulheres negras, enquanto para as mulheres brancas a principal função dentro do lar era o de estabelecer a ordem e o bom funcionamento do lar (Pereira, 2011, p. 5).

Algumas começaram com pouca idade e a situação demonstrava que eram crianças cuidando de crianças, com todos os riscos inerentes à situação de desproteção. A maioria ficava em casa sozinha com crianças, inclusive no período noturno.

Conforme a legislação, a pessoa passa a ser considerada capaz apenas aos 18 anos e relativamente capaz, no aspecto cível, a partir dos 16 anos (Lei No. 10.406, **2002**). Deixar um adolescente menor de 16 anos sozinho pode ser caracterizado como abandono de incapaz.

No nosso caso, a situação fica agravada, pois são pessoas incapazes cuidando de outras também incapazes.

Vejamos as adolescentes que trabalharam como babás quando ainda eram incapazes e a idade que tinham quando desempenharam a função: Aline (13 anos), Alessandra (13 anos), Amanda (12 anos), Argélia (12 anos), Bernadete (14 anos), Berenice (14 anos), Carla (11 anos), Célia (14 anos), Dirce (11 anos), Edna (12 anos).

A adolescente Dirce (14 anos) começou a trabalhar como babá quando tinha 11 anos, e já trabalhou olhando duas crianças (dois e sete anos de idade) durante a noite. Ela e as crianças ficavam sozinhas em casa durante a noite. Neste caso, podemos afirmar que o seu trabalho colocava-se como ilegal, já que pode ser interpretado como abandono de incapazes, podendo trazer situações as quais não estavam aptas para enfrentar (risco de acidentes, assaltos, violências diversas, entre outras).

Então, comecei com onze ano de babá cuidando de um menininho, depois eu saí, eu fiquei uns dois, três mês cuidando dele, depois eu saí e fui cuidar de duas menininha. Aí, a partir daí, eu comecei a cuidar de criança, limpando casa.

[...] Eu cuidava à noite, de sexta a domingo à noite, que a mãe delas tinha restaurante e trabalhava desses horário no restaurante, eu cuidava à noite.

[...] Eu saía da minha casa às cinco, ela morava bem pertinho da minha casa, de frente, aí eu saía de dentro da minha casa cinco hora, que era o horário que a mãe já começava a ir trabalhar, aí eu ficava até de manhã cedo a hora que a mãe delas chegava, que a mãe dela chegava de madrugada e eu pousava lá. (Dirce, 14 anos).

Sobre o trabalho de servente de pedreiro, constatamos que era uma das funções mais citadas pelos adolescentes do sexo masculino. É uma função que exige esforços físicos intensos, riscos de acidente por queda de nível, exposição à poeira de tinta, cimento, solventes, movimentos repetitivos, entre outros (Decreto No. 6.481, 2008).

O trabalho na construção civil é considerado um dos mais arriscados no cenário mundial:

Ao lado da importância real que representa para economia mundial, o ramo da construção civil abriga uma realidade dura no que diz respeito às condições de trabalho: é considerado um dos mais perigosos em todo o mundo, inclusive no Brasil, liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais, não fatais e anos de vida perdidos (Iriart et al., 2008, p. 167).

O adolescente Marcos (17 anos), que começou a trabalhar como servente de pedreiro aos 14 anos de idade, ilustra como é penoso este tipo de trabalho

[...] carregar o balde que era mais fácil, e de encher de massa e depois carregar [...] bater laje era mais fácil.

[...] O mais difícil era ficar fazendo a massa, que dói bastante a coluna, tem que ficar agachando quando tem a betoneira (Marcos, 2013).

Neste outro trecho da entrevista, Marcos (17 anos) relatou que trabalhar como servente de pedreiro é trabalhar como um escravo. Inclusive este foi um dos motivos que o fizeram deixar o trabalho, após ter exercido a atividade por três anos; os outros motivos foram os ganhos baixos e as dores que passou a sentir na coluna. “É que lá não tava dando muito dinheiro, bastante. Ainda por cima, tipo era quase escravo, e ainda por cima a coluna tava doendo” (Marcos, 2013).

Vejamos o diálogo com Marcos (2013) que reforça a concepção negativa sobre o trabalho de servente de pedreiro:

E: Se você achasse hoje um emprego de servente de pedreiro, você aceitaria? Marcos: Eu não [riso].

E: E por que você não aceitaria? Marcos: Pra voltar a trabalhar igual um escravo, não.

E: Sempre foi assim todos os trabalhos que você fez como ajudante de pedreiro, foi, como você diz, como um escravo? Marcos: A maioria é fazer como escravo.

De modo geral, o trabalho infantil pode gerar uma série de riscos inegáveis. E, em nosso caso, a realidade de trabalho infantil com ameaças ao desenvolvimento do adolescente também demonstrou-se inegável. Foi possível percebermos que os adolescentes filhos de migrantes estão sendo inseridos no mercado de trabalho como trabalhadores infantis.

Como já indicamos, o futuro desses adolescentes pode estar ameaçado, pois a condição de trabalho infantil pode privá-los de ter sucesso em seu desenvolvimento – desenvolvimento físico, mental e social. “Entende-se que o trabalho na infância gera privações em termos de desenvolvimento físico e mental, restringindo o acesso à educação e aos demais meios de acumulação de capital humano [...]” (Tendências Consultoria Integrada, 2013, p. 5).

Sabemos que muitas vezes as famílias dependem do auxílio do trabalho dos filhos, porém estes deveriam estar no mínimo na condição de aprendiz e sendo alvos da fiscalização legal. Políticas públicas neste sentido devem ser cobradas, para que estes e outros adolescentes não continuem sofrendo danos a sua integridade física, mental e moral, como se fossem invisíveis socialmente.

Outra consideração que nos parece pertinente é sobre a cautela que deve haver para que o trabalho do adolescente não seja meramente proibido sem que haja políticas públicas que deem respaldo ao adolescente e à sua família. Proibir o trabalho infantil do adolescente e deixá-lo à sua própria sorte, passando por privações causadas pela fragilidade socioeconômica da família, também é uma forma de desrespeito aos seus direitos constitucionalmente estabelecidos. Claro que o trabalho infantil deve ser proibido em toda e qualquer circunstância, porém só essa medida não basta para que a missão se dê por encerrada.

Nesse sentido, temos o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –, um programa governamental que visa à retirada de crianças e adolescentes das formas de trabalho proibidas. O programa consta de ações de transferência condicionada de renda; ações socioeducativas; garantia de acesso à escola e articulações com serviços da rede de proteção básica e especial (Ministério do Trabalho e Emprego, 2008). Porém, acreditamos que haja a necessidade da criação de mais ações que se somem a estas e a revisão e/ou reforço das políticas já existentes, para que não haja o risco de serem pouco efetivas diante da complexidade do fenômeno do trabalho infantil.

Um parêntese: sabemos que alguns adolescentes trabalham por razões diferentes das associadas às limitações econômicas da família, porém as ações contra o trabalho infantil devem ter condições de discernimento sobre a motivação do trabalho infantil de cada caso denunciado e realizar o encaminhamento adequado para a situação. O fenômeno é complexo e exige ações diversificadas em quantidade e qualidade.

No próximo tópico, discutiremos sobre a saúde do adolescente trabalhador e a condição de saúde relacionada ao trabalho desenvolvido pelos adolescentes desta pesquisa.

5.3 SAÚDE DO ADOLESCENTE TRABALHADOR

Como vimos anteriormente, a maior parte dos entrevistados enfrentava condições classificadas como trabalho infantil, que por sua vez podem causar danos para a saúde do trabalhador que não está com o desenvolvimento físico e psíquico completo. Assim, uma das razões para a erradicação do trabalho infantil é o seu elevado potencial de degradação da saúde da criança e do adolescente.

Sobre a saúde do trabalhador em geral, o Ministério da Saúde do Brasil - Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil (2001) considera cinco grandes grupos de fatores de risco para a saúde e segurança do trabalhador:

- 1- Físicos: como ruídos, vibração, temperaturas extremas (frio e calor), entre outros;
- 2- Químicos: como agentes e substâncias químicas, de forma líquida, gasosa ou de partículas e poeiras minerais e vegetais;
- 3- Biológicos: como vírus, bactérias e parasitas associados ao trabalho em hospitais, laboratórios e na agricultura e pecuária;
- 4- Ergonômicos e Psicossociais: decorrentes da forma de organização e gestão do trabalho. Como exemplo, temos posturas e posições incorretas devido à utilização de equipamentos, máquinas e móveis inadequados; más condições de iluminação, ventilação; ritmo de trabalho excessivo; exigências de produtividade; relações de trabalho autoritárias; treinamento e supervisão falhos;
- 5- Mecânicos e de Acidentes: relacionados à proteção das máquinas, arranjo físico, sinalização, rotulagem de produtos e demais aspectos que podem levar à ocorrência de acidentes no ambiente de trabalho.

Os adolescentes, devido a sua condição de pessoas em desenvolvimento, são mais susceptíveis às doenças do trabalho do que os trabalhadores adultos, demandando a necessidade de cuidados específicos. Neste sentido, temos a Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho

Infantil), aprovada pelo Decreto No. 6.481 (2008), que leva em conta essa condição de pessoa em desenvolvimento.

A Lista TIP é aplicada apenas aos trabalhadores menores de 18 anos de idade e busca proteger o adolescente contra a exposição a riscos que possam comprometer a sua saúde, segurança e moral.

A saúde física e mental do adolescente é alvo de preocupação, já que o mundo do trabalho é considerado aversivo até para os trabalhadores adultos. Baseados em Lima (2002), diríamos que até mesmo os trabalhos aparentemente inofensivos podem causar danos difíceis de ser detectados por pessoas leigas, como os danos de natureza emocional.

No entanto, no mundo trabalho, com suas regras e hierarquias extremamente rígidas; com sua pobreza afetiva e relações que se estabelecem entre o impessoal e o desumano; onde imperam os valores da produtividade e da submissão, há o predomínio, quase a personificação da esfera da castração.

Nesse ambiente, muitas vezes, mesmo para adultos, o constante renunciar aos seus desejos e interesses pode tornar-se insuportável, o que dirá para a criança ou o adolescente que sequer têm à sua disposição uma maturidade ou recursos advindos da elaboração e solução de conflitos internos, no nível simbólico.

Obrigado a atender às exigências do trabalho, exposto precocemente a um ambiente extremamente castrador, o indivíduo em desenvolvimento pode construir uma auto-imagem onde predomina seu desvalor. Passa a se ver como errado, incapaz ou indigno. E suas vivências na família, escola e outras esferas podem confirmar essa imagem negativa (Lima, 202, pp. 8-9).

Na Nota técnica (2002), são apontados vários aspectos que podem causar danos à saúde do adolescente trabalhador. No aspecto psíquico, considera-se que as experiências desagradáveis que crianças e adolescentes podem sofrer quando trabalham diante do medo, insegurança, exploração, redução das chances de sucesso pessoal, entre outros, pode levar à depressão do jovem. Podem ocorrer sintomas digestivos e cardiovasculares associados a cargas mentais excessivas, além de quadros de fadiga psíquica, dificuldade de adaptação, medo e perda da autoestima. Em alguns casos, devido ao enfrentamento de cargas mentais excessivas para o sistema neurológico e psicológico imaturo da criança e do adolescente, pode ocorrer o risco de desestruturação da personalidade e de desequilíbrios capazes de afetar a inserção adequada na sociedade.

Como vimos, os 30 adolescentes participantes da pesquisa têm histórico de trabalho infantil e apenas 01 está distante concretamente da possibilidade de voltar a exercê-lo. Ou seja,

a maioria dos nossos entrevistados estava na condição de trabalho infantil, sujeitos a sofrerem prejuízos em sua saúde.

Nos trechos seguintes, veremos alguns sinais de que o trabalho dos adolescentes estudados oferecia riscos importantes para a saúde e a segurança.

QUEIXAS FÍSICAS E OCORRÊNCIA DE ACIDENTES

Veremos nesta parte as queixas e sinais de riscos à saúde física e a ocorrência de acidentes relacionadas ao trabalho desempenhado pelos adolescentes.

A adolescente Camila (17 anos), manicure, tinha uma jornada de trabalho semanal de 32 horas e se queixava de dores nas costas, inclusive chegou a receber orientações médicas sobre os riscos ocupacionais que estava enfrentando.

Dá [dores] nas pernas bastante, nas costas. E no dia não dói tanto, nas costas dói, mas aí dói bastante nas costas, aí no outro dia que vai sentir a dor. Sempre é no sábado, mais no sábado, que eu pego bastante unha no sábado, é mais no sábado, aí no domingo eu estou, aí minhas costas, aí minha cabeça também. Dói bastante (Camila, 2013).

Camila (17 anos) relatou em outro trecho sobre a necessidade de tomar remédios para dores e conselhos médicos que recebeu.

[...] Aí eu tomo remédio lá de... pra dá energia eu tomo porque, mas eu tomo remédio todo sábado, assim eu, porque dá dor de cabeça, é difícil qual que eu não tomo, porque é muita gente, produto forte no salão e cansa, é cansativo no salão.

[...] Eu vou seguir a profissão de cabeleireira. De unha eu não quero, quero ser cabeleireira mesmo. Estou em unha mesmo porque eu acostumei tanto, as minhas clientes não quer que eu saia mais. Aí eu acostumei, mas eu queria sair, que é perigoso dar um problema em mim mais tarde, porque eu fico muito sentada. E o médico já falou pra mim que é perigoso dar mesmo, eu viver tomando remédio, que acontece mesmo, né? [...].

[...] Ele me aconselhou a não pegar bastante unha, no máximo umas dez no dia, se eu pego bastante, ele falou no máximo umas dez, seis. Ou depende, se for ainda pé e mão, ele falou que não é bom eu pegar dez cliente, ele falou que não é bom. Eu pego só umas seis, se for só pé, pego só umas seis, levanto e vou embora, não é pra mim ficar fixada em unha, porque as pessoas quer e eu fico com dó (Camila, 2013).

O médico orientou que Camila (17 anos) fizesse de seis a dez unhas por dia, mas a sua realidade é outra. Vejamos:

[...] Hum, eu atendo bastante, teve um dia que eu atendi vinte e duas pessoas... de unha, o dia inteiro, sem parar.

E: Vinte e duas pessoas num dia?

Camila: Num dia. E no natal também eu atendo bastante, no natal o ano passado. Bastante mesmo, não sei quanto, eu fiquei fraca. Cheguei em casa, fui dormir, todo mundo comemorando e eu dormindo de tanta unha que eu fiz. Que os outros vêm e você fica com dó, porque fala: ai, eu não achei, sabe? Aí eu acabo pegando. (Camila, 2013)

Inclusive, Camila já sofreu acidente no trabalho. Em dados considerados pelo Ministério Público (2013), 5,3% das crianças e adolescentes que estavam trabalhando em uma determinada semana sofreram acidentes de trabalho ou apresentaram doença laboral, enquanto que, em relação aos adultos trabalhadores com carteira assinada, este número foi consideravelmente inferior, 2,0%.

Vejamos o relato de Camila (2013) sobre o acidente que sofreu: “Eu estava limpando, ajudando a mulher limpar e levei um escorregão, quase quebrei, sabe? Quase quebrei as costas aquele dia, fiquei arreventada. Fiquei um mês sem poder ficar sentada, muito tempo, e sem fazer unha também”.

O cansaço muscular e a propensão a quedas podem ser potencializados nos indivíduos que ainda estão em desenvolvimento. Eles não têm seus ossos e músculos completamente desenvolvidos. E, dependendo do ambiente e condições de trabalho, correm maior risco de deformação óssea, cansaço muscular e comprometimento do crescimento e desenvolvimento. Além de possuírem visão periférica menor que o adulto, com percepção inferior sobre o ambiente à volta (Ministério do Trabalho e Emprego, 2008).

Nesse sentido, referimos o caso de Túlio, que também sofreu acidentes de trabalho.

O adolescente Túlio (17 anos) contou ter sofrido uma queda quando trabalhava de servente de pedreiro (trabalhou nesta função dos 14 aos 16 anos de idade).

Até a data da entrevista, Túlio teve dois tipos de trabalho e nos dois foi vítima de acidente. Durante a entrevista, apresentava um curativo no dedo da mão, devido a um esmagamento por fratura ocorrido em seu trabalho de auxiliar de manutenção de máquinas colhedeiras. Refere que o dedo foi atingido por uma maretta de cinco quilos.

Ah, porque ele [mecânico] tava batendo com uma maretta pequenininha, aí eu fiquei segurando a talisca, a hora que eu olhei pra trás era uma maretta grandona, eu assustei, aí eu coloquei a mão embaixo da marreta [riso], aí foi sem querer (Túlio, 2013)

Túlio referiu que, em seu primeiro acidente, sofreu fratura na perna ao cair dentro de um buraco. Aponta que o seu patrão o levou ao Pronto Socorro, mas o deixou sozinho no local, para que fosse atendido. Em nossa concepção, o patrão provavelmente tomou esta atitude por temer alguma responsabilização pelo acidente, pois o adolescente era menor de 16 anos e estava na condição de trabalho infantil.

Ao todo tivemos o relato de cinco adolescentes que sofreram algum tipo de acidente no trabalho (tombo, fraturas, mordida de cachorro, acidente de moto), além de exposições que podem significar danos à saúde, como o de ficar sozinha em casa ou em estabelecimento comercial sem a supervisão de um adulto.

Vejamos o caso de Ana (16 anos). Ela exerceu paralelamente dois trabalhos no estado do Maranhão. Trabalhou de dançarina e vendedora de sapatos, iniciou estas atividades aos 13 anos de idade. Referiu que sofreu oito acidentes de moto e sofreu agressão de uma cliente aparentemente drogada. Geralmente ficava na loja com apenas mais uma vendedora da sua idade (risco à segurança).

Ana (16 anos) dirigia uma moto para fazer entregas de sapatos às clientes, apontando que no estado do Maranhão o fato de não ter carteira de motorista por ser menor de idade não acarretava problemas com a lei. O primeiro acidente de moto ocorreu quando a adolescente estava com 13 anos.

[...] outra vez foi porque eu fui fazer entrega de sapato de moto e eu bati a moto num carro, a mulher veio falando no celular e mexendo no celular, falando e foi mexer, e não olhou e virou o carro sem acender o pisca, sem nada, sem dar sinal e bateu em mim. Aí a moto ficou em baixo e a minha amiga que vinha comigo, que era duas que trabalhava, cortou o pé do começo até o fim, o pé, foi um corte bem fundo mesmo, e o ferro da moto ficou no pé dela assim, tiveram que puxar o pé dela pra poder tirar e dava pra ver o osso do pé dela e aqui dela ficou tudo arranhado. O que arranhou meu foi só o joelho mesmo e o braço que ainda tem a marca. Só isso mesmo, e o meu patrão não teve nada com a polícia, porque é liberado que nós trabalha, tinha como entregar, mesmo nós sendo de menor [inaudível] não tem carteira lá, não tem nada a ver, lá no Maranhão não precisa de carteira, mas precisa usar o capacete, que isso é importante, só isso mesmo (Ana, 2013).

Ana (16 anos) falou sobre os outros acidentes de moto e sobre o acidente que considerou como o mais sério. Porém, mesmo tendo sofrido acidente sério no trabalho, queria retornar, pois queria ganhar dinheiro para comprar as suas coisas. A necessidade de trabalhar acabava sendo maior.

[...] E eu não tive só um acidente de moto, já tive oito acidente de moto, só nisso lá no meu trabalho.

[...] O mais sério foi porque eu ia passando no quebra-molas e eles tavam ajeitando a rua, eles tinham botado o quebra-mola e eu não tinha visto [...] passei de uma vez, chega, fui lá em cima, o capacete saiu da minha cabeça e eu bati isso daqui meu no guidom da moto, bati minha cabeça no guidom da moto e depois a moto caiu por cima de mim e queimou a minha perna. Aí fui parar no hospital, passei assim uns três dias desacordada, depois que fui acordar bastante machucada, isso aqui meu tudo doída, as minhas costela, não podia nem me mexer, passei mais uns dias lá tomando vacina [injeção], nem um pouco, tomei vacina bastante, não tinha mais nem local de tomar vacina, a minha bunda já tava dura de tomar vacina [inaudível]. Depois, quando eu voltei pra casa, eu acho que eu nem passei umas quatro semanas, eu já queria trabalhar de novo já, porque a gente sente falta do que a gente faz, eu ficar sozinha lá em casa sentada, deitada, eu achava muito ruim, eu queria levantar, queria ia trabalhar, aí, vendo os outros ganhando dinheiro e eu não, eu querendo comprar as minhas coisas, é muito difícil a gente tá machucada, querer trabalhar e não poder (Ana, 2013).

Neste outro trecho, Ana (16 anos) relatou um episódio de violência sofrido em estabelecimento comercial. Ficava em companhia de uma outra adolescente, ambas sem condições de defesa, expostas a situações de violência. Lembrando que, conforme a legislação, a pessoa passa a ser considerada capaz apenas aos 18 anos e relativamente capaz a partir dos 16 anos (Lei No. 10.406, **2002**).

[...] Aí teve uma vez que teve lá também uma confusão que uma mulher queria comprar um sapato, mas ela só tinha cem reais e o sapato era cento e vinte, eu disse que eu não podia deixar, ela queria o desconto eu não podia deixar, ela tirou uma faca e veio pra me furar, aí ela cortou a minha amiga, deu dois corte, a minha amiga entrou no meio, me empurrou, ela tentou me ajudar, a minha amiga, e levou dois corte, um deu dezoito ponto e o outro deu três, num braço.

[...] Porque ela chegou a me agredir também, a me bater, aí, quando a minha amiga chegou, que ela tava com a faca na mão e minha amiga começou a discutir com ela, foi pra me cortar e a minha amiga entrou no meio. Fizeram aquele corpo de delito, uma coisa assim, pra ver se ela tinha machucado a gente mesmo, foi ela mesmo, as mancha tava na gente ainda, ela chegou a bater na gente, a gente não tem como revidar porque nós tava na loja [inaudível] não podia revidar com a cliente, aí nos deixamos de mão, ela bateu na gente, nós fiquemos normal, nós não revidamos, só empurremos ela mesmo, que eu acho que ela tava à base de droga, porque, do jeito que ela tava lá, era uma cliente muito boa, nesse dia ela chegou assim muito atingida da cabeça, chegou muito assim alucinada da cabeça [inaudível] ignorante, dizendo que queria o sapato, que queria, foi muito ignorante com a gente nesse dia ela (Ana, 2013).

No relato sobre a agressão, foi possível percebermos que as adolescentes não estavam preparadas, treinadas para a situação, acreditavam que, como vendedoras, não poderiam revidar com a cliente, mesmo sendo vítimas de agressão. Claro que revidar poderia agravar a situação das adolescentes, porém não pelo fato de ser uma cliente e sim por a cliente estar aparentemente drogada e poder ficar mais agressiva com um revide.

Como no exemplo de Ana (16 anos), outros adolescentes referiram ter ficado expostos a violências e acidentes por trabalharem sem a supervisão de um adulto ou em outras situações semelhantes em idades inferiores aos 16 anos (idade em que ainda são considerados incapazes). Neste sentido, temos os casos dos adolescentes Amaro (14 anos) e Berenice (17 anos).

Amaro (14 anos) ficava sozinho no bar da família: “Lá eu fico sozinho, aí atendo, aí as vendas eu faço também normal, sozinho e pedido também”. E o que agravava a situação deste adolescente era sua condição de trabalho em um bar, pois representa um trabalho prejudicial à moralidade e está incluso na Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil), que proíbe o trabalho com vendas de bebidas alcoólicas.

A adolescente Berenice também trabalhou em um estabelecimento comercial, onde fazia tudo, e se queixava porque ficava sozinha. Quando questionada se gostava de trabalhar no mercado, Berenice (2013) disse: *“Mais ou menos, por causa que eu ficava lá sozinha, meus patrão nem sempre ficava lá, então é meio ruim ficar sozinha, né?”* E, quando solicitamos os pontos negativos do trabalho no estabelecimento comercial, a adolescente confirmou: *“A única coisa ruim era ficar lá sozinha, só”*.

E, voltando a citar o caso da adolescente Ana (16 anos), chamou a nossa atenção o fato de ela ter relatado a exposição a outros riscos em seu emprego de dançarina. Pois, como dissemos, a adolescente acumulava os trabalhos de dançarina e vendedora.

Ana (16 anos) dançava em caminhões de som que percorriam as cidades fazendo bailes. A adolescente trabalhava à noite, queixava-se de dores pelo corpo, dos choques que levava ao encostar nas caixas de som e do volume alto do som.

Sobre o esforço físico que a função de dançaria exigia, a adolescente relatou:

[...] E já o de dança é porque tinha vez que era cansativo também, mas tinha vez que a gente amanhecia muito doída, que a gente botava muito esforço pelos passos que a gente aprendia, tinha que fazer o passo que as dançarinas fazia, então era muito esforço ter que abrir a perna pra um lado, abrir a perna pra fazer o quadradinho de oito, perna pra cima e tudo, era muito esforço que a gente dava no nosso corpo, aí era difícil assim, mas era bom pela uma parte e ruim por outra também (Ana, 2013).

E sobre o som alto e os choques que levava, a adolescente apontou:

[...] nós dançava embaixo e usava umas luvas por modo de choque, entendeu? E botava tampão, que era muito alto, muito alto mesmo, mais alto que a “Safadona”.
[...] como a gente dançava em cima mesmo dos fones, segurando nos fones, era muito alto, a gente no outro dia, no primeiro dia zuo o nosso ouvido, nós tava com problema mesmo sério do ouvido, que eu não tava escutando. Aí, isso gera problema, que no fone de ouvido dá problema no ouvido, imagine no som alto desse jeito, tremia assim mesmo

tudo, chegou, foi faltar energia da cidade, tudo por causa disso, que ele aumentou o volume todo. Aí quem dançava assim, quem não dançava, ficava na festa, ficava longe dela e nós não, ficava em cima e foi o jeito começar a usar tampão de ouvido e começar a botar luva pra não levar choque, que a gente tava levando muito choque também, que ela puxa muito energia, ela (Ana, 2013).

A exposição aos ruídos pode afetar o adolescente de forma mais intensa se comparamos com os adultos.

Com relação ao sistema auditivo, há relato de experiência realizada com trabalhadores de menos de 20 anos que, submetidos a níveis de ruído elevado, apresentaram perdas auditivas mais intensas e mais rápidas quando comparados com um grupo-controle formado por trabalhadores adultos, comprovando a maior sensibilidade daquele grupo a níveis elevados de pressão sonora (“Nota técnica”, 2002, p. 27).

O trabalho com exposição ao som elevado está incluso no item 83 da Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil):

Riscos ocupacionais: Exposição a níveis elevados de pressão sonora. Repercussões à saúde: Alteração temporária do limiar auditivo; hipoacusia; perda da audição; hipertensão arterial; ruptura traumática do tímpano; alterações emocionais; alterações mentais e estresse (Decreto No. 6.481, 2008).

Como dissemos, o trabalho de servente de pedreiro, exercido por 46,7% dos meninos entrevistados, é considerado no cenário mundial um dos trabalhos mais arriscados. É um trabalho que está incluso no item 58 da Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil), por trazer riscos importantes para a saúde do adolescente. Pela Lista TIP:

Repercussões à saúde: Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos (Decreto No. 6.481, 2008).

Sobre as queixas relacionadas à função de servente de pedreiro, tivemos os relatos dos adolescentes Bruno (16 anos), Marcos (17 anos), Américo (16 anos) e Túlio (17 anos).

Bruno (16 anos) afirmou que o seu trabalho é esforçado e sentia cansaço nas costas e nos braços. Disse que às vezes tinha que pedir para a sua mãe passar remédio em suas costas, para aliviar a dor. Marcos (17 anos) se queixou de que a coluna doía bastante quando fazia massa na betoneira (máquina de fazer massa de concreto). “O mais difícil era ficar fazendo a

massa, que dói bastante a coluna, tem que ficar agachando quando tem a betoneira” (Marcos, 17 anos).

Nas entrevistas, outros fatores de risco foram detectados, como a exposição a agentes químicos.

Entre os nossos adolescentes, tínhamos aqueles que trabalharam expostos a agentes químicos, como Camila (17 anos), Edenilson (14 anos) e Américo (16 anos). Camila trabalhava em um salão de beleza e os outros dois adolescentes trabalharam em estabelecimentos de lava-rápido (limpeza de automóveis).

O uso de produtos químicos pode danificar a saúde do adolescente, principalmente a da criança, pois o fígado, baço, rins, estômago e intestinos ainda estão em desenvolvimento, o que provoca maior contaminação pela absorção de substâncias tóxicas (Ministério do Trabalho e Emprego, 2008a).

Camila refere que mantinha contato com produtos químicos usados em procedimentos capilares. Pois, como dissemos, a adolescente trabalhava de manicure em um salão de beleza e ficava exposta ao cheiro dos produtos químicos, principalmente quando auxiliava a cabelereira, fazendo ela mesma os procedimentos químicos nas clientes.

[...] A selagem, porque ela não é nada sem formol, se os outros fala que não usa mas não é sem formol, sempre tem um pouco de formol, aquele pouquinho. A selagem é forte demais, eu mesmo fiz no meu cabelo, eu não aguento fazer mais a selagem no meu cabelo, eu não faço porque ela dá irritação no meu olho, sabe? É muito forte a selagem.

[...] Sinto o cheiro da fumaça [inaudível] da escova que tá puxando e sinto também que arde o olho (Camila, 2013).

Na ocasião da entrevista, Edenilson (14 anos) estava trabalhando em um lava-rápido e tinha a função de limpar automóveis e lixar carros para pintura. Além das poeiras tóxicas provenientes do lixamento a que ele estava sujeito, o adolescente também referiu que precisava usar máscara quando fazia a limpeza dos automóveis, devido ao sabonete usado.

A camada mais superficial da pele (camada córnea) não está completamente desenvolvida em crianças e adolescentes, fazendo com que as substâncias tóxicas presentes nos ambientes sejam mais facilmente absorvidas pela crianças e adolescentes e tornando-as mais vulneráveis aos agentes químicos, físicos e mecânicos (por exemplo manuseio de ferramentas projetadas para trabalhadores adultos e trabalhos com exigência de força, causando ferimentos na pele) a que são expostos (“Nota técnica”, 2002, p. 26).

Américo (16 anos) também trabalhou em um lava-rápido quando estava com 14 anos de idade. Ele também falou do produto para limpeza dos automóveis. Vejamos o diálogo do adolescente Américo (2013) sobre essa questão:

E: Sofreu algum acidente, algum mal-estar nesse trabalho no lava-rápido? Américo: Só do sabão.

E: O que você sentia? Américo: Dava tontura, alergia.

E: Alergia e tontura por quê? Américo: Por causa que o sabão era muito forte, não podia chegar muito perto.

E: [...] que tipo de alergia que sentia? Américo: Na pele.

O trabalho de limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos é proibido aos menores de 18 anos e está listado no item 77 da Lista TIP (Decreto nº 6.481, de 2008). Segundo a Lista TIP, o trabalho pode causar:

Riscos ocupacionais: Exposição a solventes orgânicos, neurotóxicos, desengraxantes, névoas ácidas e alcalinas.

Repercussões à saúde: Dermatoses ocupacionais; encefalopatias; queimaduras; leucocitoses; elaiconiose; episódios depressivos; tremores; transtornos da personalidade e neurastenia (Decreto No. 6.481, 2008).

ROTINA EXAUSTIVA

Outro aspecto que afeta negativamente a saúde do adolescente trabalhador é a rotina exaustiva, que gera cansaço e falta de tempo para alimentar-se adequadamente.

No caso de Moisés (16 anos), a rotina era exaustiva, ele queixava-se de cansaço. Diariamente acumulava as atividades de estudante, açougueiro, atleta e serviços domésticos em sua residência.

Havia dias em que Moisés não conseguia almoçar adequadamente e não tinha tempo para alimentar-se no café da manhã.

[...] Então, na hora que eu chego da escola, eu já tenho que dormir para acordar cedo amanhã, eu tenho que levantar e ir pra lá, aí eu já chego do emprego, do trabalho, só almoço e já vou treinar. Aí eu chego do treino, eu tenho que fazer um pouco de musculação porque o treinador pede, aí da musculação só tomo banho e já venho pra escola. Aí todo dia isso. E dia de sábado eu trabalho o dia inteiro e de domingo meio período.

[...] Almoçar direito não dá, porque tem que almoçar e fazer serviço para a minha mãe, porque ela não tem muito tempo, que ela também estuda. Agora, para jantar, dá para jantar tranquilo. Isso, só com sono, né? Muito sono, [inaudível] aí já tem que dormir, só janta e dorme (Moisés, 2013).

Neste outro trecho da entrevista, é possível reforçarmos a noção sobre a alimentação inadequada devido à falta de tempo ligada ao trabalho, a rotina exaustiva:

E: Na semana, quantas vezes dá para almoçar?

Moisés: Na semana? Ah, quase sempre dá, mas de vez em quando, quando não dá, eu compro alguma coisa no bar e como, eu tenho que me virar. [pausa]. Quase sempre dá pra comer alguma coisa assim, quando não dá também é porque tá muito corrido, tem muito serviço pra fazer.

E: De manhã você toma café da manhã, ou não, já acorda e já vai trabalhar?

Moisés: Acordo e já vou trabalhar já, não dá tempo.

E: Acorda com sonolência?

Moisés: Muito. Quase o olho não abre, já tem que ir pra lá já. Aí lá, de vez em quando, eles passam um café lá. Mas é bem difícil de tomar, porque açougue é sempre lotado, sabe? Aí é difícil tomar café lá. (Moisés, 2013)

A adolescente Alice (16 anos), que trabalhava como babá e realizava trabalhos domésticos em sua residência, também nos relatou dificuldades para alimentar-se adequadamente quando trabalhou em uma papelaria, época em que ela tinha 15 anos.

É que cansa bastante e, tipo assim, como que era numa loja, você não podia ficar parado, não podia sentar, a hora de almoço era rara a gente ter, a gente tinha vez que dava uma hora de almoço, a gente terminava de almoçar, tinha que voltar pra loja, a gente não ia embora, não tinha hora de almoço, nós ficava dentro da loja, almoçava dentro da loja (Alice, 2013).

Camila (17 anos), manicure, também tem pouco tempo para comer e o faz de maneira insatisfatória, pois às vezes se alimentava com bolachas e salgadinhos.

[...] biotônico, assim, pra comer, porque às vezes eu fico muito fazendo unha, não como, não como nada, então eu já chego, saio da minha casa, eu não tenho vontade de comer nada quando eu tô na minha casa, aí eu levo pão, bolacha, levo lá pro salão, salgadinho, levo um monte de coisa [inaudível] marmitta, ou senão minha mãe chega lá em casa, faz em casa e leva lá pro salão, sabe? Aí eu como quando eu quero, aí eu chego lá e já como, aí eu ajudo, dá uma limpada no salão e começo (Camila, 2013).

Chama a atenção o fato de Moisés (2013) trabalhar todos os dias da semana: *“E dia de sábado eu trabalho o dia inteiro e de domingo meio período”*.

Na entrevista, Moisés referiu que de domingo a sexta-feira ele trabalhava das 7:00 às 13:00 horas e sábado o dia todo. Ele não tinha o descanso adequado, trabalhava sem o intervalo semanal indicado pela legislação. Aliás, o adolescente está totalmente desamparado em termos legais, já que não tinha registro em carteira de trabalho que poderia garantir-lhe o direito mínimo que o trabalhador tem.

Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo único - Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

Art. 68 - O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo único - A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias (Lei No. 5.452, 1943).

Além de Moisés (17 anos), temos outros adolescentes que trabalharam sem descanso semanal, é o caso dos adolescentes Berenice (17 anos), Amaro (14 anos) e Marcos (17 anos).

Berenice disse ter trabalhado em um mercado e sua rotina era trabalhar de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 20:00 horas; aos sábados, o dia todo e aos domingos das 8:00 às 12:00 horas, com o agravante de ficar muitas vezes sozinha no estabelecimento comercial (risco à segurança).

Amaro (14 anos) nos relatou que trabalhava todos os dias da semana em um bar da família, além de trabalhar aos domingos no período da manhã na feira livre da cidade, e ocasionalmente trabalhar como servente de pedreiro para o pai.

Marcos (17 anos) também trabalhou sem descanso semanal como servente de pedreiro. Trabalhava de segunda a sexta-feira, das 6:00 às 11:00 horas, e aos sábados e domingos, das 6:00 às 17:00 horas. Lembrando que este foi o adolescente que apresentou queixas de dores na coluna e que considerou o trabalho que desempenhava como sendo trabalho de escravo.

É preocupante a rotina exaustiva desses adolescentes, já que o descanso semanal é destinado à recuperação física e psicológica do trabalhador. E acreditamos que, para o trabalhador adolescente, a privação do descanso previsto em lei seja especialmente danosa. Pois

eles têm maior predisposição à fadiga física e mental. A rotina exaustiva e os horários inadequados podem levá-los à fadiga crônica e à irritabilidade excessiva, entre outros problemas (“Nota técnica”, 2002).

O adolescente pizzaiolo Átila (16 anos) também se queixava da sua rotina de trabalho, da falta de tempo para o lazer, e dores pelo corpo. Ele trabalhava no período noturno, apesar de ser proibido pela legislação, como vimos.

[...] Olha, os pontos negativos é que, mesmo você estando cansado, você tem que cumprir aquelas tarefas, é você sai muito tarde, exige muito do seu psicológico, é muita coisa na mesma hora, pedido chegando, gente chamando, forno, nossa, é muito, às vezes eu saio de lá muito estressado, ponto negativo.

[...] Sim, às vezes sinto, pelo esforço que eu fazia, eu sentia dor no ombro pra abrir as massas, mas agora, de tanto eu ficar em pé a noite inteira, eu passo às vezes sete, oito horas em pé, começa a doer as costas, os pés e às vezes os braços (Átila, 2013).

Átila nos informou que costumava sair do trabalho por volta das 2:00 horas da madrugada e acordava às 6:00 horas para ir à escola, não parecia dormir o suficiente para garantir uma boa qualidade de vida. No tópico sobre a conciliação entre estudo e trabalho, relataremos trechos da entrevista do adolescente sobre a sonolência que sente durante as aulas.

Olha, eu venho para a escola, eu acordo às seis e vinte, difícil, mas eu acordo e saio da escola meio-dia e vinte, às vezes à tarde, quando não tô estudando de terça e quinta no espanhol, o jeito é descansar, né?, porque acorda muito cedo (Átila, 2013).

Com histórico de trabalho noturno tivemos os adolescentes Ana (16 anos), Átila (16 anos), Ananias (15 anos), Dirce (14 anos), Célia (14 anos) e Camila (17 anos), em algumas ocasiões. Observando que muitos trabalharam no período noturno com idades inferiores às que tinham na data da entrevista.

Vejamos o caso de Camila (17 anos), que geralmente trabalhava algumas horas no período noturno, aos sábados.

Aí de sexta eu vou para o salão, vou cedo pro salão, aí eu pego e venho, que eu tenho que estudar, eu saio de lá seis horas [18:00 h]. Aí, de sábado, não tem hora pra vim embora, eu chego em casa onze hora da noite [23:00 h], às vezes a mulher do salão fecha, sabe? Ela fecha o salão e manda eu ficar com a chave, porque ela acabou já as freguesas dela, e eu tenho ainda, eu faço bastante unha (Camila, 2013).

O trabalho noturno pode trazer problemas para a saúde do adolescente, por interferir no sono. A literatura demonstra evidências científicas de que o sono é fundamental para o

desenvolvimento, pois crianças e adolescentes que dormem mais de oito horas por noite apresentam saúde mental e desempenho escolar melhores em comparação com aqueles que dormem por menos horas (Instituto Glia Cognição & Desenvolvimento, 2010). “Além da produção de hormônios, o sono é responsável pela restauração do metabolismo cerebral e consolidação da memória e do processo de aprendizagem, influenciando secundariamente, no período diurno, em mecanismos de controle da atenção e da saciedade” (Instituto Glia Cognição & Desenvolvimento, 2010, p. 16).

O adolescente Ananias (15 anos) trabalhou como garçom aos 13 anos, também enfrentou o trabalho noturno. Referiu que teve dois empregos, saiu de um devido ao horário penoso que cumpria e do outro por problemas de convivência. Vemos aqui, além do horário inadequado, as pressões no ambiente de trabalho.

Sobre o primeiro trabalho, Ananias nos apontou a queixa sobre o horário: *“O horário era muito forte, das quatro da tarde, e de domingo trabalha das quatro da tarde até as três da manhã, e tinha que estudar de manhã já, não aguentava acordar”* (Ananias, 2013).

Sobre o segundo trabalho, a queixa do adolescente foi sobre a convivência:

Eu também não era só garçom, também ficava até no caixa, atendia as pessoas, passava o cartão, fazia tudo, repor as mercadoria. [...] negativo foi a convivência, porque não era só uma pessoa que mandava, era quatro pessoas, aí pra mim não deu. [...] Tava fazendo uma coisa, já queria que eu fizesse outra no mesmo tempo, eu tava fazendo uma, fazer outra e outra e outra, aí... [...] Várias pessoas, sempre uma mandava fazer uma coisa, a outra já chegava me mandava fazer outra, sendo que o dono mandava fazer uma, o filho chegava mandava fazer outra, aí... (Ananias, 2013).

QUEIXAS DE FUNDO PSICOLÓGICO

Semelhantemente ao caso do adolescente Ananias, verificamos que outros adolescentes fizeram queixas de fundo psicológico relacionadas ao trabalho. Vejamos relatos do pizzaiolo Átila, da babá e vendedora autônoma Dorotéia (16 anos), da manicure Camila (17 anos) e das babás Célia (14 anos) e Edna (15 anos).

Átila (16 anos) falou sobre o estresse que o trabalho de pizzaiolo lhe causava:

[...] Olha, os pontos negativos é que, mesmo você estando cansado, você tem que cumprir aquelas tarefas, é você sai muito tarde, exige muito do seu psicológico, é muita coisa na mesma hora, pedido chegando, gente chamando, forno, nossa, é muito, às vezes eu saio de lá muito estressado, ponto negativo.

[...] Sim, às vezes sinto, pelo esforço que eu fazia, eu sentia dor no ombro pra abrir as massas, mas agora, de tanto eu ficar em pé a noite inteira, eu passo às vezes sete, oito horas em pé, começa a doer as costas, os pés e às vezes os braços (Átila, 2013).

Dorotéia (16 anos), que trabalhava como babá e vendedora autônoma, queixou-se do estresse que sofria quando os clientes não lhe pagavam e quando a sua priminha, da qual era babá, não lhe obedecia. Referiu também sobre a pressão que sofria no trabalho quando trabalhava como doméstica: *“Tipo assim, você fazia uma coisa e eles falavam assim: aí não tá bem feito, mas só que eu já sabia da minha obrigação pra fazer, eu não gosto que ninguém fica falando”* (Dorotéia, 2013).

Edna (15 anos) começou a trabalhar como babá aos 12 anos de idade, e apontou que foi ficando sem paciência para a função, pois contou que, quando as crianças ficavam bravas, acabavam lhe ameaçando:

[...] eu cuidei de criança, nunca vai ser melhor, tipo assim, eu cuidava das minhas primas, depois eu peguei mais duas crianças pra olhar, eu tinha paciência, mas aí eu vou crescendo, vou perdendo a paciência [...]. Mas, tipo assim, tem que ter paciência, porque criança dá muito trabalho e elas brigavam demais, até comigo. Aí teve um tempo que eu vi que não deu mais certo, aí eu deixei as crianças.

[...] as crianças que me atacavam [riso]. Elas que, tipo assim, ficavam bravas, voavam em cima de mim, tinha que ter total controle [...] (Edna, 2013).

A exemplo das babás citadas, a adolescente Célia (14 anos) também se queixou do estresse que a função causava:

[...] O que eu acho bom, sabe, como é crianças, você anima bastante, só que o lado ruim é que às vezes é muito estressante, fica meio que um estresse assim todo dia, acaba acumulado o estresse. [...] É que, como é irmãs pequena, tudo tem que ser o que elas quer, aí, como uma não quer, a outra quer, acaba ficando essas brigas das duas, aquelas gritalheiras, falando que é meu, é meu aquilo, e isso tem que ter alguma pra fazer as duas parar, aí acaba estressando (Célia, 2013).

Já a adolescente Camila (17 anos), manicure, se queixou de irritabilidade devido ao barulho no salão e à fila de clientes para atender (pressão de tempo):

[...] Tem, às vezes eu fico cansada, eu olho aquelas cinco pessoas esperando e eu tô naquela ainda, me bate desespero, é horrível.

[...] Ponto negativo que cansa, irrita, aquele barulho é horrível de cabelo, daquelas pessoas conversando, que cada hora chega uma pessoa, então a pessoa que tá ali, que

tá ali sentada bastante tempo já não aguenta mais ouvir, ouvir, cê fica cansada, é ruim (Camila, 2013).

Como vimos anteriormente, a situação de estresse ocupacional, que coloca em risco a integridade psicológica, é particularmente preocupante quando ocorrem nos indivíduos em desenvolvimento. As pressões do mundo do trabalho são menos toleradas pela criança, sua maturidade física e mental não permite sobrecargas físicas ou psíquicas, pois o seu sistema nervoso não está totalmente desenvolvido (Ministério do Trabalho e Emprego, 2008). O sistema nervoso central do adolescente também ainda encontra-se em desenvolvimento.

Verificamos que os adolescentes do nosso estudo estão expostos a uma série de riscos relacionados aos trabalhos que desenvolvem. A maioria dos trabalhos desenvolvidos por eles são trabalhos que podem trazer danos à saúde física e mental do adolescente. Vimos históricos de trabalho noturno, exposição à violência, jornadas extensas, prejuízo na pausa para alimentação, acidentes, queixas de estresse, exposição a agentes químicos, exposição à radiação solar, chuva e frio; exposição a atropelamento, entre outras. São situações que espelham a severidade das condições ocupacionais a que estes adolescentes se sujeitam. Eles enfrentam situações severas de risco à saúde, principalmente por estarem na condição de desenvolvimento incompleto.

Terminamos este tópico com uma citação que resume as condições de trabalho que podem acarretar riscos à saúde do adolescente trabalhador e que foram constatadas na realidade dos adolescentes filhos de migrantes:

Assim, as empresas que empregam crianças e adolescentes colocam à disposição destes, equipamentos e produtos perigosos, condições insalubres de trabalho com grande quantidade de agentes físicos, químicos, biológicos, além de não disporem de condições de organização do trabalho adequadas à execução de tarefas de forma segura e saudável, tendo como consequência excessiva carga física e psíquica, expondo-os a doenças, acidentes de trabalho, deformidades físicas, envelhecimento precoce, retardo no crescimento e desenvolvimento psicológico, abandono da escola e baixa qualificação profissional (“Nota “técnica, 2002, p. 21).

5.4 TEMPO PARA O LAZER

O lazer está ligado ao estado de prazer obtido em atividade de livre escolha e sem ter nenhum tipo de obrigação em realizá-la (C.M.L. Silva & Tubinho, 2009). Para que seja considerado lazer, deve ocorrer a liberdade de o indivíduo escolher em seu tempo livre as atividades que lhe trarão o prazer que julga necessário a si. Estas atividades de lazer podem ser atividades espirituais, com familiares e amigos, atividades esportivas e culturais, entre outras.

O lazer é de suma importância para o ser humano e tornou-se um direito pela Constituição do Brasil de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

[...]

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

[...] § 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

[...]

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Para Souza e Misailidis (2012), o direito ao lazer é uma questão de dignidade humana.

Por fim, a importância do tema se vale também para demonstrar que a tutela do direito ao lazer pode ser um instrumento de acesso à dignidade humana, através do desenvolvimento pessoal e social do indivíduo trabalhador. Pensando-se que a prática e a valorização do lazer consente a efetivação dos direitos fundamentais através do desenvolvimento das relações familiares e sociais, da igualdade e da cidadania, e de maneira mais específica, do desenvolvimento da criatividade, da liberdade e da personalidade humanas (Souza & Misailidis, 2012, p. 2).

Em relação à criança e ao adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente reassegura o direito ao lazer do indivíduo em desenvolvimento; o artigo 59 prevê: “Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”. Porém, acreditamos que ter espaços para o lazer não garante que o adolescente esteja em condições de usufruir deles, principalmente se estiverem privados de tempo, como no caso de excesso de trabalho.

A partir das considerações de Teixeira, Sferra e Bottcher (2012), podemos dizer que o lazer pode contribuir com a qualidade de vida do adolescente e, conforme as atividades realizadas, como as lúdicas, pode trazer benefícios para a sua formação pessoal.

Várias atividades lúdicas quando praticado nas horas de lazer tem uma enorme capacidade de promover a satisfação e o prazer, além de promover um grande desenvolvimento humano, pois essas atividades nos levam o entendimento de valores como: solidariedade, companheirismo, respeito, coletividades, entre outros. Podemos dizer que o lazer proporciona um alívio para as tensões que adquirimos durante o trabalho, sabemos que os estresses nos levam a alguns conflitos que são relacionados aos fenômenos social da vida, assim a pratica de algumas atividades de lazer, nos trará um relaxamento aumento assim a nossa qualidade de vida (Teixeira et al., 2012, p. 14).

Como vimos, alguns dos adolescentes entrevistados tinham a rotina intensa, inclusive sem descanso semanal significativo. O tempo para lazer e atividades sociais diversificadas ficava comprometido.

Neste tópico trabalharemos com os depoimentos dos adolescentes que se expressaram claramente sobre a privação de atividades de lazer e vida sociocultural. Em várias entrevistas tivemos indícios dessa privação, mas iremos analisar as que refletiram direta e significativamente o comprometimento que os adolescentes estudantes e trabalhadores estavam sofrendo.

Camila (17 anos), manicure, tinha uma rotina intensa e praticamente não sobrava tempo e/ou energia para as atividades de lazer:

É difícil, quando eu quero sair eu não posso, eu marco unha até as seis horas [18:00 h] só, e ainda fico até as oito [20:00 h], marco seis e fico até as oito, depende do meu ritmo, às vezes eu estou muito rápida, mas às vezes eu não estou rápida, eu estou cansada, sabe? Aí tem vez que eu demoro demais, se eu quiser ir em algum lugar eu tenho que falar, seis horas eu não pego mais, fico ainda até as oito, que depois tenho que arrumar o meu cabelo, a mulher arruma o meu cabelo sempre assim à noite, sabe? Quando eu paro de fazer unha, então depende da hora que eu acabo. [Inaudível], às vezes eu saio de lá tarde e não tem lugar pra mim ir. Onze e meia não tem nada pra

mim ir, onde eu vou essa hora? Eu pego e deito em casa, chego em casa, tomo banho, lavo minha cabeça, seco o meu cabelo com a chapinha eu mesmo, fico até tarde e vou dormir, porque não pode ficar com ele molhado (Camila, 2013).

Camila referiu que trabalhava até nas datas festivas, como no Natal.

[...] E no natal também eu atendo bastante, no natal o ano passado. Bastante mesmo, não sei quanto, eu fiquei fraca. Cheguei em casa, fui dormir, todo mundo comemorando e eu dormindo de tanta unha que eu fiz. Que os outros vêm e você fica com dó, porque fala: ai, eu não achei, sabe? Aí eu acabo pegando (Camila, 2013).

Átila (16 anos) também sofre significativamente com a falta de tempo para as atividades de lazer. O adolescente começou a trabalhar aos 12 anos de idade, estudava no período da manhã e trabalhava como pizzaiolo no período noturno. No caso deste adolescente, a falta de tempo para o lazer e vida sociocultural era preocupante e motivo de sua insatisfação. Ele refere que sente muito a falta de oportunidade para o lazer e conviver com os amigos.

Olha, eu sinto muita falta disso, porque eu trabalho de terça a domingo, a minha folga é na segunda. E sempre na segunda-feira não tem nenhum lugar aberto, não tem pizzaria, não tem lanchonete nenhuma e o jeito é o final de semana, mas de jeito nenhum eu consigo uma folga no final de semana. Eu sinto muita falta mesmo, quando eu posso os meus amigos não podem, e quando eu posso... [não conclui] (Átila, 2013).

Aqui foi possível vermos o trabalho como sinônimo de sacrifício, que passava por cima dos riscos contra a saúde do indivíduo. Inclusive com a privação de atividades prazerosas, atividades de lazer, que poderiam amenizar o estresse e auxiliar para que o trabalhador pudesse ter uma qualidade de vida melhor.

[...] o lazer passa a ser percebido como uma prática vital a existência humana. As doenças silenciosas, como o stress, atacam cada vez mais os que adotam um ritmo de vida frenético e sem a presença do prazer em suas vivencias, atendendo apenas realizações de “subsistência financeira”, ou ainda, de “ganância financeira” (C.M.L. Silva & Tubino, 2009, pp. 69-70).

Para Moisés, que também tinha rotina intensa, o lazer era encontrado na própria atividade de atletismo, mas tinha suas adversidades. Sobre ter tempo para o lazer, ele referiu: *“Só de domingo depois das uma hora [13:00 h], antes disso quase não, mas eu gosto de treinar, tipo é lá que eu divirto mais, sabe? Tem que ter responsabilidade lá, mas também eu gosto de lá, de treinar”.*

Célia (14 anos) estudava no período da tarde, realizava serviços domésticos em sua residência e era babá. Apontou-nos que o cansaço limitava sua disponibilidade para o lazer e convivência com amigos.

Ah, até que tinha, né? O máximo mesmo era de domingo, que tinha pra mim sair de tarde, que não tinha como tempo, né? Que eu também cansava muito, aí era só mais de tarde mesmo que eu saía, que eu ficava [inaudível] com as minhas irmãs, era o dia inteiro, agora pra sair mesmo só de domingo (Célia, 2013).

Havia na vida desses adolescentes a falta de tempo para o lazer, para atividades culturais e realização de cursos oferecidos gratuitamente na comunidade, exemplo, curso de línguas, de teatro, esportes, artes marciais, instrumentos musicais, teatro, pintura em tela, e outros. Além dos cursos gratuitos, o aluno acaba não tendo tempo hábil para investir em outros cursos que poderiam auxiliar na sua melhor qualificação educacional e profissional, como cursos de informática e idiomas.

Sobre esse assunto, observamos que os adolescentes estavam sacrificando o lazer em nome do trabalho. Aqui, mais uma vez, observamos que os direitos desses adolescentes estão sendo negados pela lógica do trabalho sem legalização, estão existindo praticamente para que sejam mão de obra superexplorada.

Quando os horários de trabalho foram vistos como abusivos, foi catarseada a revolução do tempo livre, que de imediato muitos identificaram como tempo do preguiçoso. O “tempo livre” é sobre tudo um tempo de expressão, tempo de democracia. Uma liberação pessoal mais profunda de sensações, de sentimentos, desejos e sonhos reprimidos. Quanto mais nos afastamos do tempo livre de lazer, mais nos aproximamos da escravidão (imposições do sistema). As pessoas parecem tender, em toda sua vivência, a pouca existência autônoma (C.M.L. Silva & Tubino, 2009, p. 87).

B.R.G. Oliveira e Robazzi (2001) já apontavam que, quando a criança ou o adolescente trabalha, o tempo fica limitado ou inexistente para brincar ou praticar esportes. O tempo fica preenchido pela escola e pelo trabalho, o que confirmaria a influência pouco benéfica do trabalho em suas vidas.

Se não tinham tempo nem para o lazer, perguntamo-nos se esses adolescentes estariam, como os adultos, negligenciando o acompanhamento indicado na área da saúde por não terem tempo (estudam e trabalham). Estariam priorizando o trabalho e deixando de fazer acompanhamentos semanais indicados, como, por exemplo, na psicologia, psicopedagogia e fonoaudiologia? Os trabalhadores adultos que podem arcar com os custos fazem estes acompanhamentos na rede particular ou por meio de convênios em horários não comerciais. E

os adolescentes, como poderiam fazer isso com seus poucos recursos, sem convênios e acumulando suas atividades de estudante com as atividades laborais?

5.5 MOTIVAÇÕES PARA O TRABALHO

As motivações para o trabalho de uma parte significativa dos adolescentes entrevistados estavam relacionadas à necessidade de ajudar financeiramente os pais e à necessidade de fazer aquisições que a família não podia ofertar. Alguns apontaram outras motivações principais para o trabalho, como a necessidade de tornarem-se independentes financeiramente e a necessidade de ficarem longe da rua.

As motivações apontadas vão em direção ao que Lima (2002, p. 6) considera:

O trabalho precoce ocorre em nosso país como em diversos outros países do mundo, por diferentes razões. Entre esses motivos a concentração de renda nas mãos de poucos e a pobreza que dela resulta, e a necessidade de complementar a renda familiar, se constitui no mais importante e freqüente fator, conforme comprovam pesquisas realizadas no Brasil e no mundo. Mas não é, como se poderia pensar, a única motivação das famílias para introduzirem seus filhos precocemente no mundo do trabalho. Dada a importância do trabalho em nossas sociedades, a posição central que ocupa na vida da maioria dos seres humanos, costuma-se lhe atribuir poderes curativos, formadores, ao mesmo tempo em que se tem grande dificuldade em observar seus efeitos negativos.

Veremos a seguir alguns dados sobre a destinação que os adolescentes da pesquisa dão aos ganhos advindos do seu trabalho. Pois estes dados podem contribuir com o entendimento sobre as principais motivações para o trabalho.

- 18 adolescentes (60%), quando estavam trabalhando de forma remunerada, tinham o compromisso de ajudar financeiramente a família;
- 05 (16,7%), quando estava trabalhando de forma remunerada, não tinham o compromisso de ajudar financeiramente a família;
- 07 (23,4%) não declararam se tinham ou não o compromisso de ajudar financeiramente a família quando estavam trabalhando de forma remunerada.

Entre os 16 que estavam trabalhando no momento da entrevista:

- 14 (87,5%) ajudavam financeiramente a família, ou seja, tinham o compromisso de ajudar a família com parte dos seus ganhos;
- 02 (12%) não ajudavam a família com dinheiro.

Verificamos também qual a destinação que os adolescentes dão ao dinheiro além de ajudar a família. Pois estes dados também podem auxiliar na compreensão sobre as motivações para o trabalho.

Os 14 entrevistados que estavam trabalhando no momento da entrevista e que ajudavam família financeiramente gastavam o restante do dinheiro da seguinte forma:

- 07 (50%) gastavam principalmente com roupas, calçados e materiais escolares;
- 02 (14,3%) gastavam com alimentos para si, como salgadinhos, bolachas e refrigerantes;
- 02 (14, 3%) compravam produtos de informática (celulares, notebook);
- 01 (7%) guardava o dinheiro e comprava salgadinhos e refrigerantes;
- 01 (7%) refere que compra suas coisas, mas não especifica;
- 01 (7%) não declara.

No geral, entre aqueles que não ajudavam a família, não o faziam por não ganharem o suficiente. Porém, todos ajudavam de alguma forma, seja trabalhando em casa para que a mãe pudesse trabalhar fora de casa para complementar a renda familiar, ou comprando coisas para si com os seus ganhos reduzidos e liberando a família destes gastos.

Sabemos que o trabalho na adolescência não tem uma causa única, mas, em nosso caso, a condição financeira desfavorável da família parece ser a causa principal. Veremos que, na realidade dos adolescentes filhos de migrantes que trabalham e estudam, a intenção de ajudar a família financeiramente mobilizava a maioria para o mercado de trabalho.

Moisés (16 anos) relata que sentia a necessidade de ajudar financeiramente a mãe: “[...] *Tem que ajudar minha mãe na despesa, é muita despesa só pra ela. Tem que pagar aluguel e pagar força e também pagar a despesa da casa.*” (Moises, 2013).

As motivações de Alessandra (14 anos) para o trabalho de babá também eram de ajudar os pais e porque gostava de crianças: “*É porque eu queria ajudar os meus pais e porque eu também gostava de olhar criança.*” Alessandra dava um pouco de dinheiro para os pais e o restante referiu que comprava coisas para comer (Alessandra, 2013).

Além de Alessandra (14 anos) e Moisés (16 anos), outros adolescentes relataram que trabalhavam para ajudar os pais ou responsáveis. Dos que declararam sobre a motivação para o trabalho e disseram que ajudar a família é a motivação principal, temos: Alessandra (14 anos),

Amaro (14 anos), Ana (16 anos), Argélia (14 anos), Aline (14 anos), Caio (17 anos), Carla (14 anos), Célia (14 anos), Daiana (16 anos) e Dirce (14 anos).

É, o meu objetivo é poder ajudar a minha mãe, o meu padrasto também, que eu sei que não é muito fácil cortar cana no sol quente como esse agora, como ele tá lá cortando. E a minha mãe porque tem vez que ela já tá, não tá, ela tem trinta e um ano, é nova, mas a gente vê, pelo jeito dela, que ela já trabalhou muito pela gente, já cortou cana, já fez muita coisa, ela tem dores no corpo, assim, do braço, sente tontura, muitas coisas assim que ela tem. Tem vez que ela não come, só trabalhando e fazendo as coisas. E também é pra mim comprar as minhas coisas, pra não tá só ganhando pelas costas da minha mãe, querer ter umas coisas assim, que eu mesmo suar pra ganhar, ter um trabalho pra mim poder trabalhar e comprar as coisas pra mim, comprar coisas pra minha irmã, é comprar [inaudível] pra minha mãe. Pra mostrar que elas também são importantes na minha vida. Mandar coisas pra minha vó, dinheiro pra minha vó e tudo. Por isso que eu gosto de trabalhar, mais é por causa disso (Ana, 2013).

A adolescente Ana tem toda a razão em definir o trabalho de cortar cana como um trabalho difícil. Como já referimos em outras partes desta pesquisa, o trabalho no corte de cana é bastante penoso, inclusive com ocorrência de óbitos nos canaviais, associados à exaustão física do trabalhador (M.A.M. Silva, 2007). Alessi e Navarro (1997) já tinham verificado o quanto este tipo de trabalho é árduo:

É impossível negar o quanto o trabalho do cortador de cana é árduo. É um trabalho que, além de expor o trabalhador a toda sorte de intempéries, como a maioria dos trabalhos rurais, (e aqui é bom lembrar que a temperatura na região em épocas de safra pode atingir quase os 40°C, expô-lo ao risco de acidentes com animais peçonhentos, intoxicações por agrotóxicos, entre outros), submete-o a ritmos acelerados na medida em que o ganho, geralmente, dá-se por tarefa realizada (Alessi & Navarro, 1997, p. 116).

Dirce (14 anos) trabalhava como doméstica e recebia R\$ 200,00 ao mês, contou que dava metade dos seus ganhos para que a mãe pudesse manter a casa: “[...] ela compra as coisa pra dentro de casa, paga aluguel, quando tá faltando do dela, ela inteira” (Dirce, 2013).

Antes, quando Moisés estava com 13 anos e era vendedor ambulante de sorvetes, comprava coisas para si e ajudava a mãe mesmo ganhando pouco:

[...] Com esse ganho, de vez em quando eu dava um pouco de dinheiro para minha mãe, assim, pra ajudar na casa, bem pouco assim, mas dava de vez em quando. Aí o resto eu gastava com besteirinha, sabe? Bolacha, essas coisas. Ou juntava para comprar alguma coisa grande, sabe? Tipo uma camisa, essas coisas (Moisés, 2013).

Célia (14 anos) trabalhou como babá e preocupava-se em ajudar a mãe, pois esta era chefe de família, arcava com todos os gastos da casa. Na casa eram a mãe e suas duas irmãs (17 e 11 anos). Célia contou que dava todo o dinheiro que ganhava para a sua mãe administrar.

[...] Meu objetivo mais, é mais também é pra ter dinheiro pra mim, mas só que também é pra mim ajudar mais a minha mãe, porque, como ela tem alguns problemas, é por isso que eu quero trabalhar.

[...] É mais financeiro, porque, como é a minha mãe sozinha pra três filhas, pra pagar uma casa alugada, ter que pagar essas coisas, fica muito difícil, então fica apertado, fica tendo dívida (Célia, 2013).

Alguns adolescentes apontaram a necessidade de independência como a motivação principal para o trabalho que desenvolviam. Para Dorotéia (17 anos), Alice (16 anos), Amanda (14 anos), Ananias (15 anos) e Edenilson (14 anos), a motivação era a independência para comprar suas próprias coisas, consumo geralmente de roupas e calçados: *“[...] Porque eu gostaria de ser independente de mim pra comprar as minhas coisas e não gostaria de estar pedindo as coisas pra minha mãe”* (Dorotéia, 2013).

Porém, em relação à independência financeira, parece que a necessidade advém do fato de a família não poder bancar os desejos dos filhos de adquirirem objetos valorizados no mundo jovem, pois a família geralmente procura garantir a moradia e a alimentação. Como vimos, a situação do migrante é considerada como sendo difícil em termos financeiros, e arcar com roupas e calçados da moda, celulares, notebook, bicicletas, comidas diversificadas, entre outros, pode ser uma tarefa difícil, principalmente quando são recém-chegados e ainda lutam para conseguir uma moradia melhor e um trabalho satisfatório.

A adolescente Alice (16 anos) declarou que a situação financeira de sua família era difícil. A adolescente recebia mensalmente R\$ 100,00 pelo trabalho de babá, comprava roupas para si com o seu ganho e afirmou que não conseguia ajudar financeiramente a família porque ganhava pouco.

No caso de Alice, mesmo não ajudando diretamente a família com os seus ganhos, foi possível percebermos que, ao comprar roupas para si, a adolescente acabava por diminuir as responsabilidades dos pais.

Sobre suas motivações para o trabalho, a adolescente declarou:

Ah, por causa que eu não gosto muito de depender muito dos outros, eu quero ter uma vida própria, eu quero cuidar das minhas coisas, eu quero conseguir seguir sozinha.

[...] No momento, assim, tem vez que eu junto um pouco do meu dinheiro pra mim comprar roupa pra mim, porque tem vez que eu quero roupa, o meu pai não pode comprar, então [inaudível] eu junto o meu dinheiro e compro a roupa pra mim que eu quero (Alice, 2013).

Para a manicure Camila (17 anos), a motivação do trabalho era aprender, e poder comprar as suas próprias coisas com a soma de dinheiro que conseguia alcançar. Com os seus ganhos, a adolescente conseguia comprar o que quisesse sem depender da mãe.

[...] Ah, pra mim ter as minhas coisas, porque é ruim, eu nem precisava, a minha mãe fala que é bobeira eu ficar, mas eu quero assim aprender, sabe? Porque ela me deu a oportunidade, a mulher, e eu quero aprender. Minha mãe xinga que eu fico até tarde e meu namorado também, ele fala um monte que eu não preciso disso. Mas só por dia ali eu pego as vezes trezentos reais [R\$ 300,00], quatrocentos reais [R\$ 400,00]. Eu já peguei quatrocentos reais [R\$ 400,00] num dia de sábado, sabe? As pessoas me pagaram o pacote e eu fiz muita unha, sabe? Por isso que eu fico, porque eu ganho e não estou nem aí, sabe? Eu não me importo, os outros fala, xinga, mas não me importo.

[...] Não, não é suficiente. É muita coisa que você compra. Se você compra bastante coisa, se você recebe quatrocentos reais, você vai fazer conta de seiscentos e depois fica duzentos, aí você tem que ficar pedindo: ô, mãe, me dá, porque eu vou passar vergonha com essa mulher vindo aqui. No meu caso era assim, agora não. Agora não é assim porque, se eu tiver, se eu pagar alguém quatrocentos reais e ficar faltando duzentos, eu tento arrumar até sábado pra pagar a pessoa, sabe? (Camila, 2013).

O adolescente Acácio (16 anos) deixou claro que trabalhava para empregar o seu dinheiro em mercadorias que o seu pai não poderia ofertar a ele com facilidade. Ele também ajudava com as despesas da casa, arcava com a conta da água ou de energia elétrica consumidas pela família.

Sobre a necessidade de empregar parte dos seus ganhos em mercadorias para si, Acácio apontou:

É porque sempre queria as coisa e meu pai não podia dar tudo, procurar se ganhar o meu dinheiro pra mim ter o meu, por exemplo, querer comprar uma bicicleta pra mim pedalar, andar. E meu pai não ia, por exemplo, dar para dá a bicicleta pra mim, dá bicicleta pra minha irmã, comprar computador, celular pra nós tudo. Fica puxado pra ele também, aí eu precisava, eu precisei trabalhar pra mim comprar umas coisa (Acácio, 2013).

Na entrevista, Átila (16 anos) apontou como motivação principal para o trabalho as exigências dos pais, pois estes acreditavam que filho em casa desocupado seria prejuízo.

Átila começou a trabalhar aos 12 anos, fazendo trabalhos avulsos diversificados (sorveteiro, servente de pedreiro e de pintor, etc.), motivado pelas exigências dos genitores, e cedia um terço do seu salário para os seus pais.

Olha, eu comecei com doze anos, os pais começaram a pegar no pé falando que filho homem, no caso, em casa sem fazer nada, é prejuízo. Então na certa tive que encontrar um emprego, aí encontrei um na pizzaria onde o meu irmão trabalhava, onde ele me ensinou a fazer tudo que eu sei hoje (Átila, 2013).

Em outro trecho da entrevista, Átila deixou transparecer o quanto os seus pais exigem dele em termos financeiros e a sua vontade de deixar a casa dos pais para poder realizar os seus sonhos. Avaliamos que os pais do adolescente contavam com os seus ganhos para manter a casa.

[...] É alcançar o meu objetivo, sair da casa dos meus pais, porque, bom, eu gostaria, sabe, eu gostaria de sair mesmo da casa dos meus pais, porque eles exigem muito, sabe?, do meu pagamento. Às vezes, quando o pagamento demora pra sair, eles ficam cobrando e eu penso que às vezes, nessa área, tipo pagamento, o dinheiro que eles pegam daria pra eu fazer outra coisa ou investir em alguma coisa pra mim, tipo depositar no banco, mas tá sendo difícil pra mim.

[...] Olha, por esse fato deles pedirem um dinheiro, ultimamente eu, quando é época de pagamento, eu ando muito estressado porque eu penso que eles vão pegar, e eles pegam [...] (Átila, 2013).

Pelo que percebemos, Átila era pressionado a trabalhar para investir na família, apesar de ter o sonho de investir em si.

Outras motivações para o trabalho apareceram, tais como poupar para o futuro e ficar longe das ruas. A motivação moral do trabalho foi possível detectar nas falas dos adolescentes Berenice (17 anos), Túlio (17 anos) e Américo (16 anos).

Neste sentido, Berenice deixou clara a sua visão positiva do trabalho desde cedo na vida:

Eu acho que é bom pro jovem começar a trabalhar de cedo, que tem muitos jovens que ficam sem fazer nada e se envolve com coisa errada, com droga, fica em casa, tem tudo o que quer e se envolve com coisa errada. Então é bom começar a trabalhar pra começar a ter responsabilidade, ter suas coisas, cada um compra as suas coisa (Berenice, 2013).

No caso de Túlio (17 anos), ele referiu que trabalhava para não ficar na rua e que o fazia por conta própria e não por imposição da família:

[...] Eu trabalho mesmo porque eu quero, porque, se fosse pela parte da minha mãe e do meu pai, eu não trabalhava não. Trabalho só pra não ficar na rua, ficar atentando os outros, que antes eu era o bagunceiro, não parava quieto (Túlio, 2013).

Já Américo (17 anos), apesar de ajudar com o seu salário para arcar com as despesas de casa, quando questionado sobre o motivo de estar trabalhando, afirmou: “Porque sim, é melhor do que ficar na rua.” (2013).

Nesse sentido, vimos a noção de trabalho como um meio de controle, capaz de propiciar que os filhos das classes com renda menores fiquem longe das ruas e da delinquência que ela pode promover. Esta concepção é nutrida socialmente e acaba favorecendo aqueles que ganham com a exploração da mão de obra barata de crianças e adolescentes.

Por outro lado, sabemos que valores culturais determinam uma aceitação social do trabalho precoce com a criação de mitos e crenças de que o trabalho evitará a permanência das crianças e adolescentes nas ruas reduzindo o índice de delinquência infanto-juvenil, fazendo com que o trabalho seja aceito como a única e salvadora alternativa para redução daquela delinquência. Assim, a sociedade aceita o trabalho precoce independente da idade do trabalhador, dos ambientes de trabalho em que são inseridos e não busca alternativas para o trabalho precoce e para a criação de condições para a manutenção das crianças e adolescentes na escola (“Nota técnica”, 2002, p. 19).

As principais motivações dos adolescentes desta pesquisa para o trabalho não fugiram das apontadas em outros estudos (Bezerra, 2006; Lima, 2002; B.R.G. Oliveira & Robazzi, 2001; Pochmann, 2007; Sarti, 2010; Torres, 2011a, 2011b; Watarai, 2006; Watarai & Romanelli, 2010). A principal motivação para o trabalho dos filhos de migrantes desta pesquisa era ajudar financeiramente a família. E, mesmo os que apontaram como a sua motivação principal a necessidade de independência, não fugiram das causas ligadas à situação economicamente desfavorável da família. A maioria não se referia à necessidade de independência financeira para adquirir bens supérfluos, geralmente eram vestimentas. E estes também ajudavam diretamente a família em termos financeiros.

Enfim, como vimos anteriormente, dos adolescentes que estavam trabalhando na data da entrevista: 87,5% ajudavam a sua família e 50%, além de ajudar a família, gastavam principalmente com roupas e calçados.

De qualquer forma, independentemente da motivação, o trabalho precoce acaba amarrando o indivíduo à condição de economicamente desfavorecido. Pois acabam ganhando baixos salários, têm prejuízos escolares e na saúde, têm o seu futuro profissional ameaçado e têm grandes chances de repetirem o histórico de seus pais. Neste sentido, Kassouf (2005) aponta que a baixa escolaridade e o baixo desempenho escolar destinam o jovem a ficar com as oportunidades de emprego limitadas aos postos que não exigem qualificação, de pouca remuneração, fazendo com que o jovem experiencie um ciclo repetitivo de pobreza já vivenciado pelos seus pais (Kassouf, 2005).

No próximo tópico, veremos as dificuldades de conciliar estudo e trabalho e as possíveis consequências negativas do trabalho para a formação escolar.

5.6 CONCILIAÇÃO ENTRE ESTUDO E TRABALHO

A educação é um bem coletivo essencial para a promoção da cidadania e apresenta um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Além disso, a educação é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social (IBGE, 2013, p. 177).

Conforme os dados oferecidos pelos adolescentes da pesquisa, o trabalho que desempenhavam acabava causando cansaço e falta de tempo para dedicação aos estudos, principalmente para aqueles que trabalhavam de dia e estudavam à noite. Porém, os jovens dão sinais de não terem clareza sobre os efeitos negativos do cansaço e da falta de tempo para sua vida escolar, a maioria referiu que conseguia conciliar estudo e trabalho e que bastava o indivíduo ter o desejo de se empenhar nas duas tarefas para que pudesse se sair bem.

De imediato já percebemos que seis dos nossos entrevistados encontravam-se em evidente defasagem escolar, isto é, 20% dos adolescentes. Ou seja, pelas suas idades, deveriam estar em ciclos de ensino mais avançados. Alguns entrevistados que estavam defasados em relação à escolaridade demonstraram sinais de estar sofrendo prejuízos escolares, possivelmente em virtude do trabalho.

A defasagem é avaliada pelos limites etários (IBGE, 2009):

- Educação infantil (creche para crianças de 0 a 3 anos de idade);
- Pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade;
- Ensino fundamental para pessoas de 6 a 14 anos de idade;
- Ensino médio para pessoas de 15 a 17 anos;
- Ensino superior para pessoas de 18 a 24 anos.

Talvez o número de alunos defasados fosse maior se não contássemos com procedimentos utilizados pelas escolas, como a Progressão Continuada. Ou seja, se houvesse as reprovações ao final de cada ano letivo, talvez o número de defasados fosse maior.

Foge dos nossos objetivos um aprofundamento sobre a Progressão Continuada, mas cabe esclarecermos que ela é considerada uma metodologia pedagógica que permite ao aluno avanços sucessivos e sem interrupções, nas séries, ciclos ou fases. Propõe uma avaliação

constante, contínua e cumulativa, baseando-se na ideia de que reprovar o aluno sucessivamente não contribui para melhorar seu aprendizado. Sua aplicação foi reforçada após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (*Lei No. 9.394, 1996*). Porém, a metodologia é alvo de polêmicas, pois, como Menezes e Santos (2002) nos apontam, alguns consideram que ela configura uma espécie de “aprovação automática” dos alunos. As críticas estão relacionadas ao fato de ter sido implantada no Brasil sem as necessárias mudanças nas condições estruturais, pedagógicas, salariais e de formação dos professores, entre outras (Menezes & Santos, 2002).

A seguir, apontaremos alguns trechos das entrevistas sobre os sinais de que o trabalho que estes adolescentes desempenhavam poderiam prejudicar o desenvolvimento escolar.

Veremos inicialmente a fala de Moisés (16 anos). Moisés estudava no período noturno, era açougueiro, treinava atletismo e realizava serviços domésticos em sua residência, apresentando sinais de que o trabalho pode interferir negativamente em seu desempenho escolar.

[...] Eu entro na escolar sempre atrasado assim, sabe? Umas sete e dez [19:10 h], sete e quinze [19:15 h], por aí. Hoje mesmo eu acho que entrei sete e meia [19:30 h], por aí.

[...] Eu gostava mais quando era à tarde, né? Eu já estudei à tarde também, agora eu vim pra noite, não tem como você se esforçar muito, sabe? É mais difícil, é menos aula, é mais cansaço, essas coisas, sabe? (Moisés, 2013).

Sobre a diferença entre o estudo diurno e o ensino noturno e os desafios que o ensino noturno representa, citamos a análise crítica de Togni e Soares (2007, p. 63):

Além de estar subordinado a uma lei generalizada, o ensino noturno apresenta outras inconveniências e algumas características peculiares, que precisam ser levadas em conta para se contemporizar as consequências: os professores muitas vezes estão no terceiro turno de trabalho diário, quase todos os alunos têm jornadas de trabalho de oito ou mais horas diárias, não raro em atividades pesadas e difíceis, os conteúdos fogem da área de interesse dos alunos, etc.

Moisés (16 anos), em outro trecho da entrevista, demonstrou que não tem tempo de estudar para as provas, estudava um dia antes na própria sala de aula. *“Quase nunca as professoras passa trabalho assim pra fazer em casa. Aí, quando é prova, é tudo na sala mesmo, um dia antes, na sala, porque nos outros dias não dá tempo”* (Moisés, 2013).

No trecho anterior, Moisés refere que os professores geralmente não solicitavam trabalhos escolares para serem feitos em casa, e essa parece ser uma prática dos professores

quando lecionam no período noturno. Suspeitamos que, neste caso, algumas vezes os alunos do período noturno são alvos de diferenciações. Diferenciações muitas vezes preocupantes, principalmente quando são menos exigidos na escola por trabalharem de dia.

A escola noturna como instituição não se refere ao seu aluno como trabalhador. E, quando faz referência a essa condição de trabalhador, fá-lo de certa forma paternalista ou autoritária, pois pretende se justificar uma diferença de tratamento quanto à seleção de conteúdos e à avaliação ou à carga horária em relação aos cursos diurnos. Esses argumentos costumam vir acompanhados de justificativas como: o aluno vem cansado, ou não tem interesse ou ainda não tem responsabilidade (atrasos, faltas, desistências) (Togni & Soares, 2007, p. 68).

A qualidade do ensino noturno também foi alvo da análise de Pucci e Sguissard (1992), e configura uma crítica pertinente ao caso dos alunos desta pesquisa que eram matriculados no período noturno. Os referidos autores nos levam a pensar que a qualidade insatisfatória do ensino noturno pode ser reflexo das desigualdades de oportunidades reais de educação oferecida aos trabalhadores. E essas desigualdades advêm do próprio modelo de produção capitalista e da sua forma de tratar (sem fazer questão de promover saberes que possam dificultar sua exploração) aqueles que dependem apenas da venda da sua força de trabalho para sobreviverem.

Se esta conquista dos trabalhadores se revela hoje uma calamidade, não é culpa dos trabalhadores em geral e nem mesmo, fundamentalmente, dos trabalhadores em educação que se ocupam do ensino noturno: basicamente é um dos resultados da ausência de democracia real em todos os níveis e do próprio modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas implementado no País. Apesar da precariedade inaceitável da organização escolar e da baixa qualidade do ensino noturno, e dos imensos obstáculos que dificultam o acesso a ele — o cansaço, a distância, a fome, a insegurança etc. — os jovens e adultos trabalhadores obstinadamente insistem em frequentá-lo (Pucci & Sguissard, 1992, p. 52).

Agora vemos um trecho em que Moisés não se atenta ao grau de prejuízo que poderia ter na qualidade de sua vida escolar. Ele chegava atrasado devido ao excesso de compromissos relacionados ao trabalho, só conseguia estudar para as provas no próprio período de aula, às vezes dormia de cansaço na sala de aula, tinha notas abaixo de suas pretensões, entre outros problemas. Porém, no trecho abaixo, não parece levar em conta estes fatores em profundidade.

E: Na sua avaliação, essa rotina de trabalho atrapalha o seu desempenho na escola?

Moisés: Não muito, atrapalha um pouco, né? Mas atrapalhar, atrapalhar assim, se gosta mesmo, você dá um jeito de fazer tudo de uma vez. (Moisés, 2013)

No caso de Camila (17 anos), que estudava no período noturno e era manicure, a adolescente conseguia perceber que a sua rotina atrapalhava os seus estudos, mas, no início da fala, refere que era normal para ela conciliar estudo e trabalho, ficando contraditória esta passagem. O diálogo com Camila (2013) segue:

E: E como você faz para conseguir estudar e trabalhar?

Camila: Normal pra mim, porque de segunda, assim, às vezes de segunda vai algumas pessoas, sabe? Vizinha minha, de terça. Mas lá no salão eu vou sexta, é cansativo pra mim vim depois pra escola, às vezes eu não venho por causa desse serviço meu, porque eu fiz tanta unha que às vezes eu não quero vim pra escola de sexta-feira, mesmo que sai nove horas [21:00 h], eu não quero, porque é cansativo, eu canso. Só se eu vim direto do meu serviço, tomo banho lá no serviço e venho, aí eu tenho vontade de vim. Agora, se eu chegar na minha casa, eu deito, e minha mãe, ela: você quer estudar, é o seu bem, agora, se você não quer estudar, o problema é seu, o seu futuro vai ser lá na frente, ela fala, sabe?

E: E você já faltou muitas sextas-feiras por causa de cansaço?

Camila: Já.

E: Na sua avaliação, trabalho na idade que você está, você acha que atrapalha o desempenho escolar?

Camila: Atrapalha eu acho, atrapalha bastante, porque eu até sonho às vezes com unha, a unha que eu tenho que fazer no outro dia, eu sonho. E é pra eu sonhar com outra coisa, né? Vixe, chego na escola, as meninas só fica falando de unha pra mim, falando pra mim ensinar desenho, essas coisas, e atrapalha os estudos, que eu vim pra escola, né?

A adolescente Dorotéia (16 anos), que era estudante do período noturno e trabalhava como babá e vendedora autônoma, apesar de não acreditar que o seu trabalho atrapalhasse no desempenho escolar, deixou transparecer que às vezes esquecia de entregar trabalhos escolares devido à correria e que estudava apenas na noite anterior. Passava a noite estudando para não ter desempenho ruim. Lembrando que a adolescente estudava à noite e saía da escola às 22:50 h (dez e cinquenta da noite).

Não fica muito corrido não, é que eu passo a noite estudando bem, para no outro dia não ser ruim na prova, e também eu entrego os trabalhos alguns em dia, tem vez que eu não tenho muito tempo também, aí eu esqueço de fazer (Dorotéia, 2013).

Alice (16 anos), que era estudante no período da tarde, era babá e realizava trabalhos domésticos em sua residência; acreditava que o trabalho podia atrapalhar o desempenho escolar, principalmente os trabalhos pesados, como os de servente de pedreiro.

Ah, é um pouco difícil, é bem cansativo porque, se vai pra escola, chega cansada, cê tem que trabalhar, aí chega do serviço, cê tem que... você sabe que você tem que fazer o trabalho de escola, aí não sai aquela coisa muito boa, porque você chega na escola, cê sabe que você vai, você começa a cair, recair na escola, por causa do serviço também.

[...] Depende do serviço, sim, porque tem serviço que é muito cansativo, que nem meus amigos trabalha de servente, eu acho assim que eles não consegue ter um aprendizado bom na escola por causa depois do cansaço, porque eles ficam muito tempo trabalhando, muito tempo em pé. Eu acho que não, mas depende do serviço (Alice, 2013).

Amanda (14 anos) estudava no período da tarde e realizava serviço doméstico em sua residência. Referiu que trabalhou como babá dos 12 aos 13 anos de idade e tinha que sair da escola antes do horário para buscar as crianças que olhava. Inclusive, depois de ter ficado por um ano nessa situação, teve que deixar o trabalho devido à necessidade de sair antes do término das suas aulas. Em vários trechos da entrevista, a adolescente citou este problema, mas pretende arrumar outro trabalho como babá.

[...] Eu cuidava dos meus primos pra minha tia, que ela trabalhava em Ribeirão. Aí eu tive que parar por causa de escola, que não tava dando tempo de eu ir buscar eles na escola, na creche pra ela.

[...] Eu pegava eles às seis da manhã e levava pra escola, aí de tarde, lá pra umas cinco horas, eu saía da escola correndo e ia pegar eles. Aí eu parei por causa que não tava dando muito tempo, tava saindo das aulas.

[...] porque a maioria das vezes tinha que sair da escola muito cedo ir pegar as crianças, aí dificultava muito (Amanda, 2013).

Como podemos observar, alguns alunos que apresentavam riscos de prejuízo escolar acumulavam o trabalho fora do lar e os serviços domésticos em sua residência. Pelo menos 30% dos adolescentes da nossa pesquisa costumavam exercer este acúmulo de atividades. Neste sentido, é relevante apontarmos que há estudos que consideram que os estudantes que realizam trabalhos domésticos acumulados com os trabalhos desempenhados fora de casa tendiam a ter um desempenho escolar insatisfatório (Bezerra, 2006; Tendências Consultoria Integrada, 2013).

[...] os alunos que sofreram mais prejuízos pelo fato de estarem trabalhando foram os estudantes que dedicavam parte do tempo às atividades no domicílio, bem como a trabalhos fora do ambiente familiar. Isso, possivelmente, devido a uma carga horária de trabalho mais pesada, um maior esforço físico praticado por eles e menor tempo para se dedicarem ao estudo (Bezerra, 2006, p. 25)

O adolescente Amaro (14 anos) estudava no período da tarde, trabalhava na feira livre da cidade aos domingos e tinha a responsabilidade de ficar no bar da família antes e depois do período em que frequentava a escola; declarou que às vezes faltava às aulas para cuidar do bar.

O adolescente contou que ficava no estabelecimento sozinho, pois os pais trabalhavam em outros locais. Ficava responsável por todo o andamento do bar e algumas vezes faltava às aulas devido aos compromissos: “[...] *Ah, tem hora que [inaudível] fica no bar, tem gente lá, eu falo assim: ó, dá licença aí que eu tenho que fechar, ir pra escola, aí tem dia que nem venho por causa do bar*” (Amaro, 2013).

Amaro estudava para as provas e fazia trabalhos escolares apenas quando o fluxo de clientes permitia: “[...] *aí, na hora que não tem muita gente no bar, eu pego livro, caderno, aí sento lá no bar e fico estudando*” (Amaro, 2013).

Sobre ter que faltar na escola para receber mercadoria, Amaro (14 anos) apontou que precisava ter alguém que recebesse, senão atrapalhava o andamento do bar. Revelou-nos: “*Ah, porque tem horas, assim, que eu fico esperando mercadoria chegar, porque, se não tiver lá, não tem como receber, aí eles não têm como voltar, aí nós não tem como pagar boleto*” (Amaro, 2013).

O adolescente Caio (17 anos), que trabalhava como ajudante geral em uma fazenda, auxiliava a irmã nos trabalhos domésticos de sua residência e estudava no período noturno; referiu que conciliar estudo e trabalho é difícil. Caio (2013) declarou-nos: “*Os estudos é um pouco difícil, trabalha, vai para escola, chega cansado, dorme tarde, é difícil*”. Ainda neste sentido, apontou que a dificuldade para conciliação está na rotina; ele reforça: “*É que vai cedo pro serviço, já sai tarde da escola [pausa]. Dorme tarde, acorda cedo pro serviço. E aí já chega e toma banho e já vem para escola. Às vezes nem almoça*”.

Em outro trecho, Caio (2013), quando questionado sobre as oportunidades que o jovem tem de fazer outros cursos, como os cursos profissionalizantes, afirmou: “*Oportunidade tem, só que o tempo... [não conclui]. Nós, jovens, tem muitas oportunidades, só que o serviço, né?, atrapalha.*” Ele também comentou que costumava usar o horário de almoço (uma hora e meia) para ajudar nos serviços de casa e fazer lições da escola. Ou seja, o seu trabalho roubava-lhe o tempo para dedicar-se ao desenvolvimento escolar e vetava as oportunidades de realizar outros cursos que poderiam ser úteis ao seu desenvolvimento.

No horário do meu almoço, se tiver um tempinho [pausa], eu arrumo, se tiver que fazer, eu faço. Chego do meu serviço e vou ajudar a minha irmã a fazer serviço [inaudível], aí eu chego e vou fazer algum trabalho que eu tenho, alguma lição de casa (Moisés, 17 anos).

A manicure Camila (17 anos) e os serventes de pedreiro Bruno (16 anos) e Marcos (17 anos) também apontaram que às vezes faltavam na escola devido ao trabalho que realizam. Os três eram alunos do período noturno.

Bruno apresentava defasagem escolar, cursava o sexto ano (6º ano) da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Marcos também apresentava defasagem escolar (7º ano da EJA).

Sobre as faltas escolares, Bruno afirmou: *“Ah, é muito difícil, às vezes chego cansado, num venho”* (Bruno, 2013).

Já Marcos (17 anos) afirmou que às vezes precisava trabalhar de forma extra para conseguir uma quantia maior de dinheiro, então faltava às aulas: *“[...] ficava meio difícil por causa que tinha vez que eu tinha que faltar da escola pra trabalhar [...] às vezes eu tava precisando de mais dinheiro, eu tinha que faltar pra trabalhar pra conseguir mais dinheiro”* (Marcos, 2013).

Sobre suas faltas escolares, Camila (17 anos) considerou que faltava geralmente às sextas-feiras, pois atendia muitos clientes nesse dia da semana. A adolescente faltava apesar de a mãe não aprovar a situação, referindo que a mãe ficava preocupada com o seu futuro.

Mas lá no salão eu vou sexta, é cansativo pra mim vim depois pra escola, às vezes eu não venho por causa desse serviço meu, porque eu fiz tanta unha que às vezes eu não quero vim pra escola de sexta-feira, mesmo que sai nove horas [21:00 h] eu não quero, porque é cansativo, eu canso. Só se eu vim direto do meu serviço, tomo banho lá no serviço e venho, aí eu tenho vontade de vim. Agora, se eu chegar na minha casa, eu deito, e minha mãe, ela: você quer estudar é o seu bem, agora, se você não quiser estudar, o problema é seu, o seu futuro vai ser lá na frente, ela fala. Sabe? (Camila, 2013).

Átila (16 anos), pizzaiolo, trabalhava no período noturno e estudava no período da manhã; contou que dormia tarde e acordava cedo e, devido ao cansaço, chegava a dormir durante as aulas.

É muito difícil, tipo hoje, ontem eu cheguei meia-noite, cheguei meia-noite do trabalho, e nesse horário de verão a noite fica mais curta, é difícil da gente dormir, e é difícil, né, porque às vezes você vem pra escola e você dorme nas aulas, tipo hoje, não me deixaram dormir, mas às vezes você dá uma escapadinha, você dorme. Mas é difícil (Átila, 2013).

Átila (16 anos) considerou que o seu trabalho atrapalhava o seu desenvolvimento escolar e também expressou a dificuldade de encontrar tempo para se preparar para as provas. Deixou claro que não tinha tempo para estudar devido ao seu trabalho.

Olha, não tenho tempo, não tenho tempo mesmo, tipo o jeito é eu prestar atenção nas aulas e às vezes antes da prova, eu sei quando é a prova, eu dou uma lidinha antes em

alguma coisa e não tenho tempo, porque às vezes o tempo que é pra mim estudar eu tô dormindo pra trabalhar à noite (Átila, 2013).

Por fim, Átila considerou que conciliar estudo e trabalho não é aconselhável:

Olha, em relação a emprego, trabalho e estudo é muito difícil. Sabe por quê? É como eu disse antes, é, depende do período em que você trabalha, às vezes pode prejudicar, às vezes não. Mas a relação entre trabalho e estudo, os dois não combinam, ou você trabalha, ou você estuda. Ou você dá atenção pra um ou dá atenção pra outro (Átila, 2013).

Mesmo que o adolescente frequente a escola ou tenha poucas faltas, a dificuldade de estudar para as provas e realizar atividades escolares ficou evidenciada na fala dos adolescentes estudados, principalmente na fala dos que estudavam no período noturno.

Em estudo realizado por B.R.G. Oliveira e Robazzi (2001), foi apontado que para o adolescente trabalhador fica a opção do ensino noturno, que é geralmente marcado pelas dificuldades advindas do cansaço, sono, dificuldade de concentração ou da falta de tempo para estudar em casa e realizar tarefas fora da escola.

A adolescente Edna (15 anos) trabalhava como babá, fazia trabalhos domésticos em sua residência e estudava no período da tarde. A adolescente apontou que, devido ao cansaço e à falta de tempo, não conseguia estudar suficientemente para as provas.

[...] Bom, o tempo que eu mais tinha era à noite, à noite já estava exausta e cansada, eu tirava um pouco do tempo, estudava um pouquinho pra fazer a prova amanhã e mesmo assim eu esquecia ainda das coisa, dava um branco, aí, quando chegava na escola, eu terminava de estudar. Aí, tipo assim, é complicado, porque, tipo assim, nunca fica tudo na cabeça, tem que ter um tempo certo pra estudar (Edna, 2013).

Acácio (16 anos), que já trabalhou em uma bicicletaria, em um mercado e como servente de pedreiro, acreditava que os jovens perdiam o interesse pela escola porque ficavam interessados nos ganhos financeiros que o trabalho poderia oferecer. Para Acácio (2013): *“Acho que as pessoas quer muito trabalhar, ganhar dinheiro, esquece de estudar. Não quer saber de estudar porque... ah, não recebo pra isso, eu vou trabalhar que eu ganho”*. Neste sentido, pode estar o caso do adolescente Américo (16 anos), pois ele deixou de estudar um tempo para trabalhar. Referiu que não pensava nos estudos, achava que não levariam a nada: *“Pensava em nada, pensava que era à toa”* (Américo, 2013).

Américo (16 anos) estudava no período noturno, apresentava defasagem escolar, estava no oitavo ano (8º ano) do ensino fundamental da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Uma

das causas da defasagem foi a interrupção dos estudos para ter o tempo exigido pelo trabalho. Ficou dois meses fora da escola, pois estudava no período da manhã e trabalhava nos períodos da manhã e da tarde. Quando questionado sobre as consequências de ter parado de estudar, Américo (2013) revelou: *“Teve muita. [...] Eu tinha esquecido de muitas coisas, não sabia muito lê.”*

A partir de estudo realizado junto a estudantes das 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e da 3^a série do ensino médio de escolas públicas e particulares do Brasil, Bezerra (2006) concluiu que, quanto mais o estudante trabalha (horas trabalhadas), maior tende a ser o seu prejuízo escolar. Revela que aqueles que trabalham mais de sete horas diárias são mais prejudicados em seu desempenho escolar, em comparação com os que trabalham menos: “Cada hora a mais de trabalho, por dia, implica uma diminuição do desempenho escolar dos estudantes. Os estudantes mais prejudicados pelo tempo de trabalho foram aqueles que trabalhavam entre 7 horas ou mais por dia” (Bezerra, 2006, p. 25).

Levando em consideração o estudo de Bezerra (2006), no que diz respeito ao número de horas trabalhadas pelo estudante e os demais sinais de prejuízos escolares que apontamos, podemos dizer que os nossos adolescentes estão sujeitos a sofrer sérios prejuízos no rendimento escolar. Pois, dos 16 adolescentes que estavam trabalhando na data da entrevista e tinham o horário de trabalho definido, 30% deles trabalhavam por mais de 8 horas diárias, sendo que a adolescente Camila (16 anos) chegava a trabalhar por volta de 16 horas aos sábados.

Sobre as horas diárias trabalhadas, é importante salientarmos que não foi possível somar as horas dedicadas aos serviços domésticos realizados na própria residência, pois o número de horas dedicadas a estas atividades não foi informado.

Em um estudo sobre os impactos do trabalho infantil nos países do Cone Sul da América Latina (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile), intitulado de “Trabalho infantil e adolescente: Impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho do Cone Sul”, demonstrou-se que o trabalho precoce prejudica a curto prazo o desenvolvimento escolar, seja na forma de faltas ou na forma de notas baixas, repetências e evasões. Sobre o Brasil, o estudo nos aponta:

Os quatro exercícios econométricos que realizamos nesse trabalho com dados recentes para o Brasil evidenciam o “círculo vicioso” do trabalho infantil. Neste, crianças e adolescentes começam a trabalhar cedo em função das condições socioeconômicas desfavoráveis que enfrentam. Porém, no mercado de trabalho se defrontam com rendimentos baixos, muito aquém do obtido por adultos na mesma atividade e com mesmo nível de instrução. Ainda, o trabalho funciona como desestímulo a frequência escolar, e mesmo aqueles que frequentam a escola apresentam desempenho fraco com

baixo nível de aprendizado. Assim, essas crianças e adolescentes, quando adultos enfrentaram dificuldades de inserção no mercado de trabalho devido ao baixo acúmulo de capital humano (Tendências Consultoria Integrada, 2013, pp. 87-88).

Assim, foi possível percebermos sinais de que o trabalho dos adolescentes da pesquisa pode acarretar prejuízo ao seu desenvolvimento escolar. Em nome do trabalho, a qualidade do estudo dos filhos de migrantes está sendo afetada negativamente, com possíveis consequências danosas. Consequências que eles provavelmente não têm maturidade para perceberem. Com a escolaridade ameaçada, os filhos de migrantes podem estar a caminho da mesma sorte de seus pais:

[...] Deixa-se de lado os aspectos negativos que o próprio trabalho apresenta, entre eles, os riscos à segurança, à saúde e à formação moral; bem como a educação, que fica legada a um plano secundário, quando não completamente afastada. Neste momento, surge a segunda corrente, que contrapõe o trabalho à educação. Desnecessário seria tecer grandes considerações acerca da importância que a educação possui no mundo de hoje. Basta que se observe os índices alarmantes de desemprego, em que a mão-de-obra (em especial, a que possui pouca ou nenhuma qualificação) vai sendo excluída a cada dia, num autêntico exílio forçado do mundo do trabalho. Propor que crianças e adolescentes venham a trabalhar precocemente representa aceitar, passivamente, que o processo que agora vitimiza os pais de família estenda seus efeitos também aos filhos, transformando a miséria num processo cíclico e com diminutas possibilidades de reversão (“Nota técnica”, 2002, p. 20).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, desde o mundo antigo, é representado de forma dual, como felicidade e degradação; formação e alienação humana (Torres, 2011a).

O trabalho é condição fundamental para a vida humana. Em linhas gerais, Marx (1974/1867) nos leva a refletir que o trabalho em si é fundamental para atender às nossas necessidades humanas, porém, quando a força de trabalho do homem passa a ser comprada pelo capitalista (aqueles que detêm os meios de produção), vira mercadoria. Uma mercadoria explorada ou superexplorada pelos capitalistas, que visam obter com ela os lucros que favoreçam a acumulação do capital em suas mãos. Esse processo, quando desmedido, pode provocar a degradação do homem que vende a sua força de trabalho. Ou seja, o fato é que o sistema capitalista, em sua lógica de acumulação desmedida do capital, acaba por explorar ao máximo aqueles que contam apenas com a sua força de trabalho para sobreviverem. Neste contexto, temos a exploração do trabalho precoce (trabalho infantil) e a representação do trabalho como degradação e alienação humana, desprovido da possibilidade de gerar prazer e formação.

Neste trabalho vimos, dentro do contexto da lógica capitalista, a existência da exploração da força de trabalho dos filhos de migrantes, colocando-os diante de vivências que concorrem contra sua saúde física, mental e moral. Seja por colocá-los em situações de risco de doenças e acidentes, como por arriscar a qualidade de sua formação escolar e profissional.

Esses adolescentes enfrentam condições que podem minar o exercício do direito de concorrer na sociedade, com igualdade de condições com outros adolescentes, por um futuro promissor. Estão privados de direitos, como os direitos trabalhistas, e estão limitados nas condições de usufruírem da qualidade da educação que é oferecida.

O objetivo desta pesquisa foi investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores rurais migrantes, inseriam-se no mercado de trabalho e conciliavam o estudo e a atividade laboral. Concluímos que os filhos de migrantes estão sendo inseridos no mercado de trabalho em condições ilegais, em trabalhos proibidos pela legislação vigente no Brasil.

Em relação aos dados obtidos junto aos nossos entrevistados, foi possível detectarmos que todos apresentavam histórico de trabalho infantil. Alguns com trabalho iniciado em tenra idade, em trabalhos na lavoura e doméstico, incluindo responsabilidade por irmãos menores, geralmente sem remuneração.

Todos os adolescentes da pesquisa que estavam trabalhando na data da entrevista e que tinham idades entre 14 e 16 anos não atuavam na condição de aprendiz, portanto estavam no

mercado de trabalho de forma ilegal, condição de trabalho infantil. Entre os 10 adolescentes com idades entre 16 e 18 anos (incompletos) que estavam trabalhando na data da entrevista, apenas um adolescente estava em trabalho que não constava na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto No. 6.481, 2008), ou seja, os demais estavam em trabalhos que poderiam ser danosos ao seu desenvolvimento. Porém, este único adolescente que não estava em trabalho que integrava a Lista TIP não trabalhava com registro em carteira de trabalho, ou seja, estava desprotegido dos aparatos legais.

Em contato com os alunos antes de realizar as entrevistas, percebemos que muitos não consideravam como trabalho atividades como vender sorvete, cuidar de estabelecimentos da família, ser babá, entre outras atividades de natureza informal. Trabalhavam sem ter consciência, talvez por considerarem trabalho apenas as atividades com contratos.

A maioria dos adolescentes entrevistados trabalhava com a intenção de ajudar economicamente a família, demonstrando que o fator econômico tem força significativa na motivação para o ingresso dos adolescentes no mercado de trabalho. Vimos que 87% dos adolescentes que estavam trabalhando na data da entrevista referiram que ajudavam a família com seu salário e outros gastos eram geralmente com vestimentas e objetos que os pais não podiam comprar.

No geral, entre aqueles que não ajudavam a família, não o faziam por não ganharem o suficiente. Porém, todos ajudavam de alguma forma, seja trabalhando em casa para que a mãe pudesse trabalhar fora, para complementar a renda familiar ou comprando coisas para si com os seus ganhos reduzidos e liberando a família destes gastos.

Nossa pesquisa permitiu confirmar que as famílias de migrantes geralmente vêm com o sonho de melhorar suas condições de vida e enfrentam o que for necessário para alcançar as suas pretensões, incluindo toda a sorte de pressões e privações. E nesta realidade não é de praxe se recusar trabalho, por mais árduo que seja. Conseguir um trabalho significa ter aumentadas as chances de sucesso em ficar na cidade e não ter a frustração de voltar para o seu estado (voltando mais pobre do que veio).

Dos 30 adolescentes entrevistados, 19 (63%) eram filhos de migrantes e 11 (37%) eram migrantes.

A maior parte dos adolescentes da pesquisa que são migrantes veio do Maranhão (46%), estado que tem, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (0,639). E 36% vieram da Bahia, estado com o sexto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (0,660). O que em tese

demonstra um dado que contribui para a migração em busca de lugares que possam oferecer, através do trabalho, condições melhores de vida.

Os migrantes recém-chegados não encontram uma situação de vida cômoda, enfrentam muitas situações adversas, como as de moradia precária e restrições materiais de diversas ordens (roupa, alimentação, segurança, entre outras). Neste sentido, os adolescentes são “convidados” a contribuírem com o seu trabalho para melhorar as condições de vida da família. Mesmos os adolescentes que nasceram no estado de São Paulo e que têm a família neste estado por mais tempo ainda pareceram sentir a necessidade de ajudar a família devido ao provável histórico de dificuldades ligadas à necessidade de migrar e ao próprio processo de migração em si.

Os dados obtidos demonstraram que a maioria dos adolescentes trabalhava como empregados domésticos e serventes de pedreiro. Os serviços domésticos eram, em sua maior parte, desempenhados pelas meninas, e o de servente de pedreiro pelos meninos. Estes trabalhos são proibidos pela legislação para os menores de 18 anos, pois têm potencial significativamente lesivo ao desenvolvimento.

Vimos que 80% das meninas entrevistadas trabalharam no serviço doméstico de babá. E, quanto aos meninos, 46,7% já tinham trabalhado como serventes de pedreiro. Estes dados vislumbram que, para estes adolescentes, o futuro no mercado de trabalho tende a ser de empregadas domésticas para as meninas e de trabalhadores na construção civil para os meninos, a despeito de estarem frequentando a escola. De modo geral, são considerados trabalhos penosos e exercidos em grande parte na informalidade, sendo que o trabalho na construção civil é um dos mais perigosos, com elevado índice de acidentes (muitos fatais), e o trabalho doméstico é geralmente destinados às mulheres, tendo ligação histórica com as atividades exercidas por mulheres na época da escravidão. Como podemos ver:

Os significados sociais e raciais da prestação dos serviços domésticos é engendrada pela complexidade que abrange as relações estabelecidas entre patrões/senhores (as) e suas criadas/empregadas. O trabalho doméstico, exercido predominantemente pelas mulheres, é uma atividade histórica e ligada às habilidades consideradas femininas, no contexto da escravidão, o papel de organização e cuidado da casa grande, ficou a cargo das mulheres negras, enquanto para as mulheres brancas a principal função dentro do lar era o de estabelecer a ordem e o bom funcionamento do lar (Pereira, 2011, p. 5).

E o trabalho na construção civil, por sua vez, é considerado um dos mais arriscados no cenário mundial:

Ao lado da importância real que representa para economia mundial, o ramo da construção civil abriga uma realidade dura no que diz respeito às condições de trabalho:

é considerado um dos mais perigosos em todo o mundo, inclusive no Brasil, liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais, não fatais e anos de vida perdidos (Iriart et al., 2008, p. 167).

Os outros trabalhos relatados pelos entrevistados também eram inadequados. Alguns compreendiam: atividades prejudiciais à moralidade (venda de bebidas alcoólicas), jornada noturna, exposição à violência, jornadas extensas, prejuízo na pausa para alimentação, ocorrência de acidentes, queixas de estresse, exposição a ruídos elevados, exposição a agentes químicos, exposição à radiação solar, chuva e frio, entre outros. Eram trabalhos que espelham a severidade da situação ocupacional às quais eles se sujeitam, eram situações de riscos severos à saúde, principalmente por estarem na condição de desenvolvimento incompleto.

Houve relatos de ocorrência de acidentes: 16,7% relataram ter sofrido acidente de trabalho, a maioria sérios. Houve queixas de queda, fratura, fratura por esmagamento, ferimento por mordida de cachorro e acidentes de moto. Os acidentes de moto foram sofridos pela mesma adolescente e um deles gerou a necessidade de hospitalização.

No tocante à realidade de terem que conciliar estudo e trabalho, obtivemos resultados importantes. Entre os adolescentes entrevistados, 20% encontravam-se em evidente defasagem escolar.

Verificamos que, mesmo que esses adolescentes frequentem a escola ou tenham poucas faltas, a dificuldade de estudar para as provas e realizar atividades escolares são significativas. Bem como as queixas que colocam em xeque a capacidade de o adolescente estudar em condições que garantam um aprendizado com a qualidade esperada, principalmente para os que estudam no período noturno. Aqui temos sinais evidentes de que os filhos de migrantes sofrem dificuldades para conciliarem escola e trabalho.

Foi possível percebermos que o trabalho dos adolescentes entrevistados para esta pesquisa pode acarretar prejuízos ao seu desenvolvimento escolar. Em nome do trabalho, a qualidade de estudo dos filhos de migrantes estava sendo afetada negativamente, com possíveis consequências danosas, consequências que eles provavelmente não tinham maturidade para perceber. Com a escolaridade ameaçada, os filhos de migrantes podem estar a caminho da mesma sorte de seus pais.

Os adolescentes com excessos de atividades que geralmente acumulavam as atividades referentes à escola, ao trabalho e aos serviços de casa não tinham tempo para o lazer. Inclusive, alguns trabalhavam sem descanso semanal.

Assim, podemos dizer que os adolescentes filhos de migrantes que estudam e trabalham, residentes na cidade de Guariba/SP, estão sendo submetidos a inserção ilegal no mercado de

trabalho. Estão sujeitos a servirem de mão de obra barata em serviços informais, portanto sem vínculos empregatícios, sem exames médicos admissionais, sem proteção contra acidentes e sem treinamentos. Estão sendo expostos a trabalhos com alto potencial de degradação para a sua saúde física e mental e para as suas chances de desenvolvimento educacional (capazes de permitirem a ascensão no mundo social).

Terminamos este estudo reafirmando que o trabalho infantil é crime que deve ser denunciado e combatido. É lesivo aos meninos e meninas, filhos de migrantes, entrevistados para esta pesquisa, à medida em que diminuem e mesmo impedem suas chances de ascensão social. As políticas públicas existentes, além de ineficientes não os alcançaram. Pudemos constatar que os sujeitos desta pesquisa são adolescentes explorados no universo do trabalho, que assistem as chances de ascensão social e de desenvolvimento humano pleno lhes sendo negadas diariamente. Lugar de criança (independentemente da classe que pertença) é na escola – não no trabalho infantil.

REFERÊNCIAS¹

- Alessi, N. P., & Navarro, V. L. (1997). Saúde e trabalho rural: O caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl. 2), 111-121. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1368.pdf>
- Alves, G. (2014). *Trabalho e neodesenvolvimento: Choque de capitalismo e a nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru, SP: Canal 6.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: Rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, 107, 405-419. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300002&script=sci_arttext
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2013). *Perfil*. Recuperado de http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/maranhao
- Bezerra, M. (2005). *O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil?* (Dissertação de mestrado). Recuperado de <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/MarcioBezerra.pdf>
- Bezerra Neto, L., & Bezerra, M. C. S. (2010). A importância do materialismo histórico na formação do educador do campo. *Revista HISTEDBR*, (No. Esp.), 251-272. Recuperado de <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3442>
- Boon, L. P., Chevallier, F. (Produtores), & Coninx, S. (Diretor). (1992). *Daens: Um grito de justiça* [Filme-vídeo]. França/Bélgica/Holanda: Favourite Films, Films Dérives.
- Bresser-Pereira, L. C. (2002). *Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo* (Texto para Discussão No. 117). São Paulo, SP: Departamento de Economia/Fundação Getúlio Vargas. Original publicado em 1981.
- Cohen, G. A. (2010). Forças produtivas e relações de produção. *Crítica Marxista*, 31, 63-82.
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). *Manual de atuação do Ministério Público na prevenção e erradicação do trabalho infantil*. Brasília, DF: Senado.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado.

¹ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Costa, C. (2007, agosto). Agronegócios no setor sucroalcooleiro e relações de trabalho: A superexploração dos trabalhadores. *Anais da Terceira Jornada Internacional de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas*, 8. São Luís, MA.
- Decreto No. 3.597.* (2000, 12 de setembro). Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decreto No. 4.134.* (2002, 15 de fevereiro). Promulga a Convenção No. 138 e a Recomendação No. 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decreto No. 5.598.* (2005, 1 de dezembro). Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decreto No. 6.481.* (2008, 12 de junho). Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Engels, F. (1985). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de R. C. Artigas e R. Forti, Trad.) i. São Paulo: Global.
- Felismino, S. C., & Silva, M. V. (2008). Adolescentes no mundo do trabalho: Uma encruzilhada social entre a sobrevivência e a exploração. In R. L. Batista (Org.), *Anais Sexto Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação*. Marília, SP: ED. (pp. 01-12)
- Ferreira-Batista N., & Cacciamali M. C. (2012). Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. *Nova Economia*, 22(3), 515-554. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/neco/v22n3/a04v22n3.pdf>
- Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. (2003). Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8, 973-984. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400019
- Galiano, A. M., Vettorassi, A., & Navarro, V. L. (2012). Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: O que percebem e sentem os jovens trabalhadores? *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37, 51-64. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n125/a09v37n125.pdf>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). *Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2009*. Recuperado de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese_indic/indic_sociais2009.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2010/SIS_2010.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores 2012*. Recuperado de ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Volume_Brasil/pnad_brasil_2012.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). *Síntese de indicadores sociais 2013: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Recuperado de ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf
- Instituto Glia Cognição & Desenvolvimento. (2010). *Um retrato atual da criança e do adolescente brasileiro: Educando com a ajuda das neurociências: Cartilha do educador*. Recuperado de http://www.abenepi.com.br/pdf/cartilha_educador100804.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro: Utilizando a PNAD. *Comunicados do IPEA*, (160), 1-30.
- Iriart, J. A. B., Oliveira, R. P., Xavier, S. S., Costa, A. M. S., Araújo, G. R., & Santana, V. S. (2008). Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13, 165-174. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n1/20.pdf>
- Júnia, R. (2011). *Relatório mostra jovens brasileiros sem trabalho e com poucos anos de estudo*. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Recuperado de <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=571>
- Kassouf, A. L. (2002). *Aspectos sócioeconômicos do trabalho infantil no Brasil*. Recuperado de <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/teseldrevisado.pdf>
- Kassouf, A. L. (2005). *Trabalho infantil: Causas e consequências* (Concurso Professor Titular). Recuperado de <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>

- Lei No. 5.452.* (1943, 01 de maio). Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 8.069.* (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 9.394.* (1996, 20 de dezembro). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 10.097.* (2000, 19 de dezembro). Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 10.406.** (2002, 10 de janeiro). Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 10.748.* (2003, 22 de outubro). Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNE. Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 11.180.* (2005, 23 de setembro). Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 11.692.* (2008, 10 **de junho**). Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. **Brasília**, DF: Presidência da República.
- Lei No. 11.788.* (2008, 25 de setembro). Estágio. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei No. 12.513.* (2011, 26 **de outubro**). Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Brasília**, DF: Presidência da República.
- Lei No. 12.711.* (2012, 29 de agosto). Lei das Cotas. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lima, C. G. C. (2002). Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental. In A. C. Ribeiro Filho, C. A. Barros, D. E. G. Neves, J. A. C. Silva, J. T. M. Lima, M. O. Silva, & T. G. D'Angelo (Orgs.), *O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: Aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico* (pp. 6-10). Recuperado de http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5176A277C89/pub_541.pdf

- Luz, A. A. (2010). *Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no trabalho* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Mancini, P. (agosto, 2014). Guariba – 30 anos da greve que mudou a vida dos ‘bóias-fria’ no Brasil. *Ecodebate - Cidadania & Meio Ambiente*. Recuperado de <http://www.ecodebate.com.br/2014/08/21/guariba-30-anos-da-greve-que-mudou-a-vida-dos-boias-fria-no-brasil-por-paulo-mancini/>
- Mattos, E., & Chaves, A. M. (2010). Trabalho e escola: É possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, 540-555. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300008
- Marx, K. (1982). *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes* (E. Malagodi & L. Konder, Trans.). São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (1974). *O Capital* (J. T. Martins & V. Moreira, Trans., Vol. 1). Coimbra, Portugal: Centelha – Promoção do Livro, SARL. Original publicado em 1867. Recuperado de <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>
- Menezes, E. T., & Santos, T. H. (2002). Progressão continuada. In *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil*. São Paulo, SP: Midiamix. Recuperado de <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=68>
- Minayo-Gomez, C., & Meirelles, Z. V. (1997). Crianças e adolescentes trabalhadores: Um compromisso para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl. 2), 135-140. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1370.pdf>
- Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2012, 12 de dezembro). *Resolução No. 466*. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2008). *Saiba tudo sobre o trabalho infantil*. Recuperado de http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D307400CA013075FBD51D3F2A/trabalho_infantil-mte-web.pdf
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2013). *Trabalhador doméstico*. Recuperado de http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/
- Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf

- Neves, D. P. (2001). A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, 6, 149-173. Recuperado de <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2136/1617>
- Nota técnica à portaria MTE/SIT/DSST No. 06 de 18/02/2000. (2002). In A. C. Ribeiro Filho, C. A. Barros, D. E. G. Neves, J. A. C. Silva, J. T. M. Lima, M. O. Silva, & T. G. D'Angelo (Orgs.), *O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: Aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico* (pp. 18-36). Recuperado de http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5176A277C89/pub_541.pdf
- Novaes, J. R. P. (2007a). Campeões de produtividade: Dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, 21(59). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf>
- Novaes, J. R. P. (2007b). Idas e vindas: Disparidades e conexões regionais: Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In J. R. Novaes & F. Alves (Orgs.), *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* (pp. 87-117). São Carlos, SP: EDUFSCAR.
- Novaes, J. R. P. (2009). Trabalho nos canaviais. Os jovens: Entre a enxada e o facão. *Revista do Centro de Estudos Rurais*, 3(1). Recuperado de www.ifch.unicamp.br/ceres/ruris-3-1-trabalho_nos_canaviais.pdf
- Oliveira, B. R. G., & Robazzi, M. L. C. C. (2001). O trabalho na vida dos adolescentes: Alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 9, 83-89. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n3/11503.pdf>
- Oliveira, J.R.P. (2007a). Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>
- Organização Internacional do Trabalho. (2006). *Agenda nacional de trabalho decente*. Recuperado de http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD50168314818/pub_Agenda_Nacional_Trabalho.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. (2009). *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília, DF: OIT.
- Organização Internacional do Trabalho. (2011). *Notas OIT/O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe*. Recuperado de http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_3_559_733.pdf

- Organização Internacional do Trabalho. (2014). *A agenda nacional de trabalho decente para a juventude*. Recuperado de http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/2014%20antdj%20rs%20%2028abril_1130.pdf
- Pan American Health Organization. (1989). Salud del adolescente. Prioridades y estrategias nacionales y regionales. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, 107, 78-89.
- Pereira, B. (2011). *De escravas a empregadas domésticas – a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição*. Recuperado de http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf
- Pimentel, J. (2014). *Determinantes sociais e vulnerabilidade social: Uma breve observação da realidade maranhense*. Recuperado de <http://dssbr.org/site/?p=17608&preview=true>
- Pochmann, M. (2007). *A batalha pelo primeiro emprego: A situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro* (2a ed.). São Paulo, SP: Publisher Brasil.
- Pochmann, M. (2009). O trabalho na crise econômica no Brasil: Primeiros sinais. *Estudos Avançados*, 23(66), 41-52. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a04v2366.pdf>
- Pochmann, M. (2014). *O mito da grande classe média: Capitalismo e estrutura social*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Pucci, B., & Sguissardi, V. (1992). O aluno do ensino noturno: Um trabalhador ignorado. *Educação e Realidade*, 17(2), 32-44.
- Ruiz, M. J. F. (2014). A escola estatal capitalista e a educação do trabalhador. *Trabalho & Educação*, 23, 119-137. Recuperado de <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/download/1430/1437>
- Sarti, C. (2010). Famílias enredadas. In A. R. Acosta & J. A. F. Vitale (Orgs.), *Família, redes, laços e políticas públicas* (pp. 21-36). São Paulo, SP: Cortez.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2014). *Aprendiz na micro e pequena empresa: Jovens do Pronatec*. Recuperado de <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/O-aprendiz-na-micro-e-pequena-empresa:-jovens-do-Pronatec>
- Silva, C. M. L., & Tubino, M. J. G. (2009). Esporte-lazer: Bem-estar social no aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, Brasil. *Revista IRUNDÚ. Revista Científica de Educación y Desarrollo Social*, 5(2). Recuperado de https://www.uaa.edu.py/investigacion/download/esporte_lazer_Bemestar_social_aterro.pdf

- Silva, E. R. A. (2014). Trabalho infantil: Muitos avanços, muitos desafios. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, 10(79). Recuperado de http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3005:catid=28&Itemid=23
- Silva, M. A. M. (2007). Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio do álcool”. In J. R. Novaes & F. Alves (Orgs.), *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* (pp. 55-86). São Carlos, SP: EDUFSCAR.
- Souza, P. B., & Misailidis, M. G. L. M. (2012, junho). O direito ao lazer e a dignidade humana do trabalhador frente à economia sem fronteiras. *Anais do Vigésimo Primeiro Encontro Nacional do CONPEDI*. Recuperado de <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/?evento=37>
- Teixeira, M. A. B., Jr., Sferra, F. B., & Bottcher, L. B. (2012). A importância do lazer para a qualidade de vida do trabalhador. *Revista Conexão Eletrônica*, 9(1-2). Recuperado de <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/saude/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20LAZER%20PARA%20A%20QUALIDADE%20DE%20VIDA%20DO%20TRABALHADOR.pdf>
- Tendências Consultoria Integrada. (2013). *Trabalho infantil e adolescente: Impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho do Cone Sul*. Recuperado de <http://www.promenino.org.br/redepromenino/uploads/files/1/trabalho%20infantil%20e%20adolescente%20impacto%20econ%C3%B4mico%20e%20os%20desafios%20para%20a%20inser%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20no%20mercado%20de%20trabalho%20no%20cone%20sul.pdf>
- Togni, A. C., & Soares, M. J. (2007). A escola noturna de Ensino Médio no Brasil. *Revista Iberoamericana de Educación*, 44, 61-76. Recuperado de <http://www.rieoei.org/rie44a04.pdf>
- Torres, M. A. S. (2011, agosto). O trabalho infantil e a condição da mulher/mãe. *Anais da Quinta Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Recuperado de http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/OTRABALHO_INFANTIL_E_A_CONDICAO_DA_MULHERMAE.pdf
- Torres, M. A. S. (2011b). *Trabalho infantil: Trabalho e direitos*. Maceió, AL: EDUFAL.
- Tribunal Superior do Trabalho. (2013). *Trabalho infantil: 50 perguntas e respostas*. Recuperado de <http://www.tst.jus.br/documents/3284284/0/Perguntas+e+respostas+sobre+trabalho+infantil>

- Vetorassi, A. (2006a). *Espaços divididos e silenciados: Um estudo sobre as relações entre nativos e de “fora” de uma cidade do interior paulista* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Vetorassi, A. (2006b). Migrantes do interior paulista: Sobre relações sociais traçadas por violências simbólicas. *Teoria & Pesquisa*, 49, 213-237. Recuperado de <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/26/18>
- Watarai, F. (2006). *Trabalhadores adolescentes do sexo masculino: Família, escola, trabalho, violência* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Watarai, F., & Romanelli, G. (2010). Adolescentes do sexo masculino: Trabalho remunerado e construção da identidade. *Psicologia em Estudo*, 15, 547-556. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000300012
- Whitaker, D. C. A. (1982). Ideologia e cultura no brasil: sugestões para uma análise do nosso processo cultural, à luz da teoria crítica da sociedade. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 5, 05-14. Recuperado de <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1795/1448>
- Zago, N. (2006). Do acesso à permanência no ensino superior: Percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, 11, 226-237. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>

APÊNDICES

APÊNDICE A - Autorização do Responsável Para Realização da Pesquisa na E. E.
Professora Josephina de Camargo Neves

Solicitação para o desenvolvimento da pesquisa

Sra. Yeda Christoforo Petrassi,
Diretora da "E.E. Professora Josephina de Camargo Neves"

Eu, Edinalva Santana, aluna regularmente matriculada no curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FFCLRP/USP, venho por meio desta, solicitar sua autorização para que junto a escola "E.E. Professora Josephina de Camargo Neves", possa realizar a pesquisa intitulada, "Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba\SP", sob orientação da Dra. Vera Lúcia Navarro. O objetivo é investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores rurais migrantes, se inserem no mercado de trabalho e conciliam o estudo e a atividade laboral. Prevemos a realização de entrevistas com alunos entre 14 e 18 anos incompletos. Ressaltamos que não haverá identificação dos sujeitos e nem comprometimento ético dos mesmos. É também previsto o estudo de documentos escolares dos envolvidos.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimento de qualquer dúvida que possa surgir.

Agradeço a colaboração.

Edinalva Santana
Profa. Dra. Vera Lúcia Navarro

Para preenchimento da Instituição

Data: 12/07/2012

() Deferido

() Indeferido

Assinatura:

Sra. Yeda Christoforo Petrassi,
Diretora da "E.E. Professora Josephina de Camargo Neves"

APÊNDICE B - Autorização do responsável para realização da pesquisa na EMEB.

Professora Izabel Sadalla Crispino

Solicitação para o desenvolvimento da pesquisa

Soraia Maria Mazzi Manna

Diretora da "EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino".

Eu, Edinalva Santana, aluna regularmente matriculada no curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FFCLRP/USP venho por meio desta, solicitar sua autorização para que junto a escola "EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino", possa realizar a pesquisa intitulada, "Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba\SP", sob orientação da Dra. Vera Lúcia Navarro. O objetivo é investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores rurais migrantes, se inserem no mercado de trabalho e conciliam o estudo e a atividade laboral. Prevemos a realização de entrevistas com alunos entre 14 e 18 anos incompletos. Ressaltamos que não haverá identificação dos sujeitos e nem comprometimento ético dos mesmos. É também previsto o estudo de documentos escolares dos envolvidos.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimento de qualquer dúvida que possa surgir.

Agradeço a colaboração.

Edinalva Santana
Prof.ª Dra. Vera Lúcia Navarro

Para preenchimento da Instituição

Data: 21 / 10 / 2013☒ Deferido () Indeferido

Assinatura:

Soraia Maria Mazzi Manna
Diretora da "EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino"

APÊNDICE C - Roteiro preliminar de entrevista com os adolescentes**IDENTIFICAÇÃO**

- 1- Nome:
- 2- Idade e data de nascimento
- 3- Escolaridade:
- 4- Sexo:
- 5- Naturalidade:
- 6- Estado civil:
- 7- Filhos:
- 8- Profissão
- 9- Ocupação atual?

FAMÍLIA

- 10- Quem é o seu responsável?
- 11- Reside com quem?
- 12- Qual é a renda da sua família?
- 13- Tem irmãos? Qual a idade, ocupação e escolaridade deles?
- 14- Qual a idade, ocupação e escolaridade de seus pais?
- 15- Seus pais são migrantes de qual cidade/estado?
- 16- O que acha da migração?

TRABALHO

- 17- Você trabalha há quanto tempo? Fale desta trajetória.
- 18- Trabalha registrado?
- 19- Já realizou ou realiza trabalhos informais?
- 20- Como é a sua rotina de trabalho?
- 21- Quanto recebe pelo trabalho?
- 22- Já sofreu algum acidente no trabalho?
- 23- Quais os pontos positivos e negativos de seu trabalho?
- 24- Pretende continuar neste tipo de trabalho ou pretende mudar futuramente?
- 25- Quantas horas você trabalha semanalmente?
- 26- Por que você trabalha? Qual o seu objetivo com o trabalho?
- 27- O que você acha que vai acontecer no seu futuro profissional?
- 28- Como você vê as oportunidades de trabalho para os jovens?
- 29- Como você avalia o jovem que se envolve com trabalhos fora da lei? O que, em sua opinião, poderia levá-lo a esta decisão?

ESTUDO

- 30- O que acha dos estudos?
- 31- Pretende estudar até quando?
- 32- Como você consegue conciliar estudo e trabalho?
- 33- Na sua avaliação o trabalho em sua idade atrapalha seu desempenho escolar?
- 34- O que vai fazer quando terminar o ensino médio?
- 35- Como são as suas oportunidades de estudo e formação?

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido I:

Versão para o Responsável Pelo Adolescente

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO I:**VERSÃO PARA O RESPONSÁVEL PELO ADOLESCENTE**

Título do Projeto: “Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba\SP”.

Pesquisador Responsável: Edinalva Santana

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos. **R.G.** _____

Responsável legal: _____

R.G. Responsável legal: _____

O adolescente pelo qual o Sr. (ª) é responsável está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba\SP” de responsabilidade do pesquisador Edinalva Santana.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores rurais migrantes, entram para o mercado de trabalho e as formas que eles encontram para conseguir estudar e trabalhar, ou seja, as formas que encontram para conciliar estudo e trabalho.

Convidaremos para participar da pesquisa, adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos (maiores de 18 anos não participarão), que estudam e trabalham, residentes no Bairro Alto, e bairros vizinhos, da periferia do município de Guariba\SP, marcadamente habitado por trabalhadores rurais que migraram de regiões pobres do país para trabalhar nos canaviais da região.

Iremos entrevistar 30 adolescentes. Para tanto, entraremos em contato com as escolas, “EE Professora Josephina de Camargo Neves” e “E.M.E.B Professora Izabel Sadalla Crispino”, onde faremos contato com os adolescentes.

Em relação à possibilidade de causar danos físicos e morais aos participantes, podemos classificar a pesquisa como de risco mínimo.

A realização desta pesquisa poderá contribuir com dados que poderão auxiliar na compreensão da maneira como os adolescentes estão entrando para o mercado de trabalho e contribuir com dados necessários à elaboração de políticas sociais, educacionais, de saúde e trabalho que possam protegê-los de um futuro danoso. Ou seja, ações que possam diminuir as chances do adolescente ter um futuro que coloque em risco sua saúde e seu desenvolvimento social.

As entrevistas serão gravadas e pode ter a duração de 60 minutos cada.

Durante a entrevista serão feitas perguntas sobre a entrada do adolescente no mercado de trabalho, as condições de trabalho, e sobre as formas que ele encontra para conseguir estudar e trabalhar (formas que encontra para conciliar estudo e trabalho).

Pra participar da pesquisa o adolescente deverá:

- ter idade entre 14 e 18 anos (incompletos);
- estar estudando e trabalhando;
- ser filho de migrantes.

Para termos um conhecimento maior sobre adolescentes que estudam e trabalham, buscaremos informações em documentos realizados por outros pesquisadores que já estudaram sobre o assunto. E as informações sobre os adolescentes de Guariba serão buscados também na biblioteca da Pastoral do Migrante, em documentos disponíveis no Sindicato de Trabalhadores de Guariba e em documentos escolares.

Se o adolescente aceitar a participar da pesquisa, e o Sr. (ª), que é responsável por ele, autorizar a sua participação:

- eu, pesquisadora, realizarei as entrevistas, que serão gravadas em um gravador de voz;
- comprometo-me a não revelar o nome dele e dos demais participantes, ou qualquer informação que permita que alguém o identifique;
- garanto sempre a manutenção do sigilo, confidencialidade e privacidade do participante durante toda a pesquisa;
- os dados serão utilizados unicamente para pesquisa;
- disponho ao Sr. (ª) e ao adolescente esclarecimentos sobre qualquer dúvida a respeito da pesquisa, durante a realização e mesmo após o término do estudo;
- o Sr. (ª) e/ou o adolescente poderá retirar seu consentimento, e assim o adolescente poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo;
- pela participação do adolescente no estudo, não haverá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa serão de responsabilidade do pesquisador.

Informamos que os dados serão usados para finalidade de pesquisa, ou seja, os resultados dessa pesquisa poderão ser divulgados em congressos, reuniões científicas, artigos para revistas científicas, bem como apresentação da defesa de mestrado.

Após o termino das entrevistas, as gravações serão guardadas em local seguro por dois anos, e estará sob a minha responsabilidade de pesquisador. Após este período as gravações serão destruídas.

Eu, _____, portador de Carteira de Identidade RG nº _____/_____, compreendi a utilidade do estudo e qual o procedimento a que será submetido o adolescente pelo qual sou responsável. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo e que sou livre para, a qualquer momento interromper, sem justificativas a participação do adolescente pelo qual sou responsável. Tenho ciência que não terei quaisquer despesas e que não receberei qualquer quantia em dinheiro ou qualquer outra vantagem. Autorizo que as entrevistas do adolescente sejam gravadas, para

que não se deixe passar nada do que foi conversado e que pode ser importante para a pesquisa. Estou ciente que o presente estudo tem finalidade de pesquisa e que os dados obtidos virão a ser utilizados em publicações científicas, sem que as pessoas participantes sejam identificadas.

Declaro que autorizo a participação do adolescente, pelo o qual sou responsável, neste estudo e que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Recebi uma das vias do “*Termo de Consentimento Livre e Esclarecido I: versão para o responsável pelo adolescente*” e do “*Termo de Consentimento Livre e Esclarecido II: versão para o adolescente*”, ficando as outras cópias, sob o domínio do adolescente e da pesquisadora responsável”.

Pesquisador responsável pela pesquisa:

Edinalva Santana

Contato: (16) 97278380

Orientadora: Vera Lúcia Navarro

Contato: (16) 3602- 3807

Endereço para contato:

SECRETARIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (BLOCO 5)
Local: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP
Av. Bandeirantes, 3900 - Monte Alegre - CEP 14040-901
Fone: (16) 3602-3793

Guariba, ____/____/____.

Assinatura do representante legal

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido II:

Versão para o Adolescente

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO II:

VERSÃO PARA O ADOLESCENTE

Título do Projeto: “Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba\SP”.

Pesquisador Responsável: Edinalva Santana

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos. **R.G.** _____

Responsável legal: _____

R.G. Responsável legal: _____

Você que é adolescente, está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa “Entre o trabalho e a escola: estudo com adolescentes que estudam e trabalham, filhos de trabalhadores rurais migrantes, residentes no município de Guariba\SP” de responsabilidade do pesquisador Edinalva Santana.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como adolescentes, filhos de trabalhadores rurais migrantes, entram para o mercado de trabalho e as formas que encontram para conseguir estudar e trabalhar, ou seja, as formas que encontram para conciliar estudo e trabalho.

Convidaremos para participar da pesquisa, adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos (maiores de 18 anos não participarão), que estudam e trabalham, residentes no Bairro Alto, e bairros vizinhos, a periferia do município de Guariba\SP, marcadamente habitado por trabalhadores rurais que migraram de regiões pobres do país para trabalhar nos canaviais da região.

Iremos entrevistar 30 adolescentes. Para tanto, entraremos em contato com as escolas “EE Professora Josephina de Camargo Neves” e “E.M.E.B Professora Izabel Sadalla Crispino”, onde faremos contato com os adolescentes.

Em relação à possibilidade de causar danos físicos e morais aos participantes, podemos classificar a pesquisa como de risco mínimo.

A realização desta pesquisa poderá contribuir com dados que possam auxiliar na compreensão da maneira como os adolescentes estão entrando para o mercado de trabalho e contribuir com dados necessários à elaboração de políticas sociais, educacionais, de saúde e trabalho que possam protegê-los de um futuro danoso. Ou seja, ações que possam diminuir as chances do adolescente ter um futuro que coloque em risco sua saúde e seu desenvolvimento social.

As entrevistas serão gravadas e pode ter a duração de 60 minutos cada.

Durante a entrevista serão feitas perguntas sobre a sua entrada no mercado de trabalho, as condições de trabalho que enfrenta, e sobre as formas que você encontra para conseguir estudar e trabalhar (formas que encontra para conciliar estudo e trabalho).

Para participar da pesquisa você deverá:

- ter idade entre 14 e 18 anos (incompletos);
- estar estudando e trabalhando;
- ser filho de migrantes.

Para termos um conhecimento maior sobre adolescentes que estudam e trabalham, buscaremos informações em documentos realizados por outros pesquisadores que já estudaram sobre o assunto. E as informações sobre os adolescentes de Guariba serão buscados também na biblioteca da Pastoral do Migrante, em documentos disponíveis no sindicato de trabalhadores de Guariba e em documentos escolares.

Se você aceitar a participar da pesquisa, e o seu responsável autorizar a sua participação:

- eu, pesquisadora, realizarei as entrevistas, que serão gravadas em um gravador de voz;
- comprometo-me a não revelar o seu nome e dos demais participantes, ou qualquer informação que permita que alguém o identifique;
- garanto sempre a manutenção do sigilo, confidencialidade e privacidade do participante durante toda a pesquisa;
- os dados serão utilizados unicamente para pesquisa;
- disponho a você e ao seu responsável esclarecimentos sobre qualquer dúvida a respeito da pesquisa, durante a realização e mesmo após o término do estudo;
- você ou o seu responsável poderá retirar seu consentimento, e assim você poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo;
- pela sua participação no estudo, não haverá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa serão de responsabilidade do pesquisador.

Informamos que os dados serão usados para finalidade de pesquisa, ou seja, os resultados dessa pesquisa poderão ser divulgados em congressos, reuniões científicas, artigos para revistas científicas, bem como apresentação da defesa de mestrado.

Após o termino das entrevistas, as gravações serão guardadas em local seguro por dois anos, e estará sob a minha responsabilidade de pesquisador. Após este período as gravações serão destruídas.

Eu, _____, portador de Carteira de Identidade RG nº _____/_____, compreendi a utilidade do estudo e qual o procedimento a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo e que sou livre para, a qualquer momento interromper, sem justificativas a minha participação na pesquisa. Tenho ciência que não terei quaisquer despesas e que não receberei qualquer quantia em dinheiro ou qualquer outra vantagem. Autorizo que as entrevistas feitas comigo sejam gravadas, para que não se deixe passar nada do que foi conversado e que pode ser importante para a pesquisa. Estou ciente que o presente estudo tem finalidade de pesquisa

e que os dados obtidos virão a ser utilizados em publicações científicas, sem que as pessoas participantes sejam identificadas.

Declaro que concordo em participar deste estudo e que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Recebi uma das vias do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido I: versão para o responsável pelo adolescente” e do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido II: versão para o adolescente” ficando as outras cópias, sob o domínio do meu responsável legal e da pesquisadora responsável.

Pesquisador responsável pela pesquisa:

Edinalva Santana

Contato: (16) 97278380

Orientadora: Vera Lúcia Navarro

Contato: (16) 3602- 3807

Endereço para contato:

SECRETARIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (BLOCO 5)
Local: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP
Av. Bandeirantes, 3900 - Monte Alegre - CEP 14040-901
Fone: (16) 3602-3793

Guariba, ____/____/____.

Assinatura do voluntário

**APÊNDICE F - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Antônio Maduro, Secretário
Municipal de Desenvolvimento Social de Guariba**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Psicologia

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): Antônio

Maduro (Secretário Municipal de
Desenvolvimento Social)

RG: 8882020 emitido pelo(a): SSP/SP, domiciliado/residente em

(Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

Av. Wladimir Vaz. n. 1215

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Edinalva Santana, CPF: 162.173.008-50, R.G: 21806153, emitido pelo(a): SSP/SP, domiciliado/residente na Rua Antônio José Domingues Nº71, Guariba/SP, CEP: 14840-000 **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de** _____, Estado _____, em ____/____/____, **como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade de São Paulo – FFCLRP.** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Local e Data:

Guariba, 29 de Out de 13.

(assinatura do entrevistado/depoente)

**APÊNDICE G - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Terezinha Monteiro, Coordenadora
Diocesana da Pastoral do Migrante**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Psicologia

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): Terezinha Monteiro

Coordenadora Diocesana da Pastoral do
Migrante - (Diocese de Jaboticabal).

RG: 35854.870-6 emitido pelo(a): SP, domiciliado/residente em

(Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

Rua Antônio Albino, 1000
CEP 14840.000 - Guariba - SP

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Edinalva Santana, CPF: 162.173.008-50, R.G: 21806153, emitido pelo(a): SSP/SP, domiciliado/residente na Rua Antônio José Domingues Nº71, Guariba/SP, CEP: 14840-000 **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a)**, na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, **como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade de São Paulo – FFCLRP.O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.**

Local e Data:

Guariba, 12 de Novembro de 2013.

Terezinha Monteiro

(assinatura do entrevistado/depoente)

APÊNDICE H - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Izilda Bueno Barrios Campanhão,
Assistente Técnico Pedagógico do EJA do município de Guariba

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Psicologia

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): Izilda Bueno

Barrios Campanhão

RG: 13.235.025 emitido pelo(a): SSP, domiciliado/residente em

(Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):
Av. Joaquim Carlos de Matos 501 - Guariba
SP. CEP 14840-000

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Edinalva Santana, CPF: 162.173.008-50, R.G: 21806153, emitido pelo(a): SSP/SP, domiciliado/residente na Rua Antônio José Domingues Nº71, Guariba/SP, CEP: 14840-000 **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de Guariba, Estado de São Paulo, em 26/11/2013, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade de São Paulo – FFCLRP.** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Local e Data:

Guariba, 26 de Novembro de 2013.

Izilda Bueno Barrios Campanhão

(assinatura do entrevistado/depoente)

APÊNDICE I - Cessão de Direitos de Depoimento Oral - Marlene Toniati Garavelo,
Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Guariba.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Psicologia

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): Marlene Toniati

Garavelo - Coordenadora Pedagógica da Secretaria
Municipal de Educação de Guariba -

RG: 4.453.048 emitido pelo(a): SSP-SP, domiciliado/residente em

(Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

Av. da Bandeira, Nº 135 - Vila Garavelo - Guariba/SP

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Edinalva Santana, CPF: 162.173.008-50, R.G: 21806153, emitido pelo(a): SSP/SP, domiciliado/residente na Rua Antônio José Domingues Nº71, Guariba/SP, CEP: 14840-000 **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao (à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a)**, na cidade de Guariba, Estado São Paulo, em 26 / 11 / 2013, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade de São Paulo – FFCLRP.O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Local e Data:

Guariba, 26 de Novembro de 2013.

Maravelo
(assinatura do entrevistado/depoente)

APÊNDICE J -Dados Gerais: Ensino médio da Escola Josephina

MIGRANTE/NATIVO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
MIGRANTE Nascido fora do Estado de São Paulo	24	37	61
FILHO DE MIGRANTE Nascido no Estado de São Paulo e pais nascido fora.	56	103	159
FILHO DE MIGRANTE Nascido no Estado de São Paulo e apenas um dos pais nascido fora.	51	50	101
NASCIDO NO ESTADO DE SÃO PAULO Não consta local de nascimento dos pais.	29	32	61
NATIVOS E FILHO DE NATIVO Pais e filhos nascido no Estado de São Paulo.	27	26	53
MAIORES DE 18 ANOS	16	22	38
NÃO CONSTA LOCAL DE ORIGEM DO ALUNO E PAIS	05	01	06
TOTAL	208	271	479

APÊNDICE L - Dados dos Alunos entre 14 e 18 anos Incompletos: Ensino fundamental
(EJA- Educação de jovens e adultos) da EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino.

MIGRANTE/NATIVO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
MIGRANTE Nascido fora do Estado de São Paulo	11	02	13
FILHO DE MIGRANTE Nascido no Estado de São Paulo e pais nascido fora.	08	02	10
FILHO DE MIGRANTE Nascido no Estado de São Paulo e apenas um dos pais nascido fora.	02	01	03
NASCIDO NO ESTADO DE SÃO PAULO Não consta local de nascimento dos pais.	03	01	04
NATIVOS E FILHO DE NATIVO Pais e filhos nascido no Estado de São Paulo.	02	01	03
NÃO CONSTA LOCAL DE ORIGEM DO ALUNO E PAIS	00	00	00
TOTAL	26	07	33
Observação: Estão matriculados no EJA 68 alunos, dos quais 33 estão na idade entre 14 e 18 anos incompletos, os outros 35 são maiores de 18 anos.			

APÊNDICE M - Dados dos Alunos Entre 14 e 18 Anos Incompletos: Ensino fundamental
(período manhã, tarde e noite) da EMEB Professora Izabel Sadalla Crispino.

MIGRANTE/NATIVO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
MIGRANTE Nascido fora do Estado de São Paulo	11	20	31
FILHO DE MIGRANTE Nascido no Estado de São Paulo e pais nascido fora.	23	28	51
FILHO DE MIGRANTE Nascido no Estado de São Paulo e apenas um dos pais nascido fora.	13	17	30
NASCIDO NO ESTADO DE SÃO PAULO Não consta local de nascimento dos pais.	10	09	19
NATIVOS E FILHO DE NATIVO Pais e filhos nascido no Estado de São Paulo.	05	12	17
NÃO CONSTA LOCAL DE ORIGEM DO ALUNO E PAIS	04	05	09
TOTAL	66	91	157
Observação: Estão matriculados no ensino fundamental 367 alunos, dos quais 157 estão na idade entre 14 e 18 anos incompletos, os demais estão abaixo ou acima da referida faixa etária.			

ANEXO

ANEXO A - Autorização do Comitê de Ética

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Comitê de Ética em Pesquisa

Campus de Ribeirão Preto

Of.CETP/FFCLRP-USP/009-jsl

Ribeirão Preto, 04 de março de 2013

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos a V. Sa. que o projeto de pesquisa intitulado "ENTRE O TRABALHO E A ESCOLA: ESTUDO COM ADOLESCENTES QUE ESTUDAM E TRABALHAM, FILHOS DE TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GUARIBA\SP" foi reanalisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 117ª Reunião Ordinária, realizada em 28.02.2013, e enquadrado na categoria: **APROVADO** (CAAE - 08278012.0.0000.5407).

Solicitamos que eventuais modificações ou emendas ao projeto de pesquisa sejam apresentadas ao CEP, de forma sucinta, identificando a parte do projeto a ser modificada e suas justificativas, e que, ao término do estudo, um relatório final seja entregue, via Plataforma Brasil.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANDRÉIA SCHMIDT
Coordenadora

À Senhora
Edinalva Santana
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP USP

C/C:
Profa. Dra. Vera Lucia Navarro
Departamento de Psicologia da FFCLRP USP

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP
Fone: (16) 3602-4811
Fax: (16) 3633-2660 (direto) ou 3633-5015
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 3 - sala 16 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - e-mail: coetp@ffclrp.usp.br

ANEXO B - Autorização do Comitê de Ética para inclusão de instituição co-participante

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Comitê de Ética em Pesquisa**

Campus de Ribeirão Preto

Of.CEtP/FFCLRP-USP/016-vjmc

Ribeirão Preto, 20 de fevereiro de 2014

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos a V. Sa. que a emenda referente ao projeto de pesquisa intitulado **"ENTRE O TRABALHO E A ESCOLA: ESTUDO COM ADOLESCENTES QUE ESTUDAM E TRABALHAM, FILHOS DE TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GUARIBAISP"** solicitando a inclusão de instituição co-participante foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 128ª Reunião Ordinária, realizada em 20.02.2014, e enquadrado na categoria: **APROVADO** (CAAE nº 08278012.0.0000.5407).

Solicitamos que eventuais modificações ou emendas ao projeto de pesquisa sejam apresentadas ao CEP, de forma sucinta, identificando a parte do projeto a ser modificada e suas justificativas, e que, ao término do estudo, um relatório final seja entregue, via Plataforma Brasil.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANDRÉIA SCHMIDT
Coordenadora

À Senhora
Edinalva Santana
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP USP

c/c:
Profa. Dra. Vera Lucia Navarro
Departamento de Psicologia da FFCLRP USP

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP USP
Fone: (16) 3602-4811
Fax: (16) 3633-2660 (direto) ou 3633-5015
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 3 - sala 16 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - e-mail: coetp@ffclrp.usp.br

ANEXO C- Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (LISTA TIP)

I. TRABALHOS PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA

Atividade: Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
1.	Na direção e operação de tratores, máquinas agrícolas e esmeris, quando motorizados e em movimento	Acidentes com máquinas, instrumentos ou ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), mutilações, esmagamentos, fraturas
2.	No processo produtivo do fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi	Esforço físico e posturas viciosas; exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos; contato com substâncias tóxicas da própria planta; acidentes com animais peçonhentos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); pneumoconioses; intoxicações exógenas; cânceres; bissinoses; hantavirose; urticárias; envenenamentos; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; ferimentos e mutilações; apagamento de digitais
3.	Na colheita de cítricos, pimenta malagueta e semelhantes	Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso; posturas viciosas; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; contato com ácido da casca; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intermações; queimaduras na pele; envelhecimento

			precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; apagamento de digitais; ferimentos; mutilações
4.	No beneficiamento do fumo, sisal, castanha de caju e cana-de-açúcar	Esforço físico, levantamento e transporte de peso; exposição a	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas, (bursites, tendinites,
		poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas	dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intoxicações agudas e crônicas; rinite; bronquite; vômitos; dermatites ocupacionais; apagamento das digitais
5.	Na pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos, adjuvantes, e produtos afins, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a substâncias químicas, tais como, pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações agudas e crônicas; polineuropatias; dermatites de contato; dermatites alérgicas; osteomalácias do adulto induzidas por drogas; cânceres; arritmias cardíacas; leucemias e episódios depressivos
6.	Em locais de armazenamento ou de beneficiamento em que haja livre desprendimento de poeiras de cereais e de vegetais	Exposição a poeiras e seus contaminantes	Bissinoses; asma; bronquite; rinite alérgica; enfizema; pneumonia e irritação das vias aéreas superiores
7.	Em estábulos, cavalariças, currais, estrebarias ou pocilgas, sem condições adequadas de higienização	Acidentes com animais e contato permanente com vírus, bactérias, parasitas, bacilos e fungos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; tuberculose;

			carbúnculo; brucelose; leptospirose; tétano; psitacose; dengue; hepatites virais; dermatofitoses; candidíases; leishmanioses cutâneas e cutâneo- mucosas e blastomicoses
8.	No interior ou junto a silos de estocagem de forragem ou grãos com atmosferas tóxicas, explosivas ou com deficiência de oxigênio	Exposição a poeiras e seus contaminantes; queda de nível; explosões; baixa pressão parcial de oxigênio	Asfixia; dificuldade respiratória; asma ocupacional; pneumonia; bronquite; rinite; traumatismos; contusões e queimaduras
9.	Com sinalizador na aplicação aérea de produtos ou defensivos agrícolas	Exposição a substâncias químicas, tais como pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações exógenas agudas e crônicas; polineuropatias; dermatites; rinite; bronquite; leucemias; arritmia cardíaca; cânceres; leucemias; neurastenia e episódios depressivos.
10.	Na extração e corte de madeira	Acidentes com queda de árvores, serra de corte, máquinas e ofidismo	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; amputações; lacerações; mutilações; contusões; fraturas; envenenamento e blastomicose
11.	Em manguezais e lamaçais	Exposição à umidade; cortes; perfurações; ofidismo, e contato com excrementos	Rinite; resfriados; bronquite; envenenamentos; intoxicações exógenas;

			dermatites; leptospirose; hepatites virais; dermatofitoses e candidíases
--	--	--	--

Atividade: PESCA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
12.	Na cata de iscas aquáticas	Trabalho noturno; exposição à radiação solar, umidade, frio e a animais carnívoros ou peçonhentos; afogamento	Transtorno do ciclo vigília-sono; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; hipotermia; lesões; envenenamentos; perfuração da membrana do tímpano; perda da consciência; labirintite e otite média não supurativa e apnéia prolongada
13.	Na cata de mariscos	Exposição à radiação solar, chuva, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; horário flutuante, como as marés; águas profundas	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			do sono; afogamento
14.	Que exijam mergulho, com ou sem equipamento	Apnéia prolongada e aumento do nitrogênio circulante	Afogamento; perfuração da membrana do tímpano; perda de consciência; barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite e otite média não supurativa
15.	Em condições hiperbáricas	Exposição a condições hiperbáricas, sem períodos de compressão e descompressão	Morte; perda da consciência; perfuração da membrana do tímpano; intoxicação por gases (oxigênio ou nitrogênio); barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite; otite média não supurativa; osteonecrose asséptica e mal dos caixões (doença descompressiva)

Atividade: INDÚSTRIA EXTRATIVA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
16.	Em cantarias e no preparo de cascalho	Esforço físico; posturas viciosas; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras minerais, inclusive sílica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ferimentos e mutilações; rinite; asma; pneumoconioses; tuberculose
17.	De extração de pedras, areia e argila (retirada, corte e separação de pedras; uso de instrumentos contuso-cortantes, transporte e arrumação de pedras)	Exposição à radiação solar, chuva; exposição à sílica; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; condições sanitárias precárias; corpos estranhos	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertermia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; ferimentos; mutilações; parasitoses múltiplas e gastroenterites; ferimentos nos olhos (córnea e esclera)
18.	De extração de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros minerais	Levantamento e transporte de peso excessivo; acidentes com instrumentos contundentes e perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade e explosivos; gases asfixiantes	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; traumatismos; ferimentos; mutilações; queimaduras; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			pulmonar; choque elétrico; queimaduras e mutilações; asfixia
19.	Em escavações, subterrâneos, pedreiras, garimpos, minas em subsolo e a céu aberto	Esforços físicos intensos; soterramento; exposição a poeiras inorgânicas e a metais pesados;	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; anóxia; hipóxia; esmagamentos; queimaduras; fraturas; silicoses; tuberculose; asma ocupacional; bronquites; enfisema pulmonar; cânceres; lesões oculares; contusões; ferimentos; alterações mentais; fadiga e estresse
20.	Em locais onde haja livre desprendimento de poeiras minerais	Exposição a poeiras inorgânicas	Pneumoconioses associadas com tuberculose; asma ocupacional; rinite; silicose; bronquite e bronquiolite
21.	Em salinas	Esforços físicos intensos; levantamento e transporte manual de peso; movimentos repetitivos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Fadiga física; stress; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas

Atividade: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
22.	De lixa nas fábricas de chapéu ou feltro	Acidentes com máquinas e instrumentos perigosos; exposição à poeira	Ferimentos; lacerações; mutilações; asma e bronquite
23.	De jateamento em geral, exceto em processos enclausurados	Exposição à poeira mineral	Silicose; asma; bronquite; bronquiolite; stress e alterações mentais
24.	De douração, prateação, niquelação, galvanoplastia, anodização de alumínio, banhos metálicos ou com desprendimento de fumos metálicos	Exposição a fumos metálicos (cádmio, alumínio, níquel, cromo, etc), névoas, vapores e soluções ácidas e cáusticas; exposição a altas temperaturas; umidade	Intoxicações agudas e crônicas; asma ocupacional; rinite; faringite; sinusite; bronquite; pneumonia; edema pulmonar; estomatite ulcerativa crônica; dermatite de contato; neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; ulceração ou necrose do septo nasal; queimaduras
25.	Na operação industrial de reciclagem de papel, plástico e metal	Exposição a riscos biológicos (bactérias, vírus, fungos e parasitas), como contaminantes do material a ser reciclado, geralmente advindo de coleta de lixo	Dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; asma; bronquite;

			viroses; parasitoses; cânceres
26.	No preparo de plumas e crinas	Exposição ao mercúrio e querosene, além de poeira orgânica	Transtornos da personalidade e de comportamento; episódios depressivos; neurastenia; ataxia cerebelosa; encefalopatia; transtorno extrapiramidal do movimento; gengivite crônica; estomatite ulcerativa e arritmias cardíacas
27.	Na industrialização do fumo	Exposição à nicotina	Intoxicações exógenas; tonturas e vômitos
28.	Na industrialização de cana de açúcar	Exposição a poeiras orgânicas	Bagaçose; asma; bronquite e pneumonite
29.	Em fundições em geral	Exposição a poeiras inorgânicas, a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo, manganês e outros); exposição a altas temperaturas; esforços físicos intensos;	Intoxicações; siderose; saturnismo; beriliose; estanhose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; cânceres;

			ulceração ou necrose do septo nasal; desidratação e intermação; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites)
30.	Em tecelagem	Exposição à poeira de fios e fibras mistas e sintéticas; exposição a corantes; postura inadequadas e esforços repetitivos	Bissinose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; fadiga física; DORT/LER
31.	No beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros bens minerais	Esforços físicos intensos; acidentes com máquinas perigosas e instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; traumatismos; ferimentos; mutilações; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico
32.	Na produção de carvão vegetal	Exposição à radiação solar, chuva; contato com amianto; picadas de insetos e animais peçonhentos; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele;

		<p>movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; queda de toras; exposição à vibração, explosões e desabamentos; combustão espontânea do carvão; monotonia; estresse da tensão da vigília do forno; fumaça contendo subprodutos da pirólise e combustão incompleta: ácido pirolenhoso, alcatrão, metanol, acetona, acetato, monóxido de carbono, dióxido de carbono e metano</p>	<p>desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; reações na pele ou generalizadas; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; traumatismos; lesões osteomusculares; síndromes vasculares; queimaduras; sofrimento psíquico; intoxicações agudas e crônicas</p>
33.	Em contato com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos ou dejetos de animais	Exposição a vírus, bactérias, bacilos, fungos e parasitas	<p>Tuberculose; carbúnculo; brucelose; hepatites virais; tétano; psitacose; ornitose; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato</p>

34.	Na produção, processamento e manuseio de explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos ou liquefeitos	Exposição a vapores e gases tóxicos; risco de incêndios e explosões	Queimaduras; intoxicações; rinite; asma ocupacional; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato
35.	Na fabricação de fogos de artifícios	Exposição a incêndios, explosões, corantes de chamas (cloreto de potássio, antimônio trissulfato) e poeiras	Queimaduras; intoxicações; enfisema crônico e difuso; bronquite e asma ocupacional
36.	De direção e operação de máquinas e equipamentos elétricos de grande porte	Esforços físicos intensos e acidentes com sistemas; circuitos e condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória
37.	Em curtumes, industrialização de couros e fabricação de peles e peles	Esforços físicos intensos; exposição a corantes, alvejantes, álcalis, desengordurantes, ácidos, alumínio, branqueadores, vírus, bactérias, bacilos, fungos e calor	Afecções músculo-esquelética(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; tuberculose; carbúnculo; brucelose;

			antrax; cânceres; rinite crônica; conjuntivite; pneumonite; dermatites de contato; dermatose ocupacional e queimaduras
38.	Em matadouros ou abatedouros em geral	Esforços físicos intensos; riscos de acidentes com animais e ferramentas perfuro-cortantes e exposição a agentes biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; contusões; ferimentos; tuberculose; carbúnculo; brucelose e psitacose; antrax
39.	Em processamento ou empacotamento mecanizado de carnes	Acidentes com máquinas, ferramentas e instrumentos perfuro-cortantes; esforços repetitivos e riscos biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; contusão; amputação; corte; DORT/LER; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose
40.	Na fabricação de farinha de mandioca	Esforços físicos intensos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; posições inadequadas; movimentos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites,

		repetitivos; altas temperaturas e poeiras	dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ; contusão; amputações; cortes; queimaduras; DORT/LER; cifose; escoliose; afecções respiratórias e dermatoses ocupacionais
41.	Em indústrias cerâmicas	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
42.	Em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades

			osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intimação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
43.	Na fabricação de botões e outros artefatos de nácar, chifre ou osso	Acidentes com máquinas e ferramentas perfuro-cortantes; esforços repetitivos e vibrações, poeiras e ruídos	Contusões; perfurações; cortes; dorsalgia; cervicalgia; síndrome cervicobraquial; tendinites; bursites; DORT/LER; alterações temporária do limiar auditivo; hipoacusia e perda da audição
44.	Na fabricação de cimento ou cal	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica); altas temperaturas; efeitos abrasivos sobre a pele	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; silicose; asma ocupacional; bronquite; dermatites; dermatoses ocupacionais;

			intermação; ferimentos; mutilações; fadiga e estresse
45.	Na fabricação de colchões	Exposição a solventes orgânicos, pigmentos de chumbo, cádmio e manganês e poeiras	Encefalopatias tóxicas agudas e crônicas; hipertensão arterial; arritmias cardíacas; insuficiência renal; hipotireoidismo; anemias; dermatoses ocupacionais e irritação da pele e mucosas
46.	Na fabricação de cortiças, cristais, esmaltes, estopas, gesso, louças, vidros ou vernizes	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica), metais pesados, altas temperaturas, corantes e pigmentos metálicos (chumbo, cromo e outros) e calor	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; catarata; silicose; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação
47.	Na fabricação de porcelanas	Exposição a poeiras minerais e ao calor; posições inadequadas	Pneumoconioses e dermatites; fadiga física e intermação; afecções músculo-

			esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; DORT/LER
48.	Na fabricação de artefatos de borracha	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, dentre outros, e ao calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações; queimaduras
49.	Em destilarias de álcool	Exposição a vapores de etanol, metanol e outros riscos químicos; risco de incêndios e explosões	Cânceres; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; intermação; asma ocupacional; bronquites; queimaduras
50.	Na fabricação de bebidas alcoólicas	Exposição a vapores de etanol e a poeira de cereais; exposição a bebidas alcoólicas, ao calor, à formação de atmosferas explosivas; incêndios e outros acidentes	Queimaduras; asfixia; tonturas; intoxicação; irritação das vias aéreas superiores; irritação da pele e mucosas;

			cefaléia e embriaguez
51.	No interior de resfriadores, casas de máquinas, ou junto de aquecedores, fornos ou alto-fornos	Exposição a temperaturas extremas, frio e calor	Frio; hipotermia com diminuição da capacidade física e mental; calor, hipertermia; fadiga; desidratação; desequilíbrio hidroeletrólítico e estresse
52.	Em serralherias	Exposição a poeiras metálicas tóxicas, (chumbo, arsênico cádmio), monóxido de carbono, estilhaços de metal, calor, e acidentes com máquinas e equipamentos	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; queimaduras; cortes; amputações; traumatismos; conjuntivite; catarata e intoxicações
53.	Em indústrias de móveis	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras, solventes orgânicos, tintas e vernizes; riscos de acidentes com máquinas, serras e ferramentas perigosas	Afecções músculo- esqueléticas(bu rsites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; neoplasia maligna dos brônquios e

			pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; cortes; amputações; traumatismos; dermatose ocupacional; anemias; conjuntivite
54.	No beneficiamento de madeira	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras; risco de acidentes com máquinas, serras, equipamentos e ferramentas perigosas	Afecções músculo- esqueléticas(bu rsites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; asma ocupacional; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfizema intersticial; asma ocupacional; dermatose ocupacional; esmagamentos; ferimentos; amputações; mutilações; fadiga; stress e DORT/LER

55.	Com exposição a vibrações localizadas ou de corpo inteiro	Vibrações localizadas ou generalizadas	Síndrome cervicobraquial; dor articular; moléstia de Dupuytren; capsulite adesiva do ombro; bursites; epicondilite lateral; osteocondrose do adulto; doença de Kohler; hérnia de disco; artroses e aumento da pressão arterial
56.	De desmonte ou demolição de navios e embarcações em geral	Esforços físicos intensos; exposição a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo e outros); uso de ferramentas pesadas; altas temperaturas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) ; asfixia; perda da consciência; fibrilação ventricular; queimaduras; fraturas; contusões; intermação; perfuração da membrana do tímpano

Atividade: PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
57.	Em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	Exposição à energia de alta tensão; choque elétrico e queda de nível.	Eletrochoque; fibrilação ventricular; parada cardíaco-respiratória; traumatismos; escoriações fraturas

Atividade: CONSTRUÇÃO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
58.	Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição	Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos

Atividade: COMÉRCIO (REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS)

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
59.	Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou recauchutagem de pneus	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, entre outros, e calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações

Atividade: TRANSPORTE E ARMAZENAGEM

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
60.	No transporte e armazenagem de álcool, explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos e liquefeitos	Exposição a vapores tóxicos; risco de incêndio e explosões	Intoxicações; queimaduras; rinite e dermatites de contato
61.	Em porão ou convés de navio	Esforços físicos intensos; risco de queda de nível; isolamento, calor e outros riscos inerentes às cargas transportadas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lesões; fraturas; contusões; traumatismos; fobia e transtorno do ciclo vigília-sono
62.	Em transporte de pessoas ou animais de pequeno porte	Acidentes de trânsito	Ferimentos; contusões; fraturas; traumatismos e mutilações

Atividade: SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
63.	No manuseio ou aplicação de produtos químicos, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a quimioterápicos e outras substâncias químicas de uso terapêutico	Intoxicações agudas e crônicas; polineuropatia; dermatites de contato; dermatite alérgica; osteomalácia do adulto induzida por drogas; cânceres; arritmia cardíaca; leucemias; neurastenia e episódios depressivos
64.	Em contato com animais portadores de doenças infecto-contagiosas e em postos de vacinação de animais	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite; conjuntivite; pneumonia; dermatite de contato e dermatose ocupacional
65.	Em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado da saúde humana, em que se tenha contato direto com os pacientes ou se manuseie objetos de uso dos pacientes não previamente esterilizados	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos; stress psíquico e sofrimento; acidentes com material biológico	Tuberculose; AIDS; hepatite; meningite; carbúnculo; toxoplasmose; viroses, parasitoses; zoonose; pneumonias; candidíases; dermatoses; episódios depressivos e sofrimento mental

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
66.	Em laboratórios destinados ao preparo de soro, de vacinas e de outros produtos similares	Exposição a vírus, bactérias, parasitas, bacilos e contato com animais de laboratório	Envenenamentos; cortes; lacerações; hepatite; AIDS; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite crônica; conjuntivite; zoonoses; ansiedade e sofrimento mental

Atividade: SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS, PESSOAIS E OUTROS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
67.	Em lavanderias industriais	Exposição a solventes, cloro, sabões, detergentes, calor e movimentos repetitivos	Polineurites; dermatoses ocupacionais; blefarites; conjuntivites; intermação; fadiga e queimaduras
68.	Em tinturarias e estamparias	Exposição a solventes, corantes, pigmentos metálicos, calor e umidade	Hipotireoidismo; anemias; polineuropatias; encefalopatias; hipertensão arterial; arritmia cardíaca; insuficiência renal; infertilidade masculina; queimaduras; intermação e depressão do Sistema Nervoso Central.
69.	Em esgotos	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos utilizados nos processos de tratamento de esgoto, tais como cloro, ozônio, sulfeto de hidrogênio e outros; riscos biológicos; espaços confinados e riscos de explosões	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); escolioses; disfunção olfativa; alcoolismo; asma; bronquite; lesões oculares; dermatites;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			dermatoses; asfixia; salmoneloses; leptospirose e disfunções olfativas
70.	Na coleta, seleção e beneficiamento de lixo	Esforços físicos intensos; exposição aos riscos físicos, químicos e biológicos; exposição a poeiras tóxicas, calor; movimentos repetitivos; posições antiergonômicas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; lacerações; intermações; resfriados; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral; infecções respiratórias; piodermites; desidratação; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; alcoolismo e disfunções olfativas
71.	Em cemitérios	Esforços físicos intensos; calor; riscos biológicos (bactérias, fungos, ratos e outros animais, inclusive peçonhentos); risco de acidentes e estresse psíquico	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; contusões; dermatoses ocupacionais; ansiedade; alcoolismo; desidratação; câncer de pele; neurose profissional e ansiedade
72.	Em serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensageiros, contínuos)	Acidentes de trânsito e exposição à violência	Traumatismos; ferimentos; ansiedade e estresse
73.	Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros)	Exposição à violência, drogas, assédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento	Ferimentos e comprometimento do desenvolvimento afetivo; dependência química; doenças sexualmente transmissíveis; atividade sexual precoce; gravidez indesejada; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; traumatismos; ferimentos
74.	Em artesanato	Levantamento e transporte de peso; manutenção de posturas inadequadas; movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; corpos estranhos; jornadas excessivas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; ferimentos nos olhos; fadiga; estresse; distúrbios do sono
75.	De cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes	Esforços físicos intensos; violência física, psicológica e abuso sexual; longas jornadas; trabalho noturno; isolamento; posições antiergonômicas; exposição a riscos biológicos.	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ansiedade; alterações na vida familiar; síndrome do esgotamento profissional; neurose profissional; fadiga física; transtornos do ciclo vigília-sono; depressão e doenças transmissíveis.

Atividade: SERVIÇO DOMÉSTICO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
76.	Domésticos	Esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições antiergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformidades da coluna

			vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias
--	--	--	--

Atividade: TODAS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
77.	De manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos, tratores, motores, componentes, máquinas ou equipamentos, em que se utilizem solventes orgânicos ou inorgânicos, óleo diesel, desengraxantes ácidos ou básicos ou outros produtos derivados de óleos minerais	Exposição a solventes orgânicos, neurotóxicos, desengraxantes, névoas ácidas e alcalinas	Dermatoses ocupacionais; encefalopatias; queimaduras; leucocitoses; elaiconiose; episódios depressivos; tremores; transtornos da personalidade e neurastenia
78.	Com utilização de instrumentos ou ferramentas perfurocontantes, sem proteção adequada capaz de controlar o risco	Perfurações e cortes	Ferimentos e mutilações
79.	Em câmaras frigoríficas	Exposição a baixas temperaturas e a variações súbitas	Hipotermia; eritema pérmio; geladura (Frostbite) com necrose de tecidos; bronquite; rinite; pneumonias
80.	Com levantamento, transporte, carga ou descarga manual de pesos, quando realizados raramente, superiores a 20 quilos, para o gênero masculino e superiores a 15 quilos para o gênero feminino; e superiores a 11 quilos para o gênero masculino e superiores a 7 quilos	Esforço físico intenso; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lombalgias; lombociatalgias; escolioses; cifoses; lordoses; maturação precoce das epífises

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	para o gênero feminino, quando realizados freqüentemente		
81.	Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva, frio	Exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; dermatoses; dermatites; conjuntivite; queratite; pneumonite; fadiga; intermação
82.	Em alturas superiores a 2,0 (dois) metros	Queda de nível	Fraturas; contusões; traumatismos; tonturas; fobias
83.	Com exposição a ruído contínuo ou intermitente acima do nível previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto	Exposição a níveis elevados de pressão sonora	Alteração temporária do limiar auditivo; hipoacusia; perda da audição; hipertensão arterial; ruptura traumática do tímpano; alterações emocionais; alterações mentais e estresse
84.	Com exposição ou manuseio de arsênico e seus compostos, asbestos, benzeno, carvão mineral, fósforo e seus compostos, hidrocarbonetos, outros compostos de carbono, metais pesados (cádmio, chumbo, cromo e mercúrio) e seus compostos, silicatos, ácido oxálico, nítrico, sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico, álcalis cáusticos ou substâncias	Exposição aos compostos químicos acima dos limites de tolerância	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; angiosarcoma do fígado; polineuropatias; encefalopatias; neoplasia maligna do estômago, laringe e pleura; mesoteliomas; asbestoses; arritmia

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	nocivas à saúde conforme classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)		cardíaca; leucemias; síndromes mielodisplásicas; transtornos mentais; cor pulmonale; silicose e síndrome de Caplan
85.	Em espaços confinados	Isolamento; contato com poeiras, gases tóxicos e outros contaminantes	Transtorno do ciclo vigília-sono; rinite; bronquite; irritabilidade e estresse
86.	De afiação de ferramentas e instrumentos metálicos em afiadora, rebolo ou esmeril, sem proteção coletiva contra partículas volantes	Acidentes com material cortante e com exposição a partículas metálicas cortantes desprendidas da afiadora	Ferimentos e mutilações
87.	De direção, operação, de veículos, máquinas ou equipamentos, quando motorizados e em movimento (máquinas de laminação, forja e de corte de metais, máquinas de padaria, como misturadores e cilindros de massa, máquinas de fatiar, máquinas em trabalhos com madeira, serras circulares, serras de fita e guilhotinas, esmeris, moinhos, cortadores e misturadores, equipamentos em fábricas de papel, guindastes ou outros similares)	Esforços físicos; acidentes com ferramentas e com sistemas condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras e parada cardíaco-respiratória
88.	Com exposição a radiações ionizante e não-ionizantes (microondas, ultravioleta ou laser)	Exposição a radiações não-ionizante e ionizante (raios X, gama, alfa e beta) em processos industriais, terapêuticos ou propedêuticos (em saúde humana ou animal) ou em prospecção; processamento, estocagem e transporte de materiais radioativos	Carcinomas baso-celular e espinocelular; neoplasia maligna da cavidade nasal, brônquios, pulmões, ossos e cartilagens articulares; sarcomas ósseos; leucemias; síndrome mielodisplásicas;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			anemia aplástica; hemorragias; agranulocitose; polineuropatia; blefarite; conjuntivite; catarata; gastroenterite; afecções da pele e do tecido conjuntivo relacionadas com a radiação, osteonecrose e infertilidade masculina
89.	De manutenção e reparo de máquinas e equipamentos elétricos, quando energizados	Esforços físicos intensos; exposição a acidentes com sistemas, circuitos e condutores de energia elétrica e acidentes com equipamentos e ferramentas contuso-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória

II. TRABALHOS PREJUDICIAIS À MORALIDADE

Item	Descrição dos Trabalhos
1.	Aqueles prestados de qualquer modo em prostíbulos, boates, bares, cabarés, danceterias, casas de massagem, saunas, motéis, salas ou lugares de espetáculos obscenos, salas de jogos de azar e estabelecimentos análogos
2.	De produção, composição, distribuição, impressão ou comércio de objetos sexuais, livros, revistas, fitas de vídeo ou cinema e cds pornográficos, de escritos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos pornográficos que possam prejudicar a formação moral
3.	De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas
4.	Com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais.